



Luiza Schelgshorn dos Santos de Sansão

Jornalismo literário-etnográfico e subjetivação da objetividade: a relação entre repórteres e personagens em coberturas de longa duração e a dimensão narrativa e ética de relatos de profundidade

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Leonel Azevedo de Aguiar

Coorientadora: Itala Maduell Vieira

Rio de Janeiro,
setembro de 2024

Luiza Schelgshorn dos Santos de Sansão

Jornalismo literário-etnográfico e subjetivação da objetividade: a relação entre repórteres e personagens em coberturas de longa duração e a dimensão narrativa e ética de relatos de profundidade

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Leonel Azevedo de Aguiar

Orientador

Departamento de Comunicação Social — PUC-Rio

Prof.^a Itala Maduell Vieira

Coorientadora

Departamento de Comunicação Social — PUC-Rio

Prof.^a Aline da Silva Novaes

Departamento de Comunicação Social — PUC-Rio

Prof.^a Adriana Barsotti Vieira

Universidade Federal Fluminense — UFF

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Luiza Schelgshorn dos Santos de Sansão

Graduou-se em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em dezembro de 2011. Recebeu Menção Honrosa no Prêmio Vladimir Herzog em 2013, com a reportagem investigativa “Torturas do Exército levaram Juan Forrastal ao suicídio”, capa do caderno especial “Subsídios para uma Comissão da Verdade da USP”, da Revista Adusp, publicado em 2012. Foi repórter e editora da Ponte Jornalismo, site especializado na cobertura de direitos humanos, justiça e segurança pública, de 2015 a 2017, e produz reportagens para diversos veículos, especialmente sites e revistas. Integra o Grupo de Pesquisa Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais (CNPq/PUC-Rio).

Ficha Catalográfica

Sansão, Luiza Schelgshorn dos Santos de

Jornalismo literário-etnográfico e subjetivação da objetividade : a relação entre repórteres e personagens em coberturas de longa duração e a dimensão narrativa e ética de relatos de profundidade / Luiza Schelgshorn dos Santos de Sansão ; orientador: Leonel Azevedo de Aguiar ; coorientadora: Itala Maduell Vieira. – 2024.

134 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2024.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Jornalismo. 3. Teorias do jornalismo. 4. Cobertura de longa duração. 5. Objetividade. 6. Subjetividade. I. Aguiar, Leonel Azevedo de. II. Vieira, Itala Maduell. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. IV. Título.

CDD: 302.23

Para que a gente escreve, se não é para juntar nossos pedacinhos? Desde que entramos na escola ou na igreja, a educação nos esquarteja: nos ensina a divorciar a alma do corpo e a razão do coração.

Sábios doutores de Ética e Moral serão os pescadores das costas colombianas, que inventaram a palavra sentipensador para definir a linguagem que diz a verdade.

Um sistema de desvínculos: para que os calados não se façam perguntas, para que os opinados não se transformem em opinadores. Para que não se juntem os solitários, nem a alma junte seus pedaços.

O sistema divorcia a emoção do pensamento como divorcia o sexo do amor, a vida íntima da vida pública, o passado do presente. Se o passado não tem nada para dizer ao presente, a história pode permanecer adormecida, sem incomodar, nos guarda-roupas onde o sistema guarda seus velhos disfarces.

O sistema esvazia nossa memória, ou enche a nossa memória de lixo, e assim nos ensina a repetir a história em vez de fazê-la. As tragédias se repetem como farsas, anunciava a célebre profecia. Mas entre nós, é pior: as tragédias se repetem como tragédias.

— Eduardo Galeano, no livro “O livro dos abraços”. Tradução: Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2002.

Agradecimentos

É uma felicidade que não seja curto esse espaço: sou privilegiada por ter pessoas maravilhosas ao meu lado. Agradeço profundamente:

Ao meu companheiro de vida, Honório Oliveira, pela parceria, pelo suporte, incentivo e acolhimento fundamentais ao longo desse período.

Aos meus pais, Luiz Antônio Sansão e Marilene Schelgshorn dos Santos de Sansão, por me lembrarem sempre, com sua retaguarda incondicional, que aquela menina que saiu de Minas Gerais para ser jornalista em São Paulo e depois no Rio de Janeiro jamais esteve só.

Ao meu irmão, Leandro Sansão, por fazer jus ao mais profundo e belo significado de ser irmão, em toda a minha vida, sempre ao meu lado.

À minha madrinha, Ana Martha dos Santos Ladeira, jornalista e professora, que tanto me apoiou na escolha pela profissão, na empreitada do mestrado e na vida.

À família Sansão, em peso, por acompanhar, com tanto afeto e intensa torcida, os meus passos, desde sempre, vibrando comigo a cada conquista.

À minha sogra, Ednalva Oliveira, e ao meu sogro Honório Luiz Rego (in memoriam), por sempre terem torcido tanto por mim.

Às amigas com quem compartilhei angústias durante o processo: Izabela Aleixo, Thais Coutinho, Verônica Lima, Manuela Quariguase, Barbara Miranda, Ariane Torga, Josiane Mello, Mariana Menezes, Kelly Scoralick e Kiti Soares.

A colegas que me inspiram na profissão, em especial Fabiana Moraes, grande referência no jornalismo e na pesquisa, cujo trabalho está na espinha dorsal desta dissertação.

Ao meu orientador, Leonel Aguiar, por me receber de braços abertos no grupo de pesquisa que coordena, Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais (TeJor), do PPGCom PUC-Rio, e me ensinado tanto. Sua competência, seu comprometimento, seu conhecimento e sua enorme generosidade me permitiram acreditar na possibilidade de estar nesse espaço.

À minha coorientadora, grande amiga e incentivadora, Itala Maduell, que, extremamente generosa, sensível e competente, me deu uma força imensa ao longo de todo o processo, tendo sido fundamental durante a produção da dissertação.

Às professoras Adriana Barsotti e Aline Novaes, que compuseram minha banca, agradeço a leitura cuidadosa, as excelentes contribuições, a sensibilidade e o conhecimento compartilhado. E ao professor Roberto Falcão, suplente na banca, pela leitura, participação e generosidade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Sansão, Luiza Schelgshorn dos Santos de; Azevedo, Leonel. **Jornalismo literário-etnográfico e subjetivação da objetividade: a relação entre repórteres e personagens em coberturas de longa duração e a dimensão narrativa e ética de relatos de profundidade.** Rio de Janeiro, 2024. 134p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa analisa a relação entre jornalistas e personagens em coberturas de longa duração, a partir do conceito de subjetividade na análise de narrativas jornalísticas e da proposição de uma nova nomenclatura conceitual: subjetivação da objetividade. É estudada a experiência da repórter Fabiana Moraes na cobertura, ao longo de dezoito meses, do processo de redesignação sexual da cabeleireira Joicy, no interior de Pernambuco, posta em diálogo, sob a perspectiva da autoetnografia, com a experiência da autora como repórter, na cobertura do caso Rafael Braga, preso injustamente no contexto das manifestações de junho de 2013 no Rio de Janeiro, em cerca de 30 reportagens ao longo dos últimos nove anos. Parte-se de uma revisão bibliográfica dos conceitos de objetividade e subjetividade e dos conceitos de jornalismo literário e etnográfico. Utiliza-se, como metodologia, a análise documental de coberturas de longa duração para verificar os tensionamentos dos preceitos éticos tradicionalmente adotados no jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE:

Jornalismo; Teorias do Jornalismo; Cobertura de longa duração; Objetividade; Subjetividade.

Abstract

Sansão, Luiza Schelgshorn dos Santos de; Azevedo, Leonel (Advisor). **Literary-ethnographic journalism and the subjectivization of objectivity: the relationship between reporters and characters in long-term coverage and the narrative and ethical dimension of in-depth reporting.** Rio de Janeiro, 2024. 134p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research analyzes the relationship between journalists and characters in long-term coverage, based on the concept of subjectivity in the analysis of journalistic narratives and the proposal of a new conceptual nomenclature: subjectivation of objectivity. The experience of reporter Fabiana Moraes in covering the sexual reassignment process of hairdresser Joicy, in the interior of Pernambuco, over the course of eighteen months, is studied, put into dialogue, from the perspective of autoethnography, with the author's experience as a reporter in covering the case of Rafael Braga, unjustly imprisoned in the context of the June 2013 demonstrations in Rio de Janeiro, in around 30 reports over the last nine years. It starts with a bibliographical review of the concepts of objectivity and subjectivity and the concepts of literary and ethnographic journalism. The methodology used is documentary analysis of long-term coverage to verify the tension between the ethical precepts traditionally adopted in journalism.

KEYWORDS:

Journalism; Theories of Journalism; Long-term coverage; Objectivity; Subjectivity.

Sumário

Introdução	10
1. Gêneros jornalísticos	15
1.1 Cobertura de longa duração: grande reportagem, jornalismo lento, jornalismo de autor, jornalismo em profundidade	20
1.2 Jornalismo literário: estilo e sensibilidade	26
1.3 Jornalismo etnográfico: imersão e lentidão	39
1.4 A questão do tempo em três dimensões	44
2. O paradoxo moderno persiste: objetividade e subjetividade no jornalismo contemporâneo	50
2.1 Fabiana Moraes e a defesa da subjetividade como ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral	59
3. Princípios metodológicos e éticos da cobertura de longa duração	66
3.1. Responsabilidade social do jornalismo	71
4. Jornalismo Literário-Etnográfico de mulheres brasileiras	75
4.1. Fabiana Moraes: “O nascimento de Joicy: Transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem”	75
4.2. Uma autoetnografia: o caso Rafael Braga — seletividade penal, jornalismo e desafios da relação entre repórter e personagem	88
Considerações finais	125
Posfácio	131
Referências bibliográficas	134

Introdução

É na reportagem que o ato de narrar irá encontrar no sujeito narrador a sua sustentação maior, o suporte que vai dar ao relato a força, o envolvimento e o alcance das grandes histórias. O detalhamento das situações, os questionamentos pertinentes e a interpretação dão ao texto “uma nova dimensão narrativa e ética”

Christofoletti, 2004, p. 168

No livro-reportagem “O nascimento de Joicy” (2015), a jornalista e pesquisadora Fabiana Moraes discute a relação entre repórter e personagem, depois de acompanhar por 18 meses o processo de redesignação sexual do ex-agricultor pernambucano João Batista para a cabeleireira Joicy. A jornalista questiona o conceito mais difundido de fonte jornalística, que considera insuficiente e superficial para dar conta desta figura fundamental do processo jornalístico. Seria uma fonte alguém com quem a relação não “ultrapassa um breve encontro permeado por algumas perguntas, um ‘muito obrigada’ e um ilusório ‘até logo’” (Moraes, 2015, p. 17), personagens supostamente passivas que serviriam ao jornalista, como sugere a metáfora hídrica — criticada também por pesquisadores como Neveu (2006) e Leal e Carvalho (2015). Se, no jornalismo diário, essa visão já se mostra problemática, e quando se trata de uma pessoa sobre a qual se escreve ao longo de meses ou anos, em um processo que envolve questões sociais ainda mais complexas e contradições — como em todas as relações humanas?

É, portanto, nas coberturas de longa duração, que tudo tende a se aprofundar: a relação do repórter com as pessoas envolvidas na história e, conseqüentemente, os conflitos inerentes às relações humanas e sociais. Afinal, no dia a dia do fazer jornalístico, em redações cada vez mais enxutas — pelas diversas demissões em massa e a precarização da profissão, especialmente na última década —, é cada vez menos comum repórteres se aprofundarem na cobertura de uma história ou realizarem o acompanhamento minucioso e presencial dos fatos, uma vez que no cotidiano de uma redação jornalística, o espaço para reflexão é mínimo. São questões vinculadas à relação capital-trabalho, como observam Leonel Aguiar e Adriana Barsotti em “O jornalismo e os dilemas da contemporaneidade: o eu, o aqui e o agora”:

de um lado, a vertente econômica, na qual a imprensa se torna — com a instituição da empresa jornalística e o vínculo da informação como mercadoria —, um negócio; de outro lado, na

perspectiva ideológica, a cultura profissional do jornalismo, com seus valores, tais como responsabilidade ética, compromisso social e credibilidade. A constituição do campo jornalístico, marcada por esses paradoxos, implicou uma constante luta pela definição do que é jornalismo e como se produzem as notícias. (Aguilar; Barsotti, 2016, p. 192)

Assim, espremido pelos deadlines e pela busca incessante do furo de reportagem, o jornalista é mais uma peça da engrenagem produtiva, como observa Felipe Pena em “Os jornalistas e as reconstruções de vidas — Problemas epistemológicos na elaboração do discurso biográfico”, citando o historiador francês Fernand Braudel:

O evento é sua matéria-prima e o tempo curto seu campo de atuação. Uma visão falaciosa, como afirma Fernand Braudel, para quem “o tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações.” Para Braudel, em oposição a esta narrativa de fôlego curto, dramática e precipitada, está uma “história longa, de respiração contida e de amplitude secular” (Pena, 2002, p. 3).

E é sobre esse outro tipo de narrativa — a que tem o tempo longo como pressuposto fundamental — que este trabalho se debruça. Porque é também do desejo de ver e ouvir mais, refletir sobre as diversas possibilidades humanas e dispor-se a ser mais do que espectador de uma história, que há repórteres a se aventurar no imenso universo do Jornalismo Literário, “modalidade que, enquanto representante de um gênero que valoriza a narrativa (Castro, 2010), em geral precisa de mais tempo para a apuração e redação” (Martinez, 2017, p. 24).

Não há, entretanto, no mundo, consenso sobre a definição de Jornalismo Literário, como Monica Martinez:

Aparentemente, até agora todas as tentativas de definição sobre Jornalismo Literário redundaram em fracasso (Castro, 2010). Afirmção correta, pois não há de fato consenso sobre este termo, seja no Brasil ou no exterior. Para fins argumentativos, contudo, podemos propor que é justamente esta porosidade conceitual o segredo do sucesso da práxis e do pensamento sobre Jornalismo Literário. Já em 1995, o jornalista e estudioso estadunidense Mark Kramer ilustrava que, até então, o Jornalismo Literário tinha sido uma forma “you-know-it-when-you-see-it” (“você sabe quando a vê”, tradução nossa), para dizer que mesmo nos Estados Unidos ela estava em processo de sistematização (Kramer, 1995, em Martinez, 2017, p. 25).

No primeiro capítulo, realizamos uma revisão bibliográfica sobre coberturas de longa duração, partindo da noção de Jornalismo Literário adotada por volta do

século XVIII, quando as características modernas do Jornalismo podem ser identificadas: periodicidade, atualidade, universalidade e publicidade (Groth, 2011, em Martinez, 2017, p. 26). Neste primeiro momento, também observamos o emprego de recursos literários que permitem a identificação de um trabalho jornalístico como pertencente a esse campo — também chamado de Literatura da Realidade, remetendo a expoentes do New Journalism, como os norte-americanos Gay Talese, Tom Wolfe e Norman Mailer, bem como de recursos da etnografia, como a imersão, a observação participante e a lentidão (Hermann, 2015, 2016).

Não se pode tratar de uma modalidade de jornalismo que, a um só tempo, é motivação e consequência de um maior envolvimento do repórter sem envolver os conceitos de objetividade e subjetividade no jornalismo, que discutimos no segundo capítulo, em que trabalhamos com a análise de Gaye Tuchman (em Traquina, 1999). Seguindo a trilha de Sylvia Moretzsohn (2007, p. 141), duvidamos da “ideia de objetividade que põe sob suspeita a ação do sujeito, ignorando que todo conhecimento humano resulta de um processo simultaneamente objetivo e subjetivo”.

Ressaltamos, assim, que este trabalho parte do princípio de que a objetividade necessária no jornalismo não é comprometida pela sensibilidade do repórter ante a realidade do personagem cuja história reporta. Isto é, ao contar uma história de forma sensível e crítica, sem o engessamento que, tradicionalmente, se entende por “objetividade”, o jornalista não desconsidera as premissas fundamentais do trabalho de reportagem: “a clareza, a checagem rigorosa de informações, a busca por respostas que possam esclarecer aquilo que perturba (às vezes de forma invisível) o mundo sensível” (Moraes, 2015, p. 24).

Destaque-se ainda que a objetividade jornalística ainda é pouco discutida no Brasil, onde o conceito acabou distorcido, segundo Aguiar e Neder (2010):

No jornalismo brasileiro, objetividade e ética são discutidas com menos frequência, como salienta Bucci (2000). Aqui, um processo de cristalização do conceito de objetividade — quando ela, em vez de ser corretamente entendida como método de trabalho para lidar com a subjetividade do jornalista-observador dos fatos, transforma-se em pressuposto inquestionável, com contornos de crença — parece ainda mais profundo. Questionar esse pressuposto criticamente passa também por relativizar o tom cientificista expresso no paradoxo colocado por Schudson. Mesmo as ciências exatas são decididamente marcadas pela subjetividade perceptiva — uma crise do século XIX, como

salienta Crary (Aguiar, Neder, 2010, p. 119)

O texto em que a sensibilidade do repórter se evidencia ainda enfrenta resistência, em meio ao predomínio da influência da vertente positivista, segundo a qual o jornalismo deve ser o “relato neutro dos fatos”, como se, na crítica de Adelmo Genro Filho, em “O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo” (2012),

os fatos fossem pré-existentes às notícias enquanto realidades factuais unitárias e já dotados integralmente de significação, antes de sua seleção, estruturação e reprodução pela consciência tanto dos jornalistas (repórteres, editores, redatores etc.) como dos receptores da informação. (Genro Filho, 2012, p. 147)

E como se o jornalista pudesse não se relacionar de forma alguma com a realidade e lhe coubesse observá-la, somente, sem interagir com ela. Mas como isso é possível quando a história — e, portanto, a relação do repórter com seus personagens — se arrasta por um longo período, muitas vezes por anos a fio? Esta questão envolve conflitos que somente permeiam trabalhos de profundidade, cujos princípios metodológicos e éticos tratamos no terceiro capítulo, tendo como fio condutor “A Ética no Jornalismo” (1989), de Philip Meyer (1930-2023), criador da noção de Jornalismo de Precisão. Ainda nessa esfera, também tratamos da responsabilidade social no jornalismo, recorrendo a Venício Arthur Lima e Cláudia Lago.

Para analisarmos especificidades do jornalismo literário etnográfico produzido no Brasil, selecionamos duas coberturas de longa duração: o trabalho de Fabiana Moraes, originalmente publicado no *Jornal do Commercio* (PE), em abril de 2011, e retomado no livro-reportagem “O nascimento de Joicy” (2015); e a experiência da autora desta dissertação, que acompanha desde 2015 o jovem carioca Rafael Braga, preso injustamente no contexto das grandes manifestações que tomaram as ruas do Rio de Janeiro em junho de 2013, publicando reportagens no site *Ponte Jornalismo* de 2015 a 2017 e, desde então, no *Blog da Luiza Sansão*, ancorado no site *Outras Palavras*. A escolha por tratar também deste último deve-se ao fato de esta pesquisa ter tido como uma de suas principais motivações os conflitos e desafios profissionais enfrentados ao longo desse período, em que as questões sociais que permeiam a vida de Rafael e de sua família foram

determinantes para o rumo tomado pela cobertura, na direção de um jornalismo cada vez mais identificado com o literário-etnográfico.

O critério para a escolha dos trabalhos de jornalistas-escritoras brasileiras é a intenção de contribuir para o debate acerca de narrativas em profundidade produzidas no contexto de nossas questões sociais e culturais, partindo da compreensão de que, conforme Passos e Marchetto (2018, p. 106), aos eixos de modalidade textual e de gênero se acresce o do contexto cultural, a configuração dos sujeitos diretamente relacionada à sua experiência do lugar e do momento histórico em que se formam e atuam — o que, evidentemente, tem o gênero como uma de suas dimensões.

Entendemos que tal prática jornalística envolve a subjetivação da objetividade, uma vez que informação e interpretação são indissociáveis. Jornalistas, ao informar por meio de seus relatos, não o fazem a partir de sua interpretação do que observam? Dois jornalistas com bagagens e percepções distintas sobre o mundo relatam da mesma forma o que observam e apuram? O rigor de uma apuração jornalística exclui a interpretação do repórter? Questões como estas são também pontos de partida para esta pesquisa, como veremos adiante.

1. Gêneros jornalísticos

A divisão da literatura — disciplina na qual o termo gênero se consolidou — em gêneros remonta à Grécia Antiga, quando Platão propôs uma classificação baseada nas relações entre Literatura e realidade, dividindo o discurso em mimético, expositivo ou misto: “foi nessa área que a teoria dos gêneros ganhou consistência, seja como agrupamento de obras por convenções estéticas ou como normatizadora das relações entre autor, obra e leitor”, de acordo com Pena (2006, p. 18). Seu discípulo, Aristóteles, foi quem estruturou formalmente a tripartição realizada anos antes, dividindo os gêneros entre lírico, épico e dramático — em “Poética”, obra provavelmente registrada entre os anos 335 a.C. e 323 a.C.) —, ainda conforme Pena (2006, p. 19).

O modelo triplo passou a ser questionado do século XVIII em diante e foi em meio às diversas mutações na classificação de gêneros — para mapear “a análise de estratégias do discurso, tipologias, funções, utilidades e outras categorias” — que se chegou à divisão mais comumente aceita, entre prosa e poesia (Pena, 2006, p. 18). O romance se consolidou desde o século XIX, com a exaltação dos valores burgueses, surgindo misturas do gênero “com outras formas de representação, como cartas, diários e memórias”. E então, no começo do século XX, deu-se “uma verdadeira revolução no conceito de gênero, quando as questões romperam os limites do texto e passaram a se localizar na linguagem”. Foi assim que, “para além do discurso literário, as classificações começaram a se referir a qualquer tipo de enunciado, dos mais simples aos mais complexos”, continua Pena, que marca a transição:

Com Mikhail Bakhtin, os estudos passaram da condição literária para a condição discursiva, e os agora chamados gêneros do discurso podiam ser divididos a partir de suas funções (científico, técnico, cotidiano etc.) ou, conforme outro teórico importante, Tzvetan Todorov, a partir de suas codificações históricas, respeitando-se quatro níveis essenciais: semântico, sintático, pragmático e verbal. Enfim, assumiu-se que os gêneros são relativos e transitórios, com princípios dinâmicos e em estado perene de transformação. (Pena, 2006, p. 20)

O crítico literário Alceu Amoroso Lima trouxe grande contribuição para a classificação dos gêneros, levando em conta o fato de os subgêneros serem

inumeráveis, bem como a combinação de gêneros e subgêneros serem ilimitados (Amoroso Lima, 1969, p. 27-28). Afirma o autor:

A literatura é uma arte. Distingue-se da ciência e da moral, por partir do **possível**, ao passo que a ciência pisa no terreno **do que é** e a moral no do que **deve ser**. Arte é o que **pode ser**. E como tal, é do domínio da **liberdade**. [...] Entre as artes, o que as distingue não são as causas finais. São as causas intermediárias. A fonte é a mesma, o gênio criador. O fim é o mesmo, uma forma nova a criar, a obra. O que difere é a causa material, **o com que se faz a arte**. E a causa formal, o estilo. (Amoroso Lima, 1969, p. 28, grifos do autor)

No jornalismo, foi o editor inglês Samuel Buckley quem, no começo do século XVIII, fez a primeira tentativa de classificação, “quando resolveu separar o conteúdo do jornal *Daily Courant* em *news* (notícias) e *comments* (comentários)” — divisão sobre a qual até hoje há divergências (Pena, 2006, p. 18). O critério de separação entre forma e conteúdo, continua o autor, levou à “divisão por temas e pela própria relação do texto com a realidade (opinião x informação), contribuindo assim para uma classificação a partir da intenção do autor”.

Seguindo a linha cronológica da sistematização do estudo dos gêneros jornalísticos, foi a Universidade de Navarra, na Espanha, um dos primeiros centros de investigação a fazê-lo, desde 1959, dividindo inicialmente os textos em informativos, opinativos e de entretenimento, conforme Pena (2006, p. 19). A divisão em textos narrativos, descritivos e argumentativos veio depois, proposta pelo catalão Hector Borrat. No Brasil,

Luiz Beltrão foi o pioneiro, seguido do professor José Marques de Melo, cujas propostas foram baseadas nos seguintes critérios: 1) finalidade do texto; 2) estilo; 3) modos de escrita; 4) natureza do tema; e 5) articulações interculturais (cultura). As sistematizações de Marques de Melo também levam em conta a geografia, o contexto sociopolítico, a cultura, os modos de produção e as correntes de pensamento. (Pena, 2006, p. 19)

Não há, ainda hoje, consenso nos debates sobre os gêneros jornalísticos, conforme Francisco de Assis (2010, p. 16): “por espelharem a realidade de múltiplos espaços geográficos e por, muitas vezes, revelarem pontos de vista diferentes, as considerações tecidas à margem dos gêneros jornalísticos nem sempre oferecem explicações similares”. No cenário brasileiro, as duas principais referências vigentes no tema são as de José Marques de Melo (2003; 2006b; 2009) e Manuel Carlos Chaparro (2008), que partem de perspectivas teóricas díspares, continua o autor:

enquanto Marques de Melo foca sua classificação na intencionalidade do material jornalístico, Chaparro prima pela estrutura linguística do discurso. Não é à toa que os autores utilizem diferentes nomenclaturas (gênero, formato, espécie) para definir um mesmo texto (ou um mesmo conjunto de textos) publicado pela imprensa. (Assis, 2010, p. 17)

Defendendo que as mensagens jornalísticas sejam compreendidas a partir de sua subdivisão em gêneros e em formatos a eles submetidos, Marques de Melo e Assis (2016, p. 49) conceituam gênero como “a classe de unidades da Comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e recuperação oportuna de informações da atualidade”, definindo-se por duas características fundamentais: “sua aptidão para agrupar diferentes formatos — todos com caracteres comuns, embora diferentes entre si — e sua função social”. Esta última exigência, explicam os autores, corrobora a perspectiva funcionalista, segundo a qual os meios operam para atender às demandas originadas no contexto da sociedade. Assim, a partir de Lasswell (1987) e de Wright (1968) — autores da corrente funcionalista — e de contribuições de Raymond Nixon (1963), Marques de Melo e Assis apresentam o seguinte panorama dos gêneros jornalísticos e de suas respectivas funções: *informativo*: vigilância social; *opinativo*: fórum de ideias; *interpretativo*: papel educativo, esclarecedor; *diversional*: distração, lazer; e *utilitário*: auxílio nas tomadas de decisões cotidianas (2016, p. 49).

Estes “refletem aquilo que os cidadãos querem e precisam saber/conhecer/acompanhar, porque justamente nos gêneros esse público encontra respaldo para suas ações cotidianas ou, mesmo, para o exercício da cidadania”, afirmam os autores, que explicam: “atender às finalidades condensadas nessas cinco vertentes é a razão de ser do trabalho da imprensa, que foi se construindo ao passo do próprio desenvolvimento da sociedade”. Assim,

Se observarmos a evolução dessas classes, a começar pelos gêneros hegemônicos — o informativo (surgido no século 17) e o opinativo (século 18) —, e a eles acrescentando os complementares — interpretativo, diversional e utilitário, que se legitimaram no século 20 (Marques de Melo, 2010) —, veremos que seu surgimento e/ou sua consolidação são sempre respostas às demandas sociais, muitas das quais evidenciadas em momentos históricos datados, especialmente em períodos de crise ou de profundas transformações (Assis, 2010). Jornalismo e sociedade passam por processos evolutivos concomitantes. (Marques de Melo; Assis, 2016, p. 50)

E então, como desdobramento do gênero, tem-se o formato jornalístico, “feitio de construção da informação transmitida pela Mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica em cada sociedade nacional”, conforme os autores, que “se desenvolvem segundo suas lógicas internas, próprias, e multiplicam potencialidades” e “são, em resumo, o instrumento — a forma — que emissores adotam para se manifestar e para fazer circular conteúdos elaborados em harmonia com circunstâncias distintas” (Marques de Melo; Assis, 2016, p. 47). Assim, temos no gênero informativo, por exemplo, os seguintes formatos: nota, notícia, reportagem e entrevista, conforme a “Classificação Marques de Melo”:

A distinção entre a nota, a notícia e a reportagem estão exatamente na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e acessibilidade de que goza o público. A nota corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais freqüente no rádio e na televisão. A notícia é um relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística. Por sua vez, a entrevista é um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade (Marques de Melo, 2003, p. 66)

Os formatos, por sua vez, desdobram-se no que Marques de Melo chama de tipos, sobre os quais não nos debruçaremos aqui. “O tipo *jornalístico* é o modelo assumido pela mensagem da atualidade com a finalidade de melhor preencher a função social que lhe corresponde na engrenagem midiática”, conforme Marques de Melo e Assis (2016, p. 48), segundo os quais “o gênero informativo comporta o formato reportagem, que, por sua vez, pode ser desenvolvido no tipo grande reportagem” — que é o que nos interessa neste trabalho. A espécie ou tipo varia de acordo com a necessidade de trabalhar um acontecimento de determinada maneira, como também pode estar vinculada a uma decisão autoral ou institucional, bem como a uma padronização exigida pelo suporte que a veicula. Entretanto, como propõe Assis (2010),

também é necessário deixar claro que essas categorias buscam tão-somente sinalizar a principal finalidade dos conteúdos jornalísticos, uma vez que as fronteiras entre informação, opinião, interpretação, diversão e serviço não são extremamente rígidas, a ponto de que um gênero possa ser considerado puro. O

próprio Marques de Melo (2003: 25) questiona esses limites, concluindo que a distinção entre gêneros é um “artifício” profissional e político, que orienta o trabalho do jornalista e sua relação com o público. (Assis, 2010, p. 17-18)

Nos atemos, aqui, ao universo da reportagem — e, sob este guarda-chuva, restringimos o campo desta pesquisa a um tipo de reportagem específico: o das narrativas aprofundadas, sejam estas chamadas *in-depth journalism* (jornalismo em ou de profundidade), jornalismo de autor, *long-form journalism* (textos longos, com grande quantidade de conteúdo, de acordo com Carr, 2011) ou jornalismo diversional, no sentido de diverso, conforme José Marques de Melo (Martinez, 2016, p. 403-404). Vale ainda, a partir deste último, a referência ao conceito de jornalismo de autor (Assis, 2016, p. 90):

Classificado primeiramente por José Marques de Melo (2010b: 3), como aquele “cuja identidade vacila entre o mundo real e a narrativa imaginária” — sendo constituído por textos com feições literárias, que resgatam “certas formas de expressão que mimetizam os gêneros ficcionais”, não obstante permanecendo “ancorados na realidade” (Marques de Melo, 2010b: 6) —, o gênero apresenta, segundo o mesmo autor, “nuances típicas de certo jornalismo autoral” (Marques de Melo, 2010a: 29). Essa percepção é ainda reforçada por Gustavo de Castro (2009: 206) e por Demétrio de Azeredo Soster et al. (2010: 8), os quais asseguram que o fenômeno por nós discutido é também conhecido como “jornalismo de autor”. (Assis, 2016, p. 90)

Tendo em vista que a informação é a base do jornalismo, “é indiscutível a afirmação de que o primeiro gênero a figurar na imprensa mundial, já no século XVII, foi o informativo” (Assis, 2010, p. 18) e, historicamente, sua hegemonia acabou sendo dividida com o gênero opinativo, até que, a partir de meados do século XX, três novos gêneros emergiram: o interpretativo, o diversional e o utilitário. Aqui, nos interessa especificamente a interseção entre o informativo e o interpretativo — mas “a delimitação das fronteiras que separam a interpretação da informação e da opinião nem sempre foi observada de maneira unânime” também (Assis, 2010, p. 23). Concordamos, assim, com a definição de Marques de Melo (2003, p. 64), de que “a interpretação (como procedimento explicativo, para ser fiel ao sentido que lhe atribuem os norte-americanos) cumpre-se perfeitamente através do gênero informativo”.

Porque se jornalismo é produção de sentido, e se não é possível fazer um relato dos acontecimentos sem ele mesmo, o repórter, interpretá-los, é possível concluir que o jornalismo, ao informar, também apresenta a interpretação daquele

que informa — pensamento que vai ao encontro do que coloca Assis a respeito das primeiras discussões sobre esse gênero, que, no Brasil, foram feitas por Paulo Roberto Leandro e Cremilda Medina (1973):

Ancorados no conceito de “interpretação” tratado pela filosofia, os autores concluem que, se a interpretação busca “encontrar o sentido das diferentes forças que atuam num fenômeno”, o jornalismo interpretativo é “o esforço de determinar o sentido de um fato, através da rede de forças que atuam nele — não a atitude de valoração desse fato ou de seu sentido, como se faz um jornalismo opinativo” (Leandro e Medina, 1973, p. 15-16). Além disso, também consideram que a interpretação se distancia da informação por conta da “complementação dos fatos”, da “pesquisa histórica de antecedentes” e da “busca do humano permanente no acontecimento imediato”, itens necessários para a construção de textos dessa primeira ordem, pois “enquanto a notícia registra o aqui, o já, o acontecer, a reportagem interpretativa determina um sentido desse aqui num círculo mais amplo, reconstitui o já no antes e no depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente” (Leandro e Medina, 1973, p. 23). (Assis, 2010, p. 22-23)

Também não há consenso sobre a denominação do jornalismo que se ocupa das narrativas aprofundadas e que se desenvolve sem pressa, como veremos a seguir.

1.1 Cobertura de longa duração: grande reportagem, jornalismo lento, jornalismo de autor, jornalismo em profundidade

Os escritores que eu admirava em geral levavam semanas e meses fazendo o trabalho de apuração e de organização, de escrever e reescrever, antes que os artigos pudessem ser considerados dignos de ocupar o espaço da revista — que hoje é ocupado, por muitos de nossos sucessores, em um décimo do tempo.

Gay Talese, 2004, p. 510

O jornalismo que nos interessa aqui mais especificamente não é o da reportagem factual, produzida na correria cotidiana, com prazos apertados e sem possibilidade aprofundamento, normalmente restrita a técnicas que muitas vezes pasteurizam textos — inviabilizando a autoria. Nesse tipo, sobretudo em um momento de enxugamento das redações devido às demissões em massa e em meio às possibilidades de comunicação à distância oferecidas pela tecnologia — uma economia para as empresas jornalísticas, que nem precisam arcar com o

deslocamento de seus funcionários —, repórteres, sobrecarregados e desmotivados pela precariedade da profissão — baixos salários, muitas vezes sem vínculo empregatício (pejotização), acúmulo de horas extras mal-remuneradas (quando remuneradas), entre outras formas de desvalorização — se veem ainda mais premidos pelo tempo.

Fontes se repetem (definidores primários¹, reforçando seus mesmos pontos de vista² e sua imagem midiática), entrevistas dão lugar a “pegar aspas” pelo telefone e cada vez mais por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp. Tudo isso limita a conexão de jornalistas com a pauta e as fontes, inviabiliza o aprofundamento nos temas tratados e um trabalho baseado não apenas em “aspas”, mas em uma interpretação de falas e ideias devidamente desenvolvidas pelas pessoas ouvidas durante o processo de apuração. Indo mais longe, inviabiliza a comunicação entre jornalista e fonte, uma vez que esta transcende o que se diz: expressões verbais e corporais, emoções passíveis de serem percebidas somente na presença — no calor que existe somente no encontro entre seres humanos — acabam não compondo, em geral, as reportagens factuais. Isso porque, a menos que o repórter tenha levado a cabo uma investigação prolongada, ele geralmente tem menos de um dia de trabalho para se familiarizar com o background do acontecimento, para recolher informações e escrever o seu artigo (Tuchman, 1999, p. 113-114).

Talvez essa descrição sirva bem ao que Cremilda Medina chama de “déficit de abrangência nas narrativas da contemporaneidade”. A pesquisadora afirma que há “poucos autores de visão complexa em meio a um oceano fragmentário de diluidores do factual imediato” mas que “nas coberturas pontuais, para além do factual noticioso, fragmentado, superficial, surgem aqui e ali narrativas que saltam

¹ Stuart Hall et al (2016) chamam de “definidores primários” aquelas fontes que têm status social e, portanto, conferem status ao jornalista que as entrevista e ao veículo: são as fontes oficiais, empresariais, institucionais e especializadas. Aquelas que são sempre procuradas para falar aos jornais e cujas opiniões são consideradas muito relevantes.

² Ao se ouvir sempre as mesmas fontes oficiais (os definidores primários), tem-se o reforço da ideologia dominante e o silenciamento de outros tipos de fonte (aquelas que são comumente marginalizadas no jornalismo do dia a dia), fenômeno constatado pela teoria da ciência política e comunicação de massa proposta pela alemã Elisabeth Noelle-Neumann. “A definição da leitura do real por essas fontes, assim como a circulação majoritária de suas declarações, que as hierarquiza num estrato superior de qualidade e credibilidade em relação a outros tipos de fonte, acaba por reforçar o suporte à ideologia oficial e por silenciar e marginalizar outras vozes e possibilidades interpretativas, fenômeno a que Elisabeth Noelle-Neumann (1993) denomina espiral do silêncio” (PASSOS, 2017, p. 5).

pela diferença — e que dão “a dimensão da autoria”. A pesquisadora explica que insiste na autoria porque, “mesmo em trabalhos de equipe, há marcas de um autor com a competência de reger sentidos dispersos, montar (editar) tempos e espaços, descobrir tendências e lados ocultos da realidade social, lançar-se aos imaginários culturais” (Medina, 2008, p. 78-80).

Ela atribui tal déficit também à “ausência do ‘laboratório epistemológico’ que trabalhe com a visão de mundo e as atrofias da sensibilidade, da razão e da ação criativas” (2008, p. 78). É exatamente essa a experiência que vive um jornalista disposto a sair da superficialidade para mergulhar em uma apuração mais longa, a aprofundar-se em uma história. “Encontram-se poucos autores de visão complexa em meio a um oceano fragmentário de diluidores do factual imediato”, continua Medina, que apontou, junto a Paulo Roberto Leandro, em aula inaugural de pesquisa sobre “a arte de tecer o presente”, em 1973, na Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP):

quatro instrumentos de aferição e aprofundamento compreensivo do real concreto: a humanização dos protagonistas da ação social, o contexto abrangente do acontecimento pontual, as raízes histórico-culturais da situação em foco e os diagnósticos e prognósticos dos especialistas que pesquisam o tema. (Medina, 2008, p. 79)

Em “A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza”, a jornalista e pesquisadora Fabiana Moraes ressalta que, ao pensar o jornalismo exercendo-o diariamente, “há espaço para produzir uma abordagem complexificada dos fatos cotidianos, sejam eles inéditos, sejam eles questões sociais com as quais convivemos há tempos e que nos parecem ordinárias” e que estas últimas, “pelo grau de naturalização que adquirem ao se perpetuarem no dia a dia, são as que mais desafiam o olho da jornalista”. E propõe: “o ‘lugar’ dessa produção complexificada é a pauta” (Moraes, 2022, p. 10). Cabe aqui fazermos uma distinção:

tema e pauta não são a mesma coisa, apesar de muitas vezes, mesmo entre jornalistas mais experientes, essa confusão ser comum. Racismo, corrupção, meio ambiente são temas guarda-chuvas, nos quais há uma infinidade de possibilidades de pautas, de maneiras de enquadramento. Já um livro mostrando como os bancos e os setores imobiliários dos Estados Unidos impediram ou prejudicaram pessoas negras a ter suas próprias casas (trabalho de Keeanga-Yamahtta Taylor, finalista do prêmio Pulitzer 2020) nasce de uma elaboração não só do tema racismo, mas também do tema corrupção. Esse entendimento da

capilaridade dos fenômenos sociais é central para construir artigos, análises, livros, reportagens. Então reformulo: toda pauta, quando tratada reflexivamente, é uma arma de combate. (MORAES, 2022, p. 12).

Além disso, para Moraes, embora a sobrecarga, o tempo escasso, a precarização da profissão e a competição se imponham no cotidiano das redações, tais adversidades presentes no fazer jornalístico diário não são “desculpas” para a perpetuação de estigmas, por exemplo, sobre parcelas da sociedade historicamente discriminadas:

A pressa, o tempo de exercício profissional e o maior espaço e profundidade nas investigações jornalísticas são assuntos importantes para pensar no resultado do conteúdo noticioso, de fato. Mas eles não explicam questões como a permanência do racismo e do classicismo comum nos veículos diários, tampouco a exotificação de populações indígenas ou nordestinas, para ficar em alguns exemplos também consagram somente a reportagem o lugar de o melhor jornalismo, como se a notícia cotidiana não fosse justamente aquela que nos transpassa com maior continuidade, fomentando imaginários e saberes. (Moraes, 2022, p. 9)

Assim, reconhecendo que é possível — e necessário, como defendem Medina e Moraes — tratar as pautas de forma reflexiva no jornalismo cotidiano, o presente trabalho tem como objeto de interesse as reportagens que demandam do jornalista um tempo maior de dedicação e nas quais, portanto, há espaço para maior aprofundamento na abordagem de questões sociais: as coberturas de longa duração, as grandes reportagens. Por ser nesse tipo de jornalismo — sem a pressa cotidiana dos jornais e o pouco espaço em que se conformam um número bastante limitado de caracteres — que os instrumentos apontados por Medina podem ser verificados, com raras exceções, conforme colocado pela autora. São as reportagens chamadas “especiais”, geralmente publicadas em revistas e sites, atualmente, e historicamente também em séries especiais em jornais impressos, divididas em partes, publicadas em sequência — como no caso da reportagem “O nascimento de Joicy”, de Fabiana Moraes, publicada durante três dias no Jornal do Commercio (PE), em abril de 2011.

Como no caso da reportagem de Moraes, muitas vezes coberturas de longa duração resultam em livros-reportagens, muitos dos quais transformaram-se em obras de referência histórica, exatamente pelo relato minucioso e mais extenso da cobertura de profundidade — e que caracteriza o jornalismo literário, como

veremos no item 1.3. No Brasil, um exemplo disso é a obra de Euclides da Cunha (1866-1909), que, enviado como correspondente pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 1897 para cobrir a insurreição de Canudos, aproveitou o material excedente para escrever “*Os Sertões*”, lançado em 1902. Cunha, republicano, partira de São Paulo acreditando que o movimento pretendia restaurar a monarquia. Ao chegar ao sertão baiano, descobre que os insurgentes eram pequenos agricultores que, em meio a latifúndios, desemprego e seca, acreditam numa salvação milagrosa proposta por Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897), o Antônio Conselheiro.

Outra obra que é referência desse tipo de jornalismo de imersão é “*A alma encantadora das ruas*” (1997), do jornalista Paulo Barreto (1881-1921), sob seu pseudônimo mais famoso: João do Rio. Trata-se de “um registro da fenomenal transformação que a então capital brasileira [Rio de Janeiro] vivenciava”, afirma Martinez, que aponta: “Um dos marcos da produção de João do Rio é seu mergulho na realidade para relatá-la com saber e sabor. O jornalismo, aqui, em sua melhor forma, como irmão de outras áreas do conhecimento, como a Sociologia e a Psicologia” (Martinez, 2016, p. 37).

Para além desta, que é provavelmente a mais conhecida do autor, João do Rio tem muitas outras obras que fazem dele um dos maiores exemplos de jornalistas literários no Brasil. Tendo estreado na imprensa carioca antes mesmo de completar 18 anos e colaborado em diversos jornais e revistas de sua época — como *A Tribuna*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz* e *A Revista da Semana* —, publicou relatos peculiares sobre o Rio de Janeiro, em que “revela sua forte ligação com a cidade, que foi narrada em toda sua multiplicidade” e abordando “desde assuntos como religião, carnaval, teatro e música até política e educação”, de acordo com Aline da Silva Novaes (2015)³.

É essa característica do jornalismo que se aprofunda — o *mergulho* do jornalista — que está no centro da reflexão que procuramos fazer aqui. Mas não é qualquer mergulho: a partir da contribuição de Moraes, aqui tratamos da necessidade de que esse mergulho também signifique, necessariamente, a

³Algumas das colunas e séries que deram títulos a livros do autor, além de “*A alma encantadora das ruas*” (1908), são “*As religiões no Rio*” (1904), “*Cinematographo: crônicas cariocas*” (1909), “*Os dias passam...*” (1911) e “*Pall-Mall Rio*” (1917). Originado na série de reportagens “*As religiões no Rio*”, publicadas na *Gazeta de Notícias* em 1904, como resultado da imersão do autor em espaços de expressões religiosas no Rio de Janeiro da época, o livro homônimo, lançado em 1904, reuniu 23 textos, além de um prefácio (Novaes, 2015).

materialização de uma prática mais reflexiva no jornalismo, que deve se dar a partir de “um olhar crítico sobre como noticiamos historicamente pessoas, grupos, lugares, temas” (2022, p. 12). Assim, depois de abordar características do Jornalismo Literário — este dizendo respeito mais à forma, ao estilo e à profundidade do envolvimento do repórter, a partir de Amoroso Lima, Pena e Martinez —, passamos a tratar da união das mesmas com o que caracteriza o jornalismo literário etnográfico — a partir de Anne Hermann — e, então, ao jornalismo de subjetividade proposto por Moraes — que reflete sobre como “a objetividade no jornalismo brasileiro, esse ideal e realizável (Birolli e Miguel, 2012), sustenta uma performance de neutralidade que, no final, pode ser uma forma de validar discursos hegemônicos (Undugarra, 2018)” (2022, p. 16) e defende que o jornalismo sirva como meio de oposição a “cenários de destruição de humanidades” (2022, p. 20).

Assim, “embora as notícias tendam a dominar as discussões *no e sobre o jornalismo*” (Hermann, 2016b, p. 495, tradução e grifos nossos), como ressaltamos no início deste capítulo, aqui abordamos especificamente narrativas em profundidade produzidas em ritmo lento — sem pressa, sem preocupação com prazos ou furos de reportagem. Esse tipo de trabalho tem uma longa tradição, especialmente nos Estados Unidos, e já ganhou diversas denominações.

Opondo-se às “convenções do jornalismo moderno, como objetividade, estrutura de notícias e velocidade”, o manifesto do novo jornalismo “exigia **imersão** — ou o que Tom Wolfe chamou de ‘**reportagem de saturação**’ (Hartsock, 2000, p. 256)”, conforme Hermann (2016b, p. 494, tradução nossa, grifos nossos). Embora essas formas de jornalismo existam há décadas, senão séculos, o conceito de “**jornalismo lento**” é novo e “descreve uma resposta contemporânea aos problemas causados pela aceleração do jornalismo, tanto em sua produção quanto em seu consumo”, segundo a autora. O termo foi cunhado por Susan Greenberg em 2007, referindo-se a “**reportagem, não-ficção longa e jornalismo investigativo que leva tempo na escrita e na produção, resultando em um trabalho de alta qualidade**” (Hermann, 2016b, p. 494, tradução nossa, grifos nossos). Apesar de ter sido adotado por jornalistas, comentaristas de mídia e alguns acadêmicos, o termo ainda é pouco encontrado em pesquisas:

Na escassa literatura acadêmica sobre *jornalismo lento*, o foco principal tem sido a *lentidão como uma abordagem para a*

produção (desacelerando o processo de reportagem para “um ritmo humano”), *publicação* (por exemplo, o lançamento de uma revista trimestral de notícias) e *consumo* (prendendo a atenção das pessoas por um período de tempo significativo) (Le Masurier, 2015). Essas *dimensões temporais do “jornalismo lento”* também podem ser indexadas na distinção de Schudson e Hannerz entre *arregimentação* (*reportagem desacelerada, publicação mais lenta*) e *representação* (*narrativas longas e desaceleradas*). (Hermann, 2016b, p. 494, tradução nossa, grifos nossos)

Afinal, o que caracteriza esse tipo de trabalho, que aqui também chamamos de **cobertura de longa duração**? É o que exploramos de forma mais específica a partir de agora, a partir das concepções de Amoroso Lima (1969), Edvaldo Pereira Lima (em Martinez, 2016), Felipe Pena (2006), Kramer (1995) e Monica Martinez (2016) sobre Jornalismo Literário, bem como das concepções de Anne K. Hermann (2016a, 2016b) sobre Jornalismo Etnográfico e as reflexões de Carvalho & Júnior (2022) sobre este último — para refletirmos sobre um tipo de jornalismo que, empregando recursos da literatura e da etnografia, se desenvolve lentamente.

1.2 Jornalismo literário: estilo e sensibilidade

Cobertura de longa duração, jornalismo lento, jornalismo em profundidade, jornalismo narrativo, jornalismo de imersão, jornalismo literário: o que se convencionou chamar de “grande reportagem” ou “reportagem de fôlego”, tipo de trabalho associado ao New Journalism, movimento iniciado nas redações norte-americanas da década de 1960, também pode ser chamado de qualquer uma dessas formas. Afinal, acompanhamento (cobertura) de histórias por um período mais longo, o aprofundamento nas questões que as atravessam (tratamento reflexivo da pauta) e a preocupação especial com a forma de contá-las (estilo, autoria etc.) são características das reportagens consideradas “grandes” e “de fôlego”. Todos esses termos, portanto, parecem adequados para nos referirmos ao tipo de jornalismo que interessa a esta pesquisa e — não “mas”, não há oposição — a escolha por um deles, aqui, acaba sendo menos pelo conceito do que pelo estilo.

Para tratarmos do que caracteriza esse tipo de jornalismo, é preciso voltar ao *New Journalism*, que, nascido nos Estados Unidos dos anos 1960, tem origem na “insatisfação de muitos profissionais da imprensa com as regras de objetividade do

texto jornalístico, expressas na figura famosa do lead, uma prisão narrativa que recomenda começar a matéria respondendo às perguntas básicas do leitor” (Pena, 2006, p. 53). O movimento nasce, portanto, como uma crítica ao predomínio da vertente positivista, segundo a qual o jornalismo deve se ater ao relato dos “fatos”, o que reduz o repórter a mero observador da realidade, como se não lhe coubesse interagir com ela — o que envolve relacionar-se criticamente com os acontecimentos.

Escrito por Tom Wolfe em 1973, o manifesto do movimento que “funda” o gênero, por assim dizer, registra quatro recursos básicos do Jornalismo Literário: reconstruir a história cena a cena, registrar diálogos completos, apresentar as cenas pelos pontos de vistas de diferentes personagens e registrar hábitos, roupas, gestos e outras características simbólicas dos personagens:

A ideia básica do Novo Jornalismo americano, ainda nas palavras de Wolfe, é evitar o aborrecido tom bege pálido dos relatórios que caracteriza a tal ‘imprensa objetiva’. Os repórteres devem seguir o caminho inverso e serem mais subjetivos. Não precisam ter a personalidade apagada e assumir a encarnação de um chato de pensamento prosaico e escravo do manual de redação. O texto deve ter valor estético, valendo-se sempre das técnicas literárias” (Pena, 2006, p. 54).

Tomando a definição de literatura como “arte da palavra”, e mais especificamente como “toda expressão verbal com ênfase nos meios de expressão”, temos que, para ser literatura, a palavra — “diferença específica da literatura entre as outras artes” — deve ter valor de fim, não de meio, conforme explica Amoroso Lima (1969, p. 18-19) no clássico ensaio em que defende “o jornalismo como gênero literário” (título da obra, aliás). Eis a diferença entre o uso da palavra somente para comunicar algo — palavra como meio — e seu uso como um fim em si — estético, explica o autor:

O meio verbal é um fim em si, enquanto na Ciência, na Filosofia, na História, é um meio. Quando esse meio, em cada uma dessas atividades mentais, assume uma feição de fim, ou uma importância especial, então já se pode falar em um filósofo-esteta, como Bergson, ou de um matemático-escritor, como Poincaré, ou de um historiador-literato, como Michelet ou Macaulay. São os gêneros mistos, que há dentro das fronteiras literárias, como há entre Literatura e Ciência, ou entre Literatura e Metafísica, e assim por diante. (Amoroso Lima, 1969, p. 20)

Essa interseção entre Literatura e Jornalismo é a que nos interessa aqui, já que esta pesquisa trata de um tipo de jornalismo que também tem como marca o uso da

palavra não somente como instrumento para se contar uma história. Neste gênero, existe uma preocupação especial com a forma, com a estética, um cuidado maior na escolha das palavras e na forma de dispô-las no texto. Há, portanto, o uso da palavra como um fim em si, não como um meio, apenas. É o “meio (o verbo) transformado em fim (o estilo)” (Amoroso Lima, 1969, p. 21). Como ênfase, vale a analogia:

Literatura é, pois, expressão pelo verbo, mas não toda e qualquer expressão verbal. Do mesmo modo que nem todo passo é dança. O que distingue uma passada comum de um passo de dança é que naquele o andar é simples modo utilitário de nos deslocarmos de um ponto a outro. Ao passo que, na dança, o passo é a própria finalidade do movimento. (Amoroso Lima, 1969, p. 20)

Não terá valor literário, portanto, o jornalismo em que o uso da palavra não tenha nenhum valor em si, segundo o autor: o modo com que se emprega a palavra é o que definirá se esse valor existe. Para ele, “enquanto o jornalismo utilizar a palavra como simples utilidade, então será tampouco literatura como numa aula de ciência” (p. 23). Assim, se é verdade que “o jornalismo não é literatura pura, sem dúvida, como é um poema, no qual a palavra vale apenas como palavra” e que “o jornalismo tem sempre, por natureza, como veremos, um fim que transcende ao meio”, segundo o autor, “sempre que esse reduzir o meio (a palavra) a um simples instrumento de transmissão, deixará de ser jornalismo para ser apenas publicidade ou propaganda, ou noticiário, ou anúncio” (Amoroso Lima, p. 23).

No Brasil, o introdutor dos estudos de Jornalismo Literário foi Edvaldo Pereira Lima, professor aposentado da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e cocriador da Academia Brasileira de Jornalismo Literário (ABJL), que batizou de “Jornalismo Literário Avançado” esse arcabouço conceitual, que além das técnicas citadas incorpora avanços de outras áreas do conhecimento, como a psicologia humanista, a mitologia e a biologia, para facilitar a compreensão e o relato das narrativas da vida real (Martinez, 2016, p. 44). Sua definição para jornalismo literário:

Modalidade de prática da reportagem de profundidade e do ensaio jornalístico utilizando recursos de observação e redação originários da (ou inspirados pela) literatura. Traços básicos: **imersão do repórter na realidade, voz autoral, estilo, precisão de dados e informações, uso de símbolos (inclusive metáforas), digressão e humanização.** Abrange distintos formatos narrativos, como o perfil e a reportagem temática, assim como seu estilo é

aplicado na produção de narrativas de viagem, biografias, ensaio pessoal e outros formatos. É um fenômeno universal, embora tenha se consolidado melhor nos Estados Unidos. No Brasil, foram precursores Euclides da Cunha e João do Rio. Modalidade conhecida também como Jornalismo Narrativo, Literatura da Realidade, Literatura Criativa de Não Ficção (Lima, 2014, *apud* Martinez, 2016, p. 240)

Ao abordar a polêmica em torno do termo Jornalismo Literário, sobre o qual não há consenso, Martinez defende que “o que importa é o fenômeno das narrativas aprofundadas”, sejam estas chamadas jornalismo *em* ou *de* profundidade, jornalismo de autor, grande reportagem. É importante salientar que trabalhos no campo do Jornalismo Literário nem sempre resultam de coberturas de longa duração. Entretanto, considerando que, como já foi dito, a correria cotidiana dificulta — e, muitas vezes, inviabiliza — a produção de reportagens desse tipo, no presente trabalho o tempo de cobertura tem especial destaque — inclusive porque a experiência que motivou tal escolha é exatamente uma cobertura de longa duração.

Em “Jornalismo Literário: tradição e inovação”, Martinez explora características do Jornalismo Literário a partir da sistematização do gênero pelo jornalista e professor estadunidense Mark Kramer (coautor de *Literary Journalism*, 1995) — segundo o qual, até um tempo atrás, o gênero era definido “mais ou menos como *você-sabe-que-é-Jornalismo-Literário-quando-você-vê*” (Martinez, 2016, p. 40) — e, especificamente no Brasil, a partir dos estudos de Edvaldo Pereira Lima, professor aposentado do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). “Ele batizou de Jornalismo Literário Avançado esse arcabouço conceitual, que além das técnicas” elaboradas por Kramer, “incorpora outras áreas do conhecimento, como a Psicologia humanista, a Mitologia e a Biologia, para facilitar a compreensão e o relato das narrativas da vida real” (Martinez, 2016, p. 44).

Antes de adentrar Lima, conheçamos as oito características do Jornalismo Literário na concepção de Kramer, a partir da leitura de Martinez:

- 1) *Imersão no universo temático*: “esse mergulho na realidade, que tem como um dos alvos um alto nível de exatidão de informação, demanda muita pesquisa e familiaridade com a temática” (Martinez, 2016, p. 40). Para exemplificar essa característica fundamental do Jornalismo

Literário, a autora conta a seguinte situação vivida pela repórter Eliane Brum ao cobrir um enterro:

[...] O calor era intenso e sobre o muro do modesto cemitério um sabiá parou de cantar justamente na hora em que o caixão foi colocado na cova. O fato foi registrado pela jornalista não porque complementava com perfeição a cena, mas por ter acontecido. Para registrá-lo, a repórter teve de estar presente no local, acompanhar o funeral, ter sensibilidade para notar as tramas paralelas e, claro, ter bagagem cultural que permitisse identificar a espécie. (Martinez, 2016, p. 40-41)

2) *Estabelecimento de pactos claros e sinceros sobre exatidão com leitores e fontes*: exatamente por haver apurações que se desenrolam ao longo de um período maior (coberturas de longa duração) — “o que pode gerar bastante vinculação pessoal” — para Kramer a apuração precisa “também implica na questão ética do autor tanto com o leitor quanto com a fonte” — deixando claro, por exemplo, seu método de trabalho e sendo transparente no relacionamento: “Jornalismo Literário pede acesso fácil e constante à fonte para gerar a familiarização necessária, daí os eventos rotineiros serem um campo fértil e inesgotável para boas pautas” (Martinez, 2016, p. 41).

3) *Escolha por acontecimentos rotineiros*: em vez de correrem a cobrir grandes acontecimentos — sob a pressão do *deadline* e temendo perder o *timing* —, jornalistas literários devem “lançar luzes sobre fatos que aparentemente passam despercebidos”. O exemplo da autora, ao abordar essa característica do gênero, é “Cabeça de Turco: uma viagem aos porões da sociedade alemã” (2004), livro mais famoso do jornalista alemão Günther Wallraff, que se disfarçou de turco para sentir na pele os preconceitos e os desafios do subemprego que os imigrantes enfrentam na sociedade alemã” (Martinez, 2016, p. 42). Tal mergulho, como veremos em breve, é mais do que Jornalismo Literário: é também um exemplo de jornalismo etnográfico, cujas características serão apontadas no próximo momento desta dissertação.

4) *Voz autoral*: a quarta característica proposta por Kramer diz respeito à personalidade do autor, que, “como pessoa integral que é, pode ter traços tão díspares como intimidade, franqueza, ironia, estranhamento, confusão, até ser julgador ou um tremendo gozador” — uma “voz íntima” que, “manifestada de forma mais implícita do que ostensiva”, de acordo com Martinez, “gera um campo de conexão com o leitor” (2016, p. 42).

5) *Estilo*: enquanto há quem vincule essa característica ao uso abusivo de “uma linguagem artificial e rebuscada”, Martinez é taxativa em relação à importância de se evitar excessos. “Libertos da pseudocientífica mordada do jornalismo tradicional, que se pretende imparcial e impessoal”, jornalistas literários devem buscar a “arte da precisão” que Gabriel García Márquez chama de “carpintaria textual, na qual as palavras são fixadas no lugar certo como a madeira o é com pregos”, segundo a autora (2016, p. 43).

6) *Escrita de um ponto de vista*: para Kramer, a posição móvel do autor é uma preciosidade do Jornalismo Literário, explica Martinez: “ele está livre da tradicional narração em terceira pessoa para fazer experimentações quanto ao ponto de vista” e tem como elemento-chave a digressão, “aquela arte de contar algo indiretamente relacionado para enriquecer a narrativa e voltar ao ponto, findo o desvio” (Martinez, 2016, p. 43).

7) *Estrutura*: Kramer também aponta a arte de estruturar o texto como uma característica importante da modalidade, de acordo com Martinez, tecendo a mistura de narrativa primária com histórias e digressões para ampliar e recompor os acontecimentos na sequência de cenas que caracteriza o Jornalismo Literário, assim como em um romance, só que em uma narrativa de não-ficção (2022, p. 43-44).

8) *Criação de sentidos*: a oitava marca do Jornalismo Literário, conforme Kramer, é “o uso de símbolos e metáforas para facilitar a conexão com o leitor” (Martinez, 2016, p. 44) — e envolve requer especial sensibilidade por parte do autor, que precisa conduzir o leitor por um caminho ao longo do qual as experiências do personagem ressoam nas experiências pessoais do leitor, despertando uma série de emoções.

E então Martinez dedicou um capítulo inteiro aos dez pilares do Jornalismo Literário elaborados por Lima — que, ao expor os princípios que, na sua visão, norteiam conceitualmente a modalidade, trabalhou em três bases: as oito características desenvolvidas por Kramer; os sete pilares na concepção da Academia Brasileira de Jornalismo Literário (ABJL) — *humanização, imersão, estilo, voz autoral, simbolismo, precisão de dados e digressão* — e, por fim, as experiências e reflexões de Lima ao longo de décadas (Martinez, 2016, p. 45). Esse trabalho resultou na reedição, em 2009, com a inclusão de um novo capítulo, do livro *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da*

literatura (1993) — tese de doutorado de Lima (ECA-USP) que foi base fundamental para firmar a corrente do pensamento comunicacional brasileiro defendida pelo autor, conforme Martinez (2016, p. 45-46).

“Se, nos demais capítulos, Lima aborda procedimentos e técnicas”, continua Martinez, no capítulo *Simbiose com o Jornalismo Literário e o futuro* ele “registra a alma do literário”, compartilhando alguns de seus dez princípios filosóficos com Kramer (1995), que também oferece, na já citada obra, coescrita com Norman Sims, “sua visão sobre as regras ‘quebráveis’ do JL” (2016, p. 46). Vamos aos dez pilares de Lima, segundo o qual “os princípios que alicerçam a prática do Jornalismo Literário fazem parte de um conjunto integrado”, sendo que “cada um deles alimenta e reforça o outro e é essa contribuição mútua que dá consistência à modalidade como um todo” (Lima em Martinez, 2016, p. 46). Eis os dez princípios propostos por Lima, conforme síntese de Martinez:

1. **Exatidão e precisão:** quebrando o paradigma de que Jornalismo Literário tem texto floreado, adjetivado, Lima enfatiza que o texto feito por jornalistas-escritores é baseado na apuração mais criteriosa.
2. **Contar uma história:** o autor recorda a propensão humana a narrar histórias. “Artificialmente, o jornalismo convencional esqueceu-se disso, buscando estruturar seu discurso de modo considerado por muito tempo lógico, racional e objetivo. Pelo exagero, o que se gerou foi um modo de comunicação social muitas vezes asséptico, que o leitor logo esquece”
3. **Humanização:** o fator humano é marca do Jornalismo Literário na visão de Lima. “Toda boa narrativa do real só se justifica se nela encontramos protagonistas e personagens humanos tratados com o devido cuidado, com a extensão necessária e com a lucidez equilibrada onde nem os endeusamos nem os vilipendianos. Queremos antes de tudo descobrir o nosso semelhante em sua dimensão humana real, com suas virtudes e fraquezas, grandezas e limitações”
4. **Compreensão:** princípio essencial do Jornalismo Literário é a visão compreensiva da realidade, com sua função de disseminar conhecimentos. “Compreender é diferente de explicar. A explicação adota uma visão unilateral, verticalizada, de cima para baixo, reducionista. Mostra o mundo sobre uma ótica única ou de pouca abertura. Já a compreensão busca exhibir o mundo sob perspectivas diversificadas. Mais do que isso, ilumina as conexões entre conteúdos aparentemente desconectados. Interliga dados, mostra sentidos, perspectivas. Faz, nos bons casos de Jornalismo Literário, com que o leitor perceba o que tem a ver, com sua própria vida, tudo aquilo que está lendo”
5. **Universalização temática:** como o Jornalismo Literário busca principalmente tocar os leitores pelos aspectos humanos envolvidos, não está fechado à leitura de não especialistas em dado assunto, como

editorias clássicas de jornais e revistas. Isso porque, como diz Lima, (...) “o autor está em busca, em qualquer assunto, dos temas subjacentes que o tornam universal.”

6. **Estilo próprio e voz autoral:** habilidade narrativa é condição imprescindível para a prática do Jornalismo Literário. Mais do que virtuosos literários, demandam-se jornalistas-escritores com visão compreensiva da realidade: “O autor não é um mero compilador de dados, esforçado moleque de recados que transmite as versões dos fatos moldados conforme os interesses de suas fontes, nem se esconde, submisso, por trás das afirmações dos especialistas.”

7. **Imersão:** Lima lembra que há apenas uma forma de o jornalista literário compreender a realidade: mergulhando na própria. “Primeiro o autor mergulha no real, vive intensamente, de corpo e alma, a experiência de vida dos personagens. Depois é que se afasta, reflete sobre a experiência, deixa as emoções, as intuições e os pensamentos assentarem. E então escreve.”

8. **Simbolismo:** o repórter evidentemente atua na captação de realidades simbólicas e não na realidade primária, biopsicofísica. “É o simbolismo que me permite fazer ponte entre um fato ou situação com seu sentido universal. Um dos meios de emprego do simbolismo é o uso de metáforas, o recurso de linguagem que me permite substituir uma coisa por outra que ela não é, mas que todo mundo entende.”

9. **Criatividade** o décimo elemento é a capacidade criadora humana. “Todo autor é um criador. (...) Primeiro, ele é um repórter (...) — alguém que mergulha nas entranhas agradáveis ou horripilantes da realidade para conhecê-las bem, destrinchá-las, trazê-las à luz da compreensão. Em seguida, é um escritor, alguém que organiza sua história do que ouviu e viveu numa narrativa consistente, representação simbólica de ações, cenários e personagens reais. Nas duas pontas do seu trabalho, precisa ser criativo. Isto é, precisa ter engenhosidade, gerar o novo.”

10. **Responsabilidade ética:** o último princípio filosófico apontado por Lima é a habilidade de responder de forma ética às complexas demandas sociais de nosso tempo. “O Jornalismo Literário tem um compromisso com a realidade e sua credibilidade depende disso.” (p. 389) (MARTINEZ, 2016, p. 46-49)

Pena (2006, p. 13) também se dedica a apontar as características do jornalismo literário, que, em sua concepção, são as seguintes — que ele chama de “a estrela de sete pontas”: 1) *Potencializar os recursos do Jornalismo:* não se trata de ignorar as técnicas profissionais, mas de desenvolvê-las de modo a transcender o que se produz comumente no jornalismo diário, tendo em vista a importância de princípios como “a apuração rigorosa, a observação atenta, a abordagem ética e a capacidade de se expressar claramente, entre outras coisas” (2006, p. 13-14); 2) *Ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos:* mais uma vez, aqui temos uma marca fundamental desse tipo de trabalho, expressa na ruptura do jornalista

“com duas características básicas do jornalismo contemporâneo: a periodicidade e a atualidade”, sendo uma modalidade livre dos prazos apertados (*deadlines*) que caracterizam o trabalho diário em redações de jornais, da preocupação com o *timing*, com novidades, com imediatismo (p. 14); 3) *Proporcionar visões amplas da realidade*: como desdobramento das primeiras “pontas da estrela” de Pena, essa terceira característica acaba sendo uma possibilidade de aprofundamento que decorre exatamente de haver, nessa modalidade de jornalismo, uma relação diferente com o *tempo* — sem correr, o jornalista pode experimentar o mergulho e, portanto, a reflexão sobre as diversas questões que possam permear uma pauta.

A preocupação do jornalismo literário, então, é contextualizar a informação da forma mais abrangente possível — o que seria muito mais difícil no exíguo espaço de um jornal. Para isso, é preciso mastigar as informações, relacioná-las com outros fatos, compará-las com diferentes abordagens e, novamente, localizá-las em um espaço temporal de **longa duração**”. (Pena, 2006, p. 14)

Exercer plenamente a cidadania é a quarta característica apontada pelo autor, que diz respeito ao “espírito público”, ao compromisso do jornalista com a sociedade. “Quando escolher um tema, deve pensar em como sua abordagem pode contribuir para a formação do cidadão, para o bem comum, para a solidariedade” (Pena, 2006, p. 14); 5) *Romper com as correntes burocráticas do lead*: a conhecida “estratégia narrativa inventada por jornalistas americanos no começo do século passado com o intuito de conferir objetividade à imprensa” (fórmula que consiste em responder, já no primeiro parágrafo da reportagem, às perguntas: *Quem? O que? Como? Onde? Quando? Por quê?*), para Pena, embora tenha contribuído para tornar a imprensa mais ágil e menos prolixa — sem, entretanto, evitar a subjetividade —, pasteurizou os textos. “Falta criatividade, elegância e estilo. É preciso, então, fugir dessa fórmula e aplicar técnicas literárias de construção narrativa”, defende Pena (2006, p. 14-15); 6) *Evitar os definidores primários*: com o tempo sempre escasso, é comum que repórteres recorram aos “famosos entrevistados de plantão”, as fontes oficiais de sempre, “sujeitos que ocupam algum cargo público ou função específica e sempre aparecem na imprensa”, segundo Pena, que aponta como característica do Jornalismo Literário a busca por alternativas, ouvindo “o cidadão comum, a fonte anônima, as lacunas, os pontos de vista que nunca foram abordados” (2006, p. 15); e 7) *Garantir perenidade e profundidade*

aos relatos: a última ponta da estrela de Pena faz referência ao tempo e ao mergulho que caracterizam a modalidade:

Uma obra baseada nos preceitos do Jornalismo Literário não pode ser efêmera ou superficial. Diferentemente das reportagens do cotidiano, que, em sua maioria, caem no esquecimento no dia seguinte, o objetivo aqui é a permanência. Um bom livro permanece por gerações, influenciando o imaginário coletivo e individual em diferentes contextos históricos. Para isso, é preciso fazer uma construção sistêmica do enredo, levando em conta que a realidade é multifacetada, fruto de infinitas relações, articulada em teias de complexidade e indeterminação”. (Pena, 2006, p. 15)

Tudo o que foi colocado até aqui acerca do jornalismo como gênero literário é atravessado, de um jeito ou de outro, pela questão do tempo, da profundidade, da imersão do jornalista — e da linguística. “Como diria Nietzsche, a linguagem é inseparável do pensamento, cuja natureza é estritamente retórica. A informação que segue viagem pelas estradas neurais do cérebro é sintática e semântica. Estamos sempre empalavrando o mundo. O que falta é valorizar a musicalidade”, escreve Pena, que define Jornalismo Literário “como linguagem musical de transformação expressiva e informacional”, e completa:

Ao juntar os elementos presentes em dois gêneros diferentes, transformo-os permanentemente em seus domínios específicos, além de formar um terceiro gênero, que também segue pelo inevitável caminho da infinita metamorfose. Não se trata da dicotomia ficção ou verdade, mas sim de uma verossimilhança possível. Não se trata da oposição entre informar ou entreter, mas sim de uma atitude narrativa em que ambos estão misturados. Não se trata nem de jornalismo, nem de literatura, mas sim de melodia”. (Pena, 2006, p. 21)

A partir desta revisão das contribuições de Amoroso Lima (1969), Edvaldo Pereira Lima (em Martinez, 2016), Felipe Pena (2006), Monica Martinez (2016) e Kramer (1995), entendemos que o termo Jornalismo Literário merece especial destaque, por abarcar entre suas definições características como as que aparecem, implícita e explicitamente, nos outros termos mencionados — duração, extensão, profundidade, fôlego —, além de outras que mencionaremos a seguir. Como afirma Pena, “não basta aplicar os recursos para se tornar um jornalista literário”. O trabalho é, pois, mais árduo, e envolve, além de sensibilidade, tempo — artigo escasso no cotidiano das redações e valioso para qualquer repórter.

No cotidiano de uma redação jornalística, o espaço para reflexão é mínimo. Espremido pelos deadlines e pela busca incessante do furo de reportagem, o jornalista é mais uma peça da engrenagem produtiva. O evento é sua matéria-prima e o tempo curto seu

campo de atuação. Uma visão falaciosa, como afirma Fernand Braudel, para quem “o tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações.” Para Braudel, em oposição a esta narrativa de fôlego curto, dramática e precipitada, está uma “história longa, de respiração contida e de amplitude secular.” (Pena, 2016, p. 69)

Além disso, envolve disposição, interesse e mergulho para se alcançar a profundidade que é característica fundamental desse tipo de trabalho. Portanto, sobre os recursos básicos do gênero:

[...] você só conseguirá aplicá-los se for um repórter extremamente engajado, entrevistando com exaustão cada um de seus personagens até arrancar tudo o que puder com o máximo de profundidade possível. Para isso, **é preciso passar vários dias com as pessoas sobre as quais vai escrever**. E, no momento de mostrar os diversos pontos de vista, sua capacidade de descrição deve superar os melhores romances realistas. Mas lembre-se de que você está trabalhando com um texto de não-ficção. (Pena, 2006, p. 54-55, grifo nosso)

O detalhamento do ambiente, as expressões faciais, os costumes e todas as outras descrições só farão sentido se o repórter souber lidar com os símbolos. Se puder atribuir significados a eles e, mais importante ainda, se tiver a sensibilidade para projetar a ressignificação feita pelo leitor” (Pena, 2006, p. 54-55).

Se dois jornalistas realizam a cobertura de um mesmo acontecimento, por exemplo, o julgamento de uma pessoa em um tribunal, o relato de um pode informar o leitor sobre os argumentos apresentados pela defesa e pela acusação, usando aspas para as falas de cada uma, e a decisão do juiz ou do júri popular, além de uma descrição do motivo pelo qual aquela pessoa foi acusada de um crime. O relato do outro jornalista pode trazer uma descrição cuidadosa de como o réu se encontrava no momento do julgamento, se havia familiares presentes e que clima existia entre eles, suas impressões sobre os argumentos da defesa e da acusação, em vez de somente levar as aspas para a matéria, uma contextualização sensível das circunstâncias em que aquela acusação se deu e o contexto social do réu.

Enquanto o primeiro terá informado o leitor como se espera do “feijão-com-arroz” de veículos comerciais em que não há ênfase no emprego da palavra, o segundo foi além: atento à forma e sensível a detalhes das relações humanas e sociais, ele não apenas terá informado o leitor sobre o acontecimento, como lhe oferecido a possibilidade de refletir sobre o mesmo e até de imaginar como as coisas se deram no tribunal — como um convite a estar naquela cena por meio da forma

como está lhe foi contada. Assim, podemos, como mero exemplo, compreender que no primeiro caso trataria-se de um texto jornalístico cujo fim seria somente o de comunicar algo, sem ênfase no meio, ao passo que, no segundo, além do fim de comunicar algo, houve ênfase no modo de fazê-lo: um é jornalismo como o que mais se vê, o outro traz traços literários.

A diferença reside na forma como o segundo potencializa os recursos do jornalismo, de acordo com a definição de Felipe Pena em “Jornalismo Literário” (2006), enquanto o primeiro se mantém na superfície do acontecimento que ambos teriam coberto:

Significa potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lide (a famosa fórmula objetiva que prega a necessidade de o texto jornalístico responder às principais perguntas da reportagem ainda no primeiro parágrafo), evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos. No dia seguinte, o texto deve servir para algo mais do que simplesmente embulhar o peixe na feira. (Pena, 2006, p. 13)

Assim, podemos supor que, provavelmente, a matéria do primeiro terá sido esquecida no dia seguinte — tornando-se o embulho para o peixe na feira —, mas a do segundo terá marcado de alguma forma o leitor, pelas sensações que terá sido capaz de produzir. Afinal, de acordo com Amoroso Lima:

O jornalismo, por conseguinte, tem todos os elementos que lhe permitem a entrada no campo da literatura, sempre que seja uma expressão verbal com ênfase nos meios de expressão, e com todos os riscos e perigos, que possa produzir nos outros gêneros seus companheiros, ou que os outros nele possam produzir, quando desviados de sua natureza própria. E ocupando, como todos, uma posição precária, que depende de sua **qualidade** e não de sua natureza. O mau jornalismo será posto à margem da literatura, como a má poesia. (Amoroso Lima, 1969, p. 23-24)

Até aqui, abordamos elementos que caracterizam o Jornalismo Literário e a essência dessa modalidade de jornalismo, que não se restringe à forma narrativa, abarcando também o próprio processo de se pensar e fazer jornalismo — que leva em conta “o potencial transformador das histórias de vida como um elemento de conscientização do ser humano em suas relações com os demais indivíduos, com a sociedade e, de uma forma mais ampla, com o planeta”, como afirma Martinez (2016, p. 22). Entretanto, a reflexão sobre esses elementos, aqui atribuídos ao Jornalismo Literário, nos leva a outro conceito cujas bases fundamentais sustentam

a prática do repórter dedicado a essa modalidade jornalística: o de jornalismo etnográfico.

“Uma vez que essas reportagens aprofundadas em geral demandam apuração por tempo prolongado, é relevante o cuidado com o método de registro das informações”, conforme Martinez (2016, p. 327), que cita a relação entre o trabalho jornalístico literário e as pesquisas etnográficas estabelecida pelo antropólogo da comunicação belga Yves Winkin — em que, novamente, tempo e espaço são primordiais: “É trabalhando na dimensão temporal dos seus lugares que vocês conseguirão dar-se conta de que um lugar especialmente definido é sempre um lugar temporalmente definido e que as duas dimensões são intrinsecamente misturadas” (Winkin, 1998, p. 134, em Martinez, 2016, p. 327).

Também Christofolletti, em “A medida do olhar: objetividade e autoria na reportagem” (2004) afirma que, “em muitos momentos, o trabalho do jornalista se assemelha ao de um antropólogo: ele é um profissional enviado a um contexto social que precisa ser observado, entendido, e traduzido para outros contextos” (p. 19). Ele compara o trabalho de um cientista que estuda hábitos e culturas de uma comunidade isolada e sistematiza informações coletadas com o de um jornalista: em ambos os casos, segundo o autor, “acontece o mergulho numa realidade para sua interpretação posterior” e, “nos dois exemplos – seguindo metodologias próprias —, um olhar é lançado na tentativa de apreensão e compreensão de fenômenos” (p. 20). E completa:

Para Sérgio Cardoso (1992), o etnólogo tem um olhar viajante. Há ligações entre olhar e viajar, na medida em que, estando em outros lugares, encontra-se com o novo, com o estrangeiro, com o estranho. O olhar estabelece a distância entre as instâncias do eu e do outro. É por isso que olhar vai além de ver. Este último, em geral, significa o vidente numa perspectiva discreta, passiva, que “espelha e registra, reflete e grava”. (Christofolletti, 2004, p. 20)

1.3 Jornalismo etnográfico: imersão e lentidão

Também batizado como “etnojornalismo” e “jornalismo literário etnográfico”, o jornalismo etnográfico é “um domínio dentro do campo do jornalismo lento”, de acordo com a jornalista, antropóloga e professora dinamarquesa Anne Kirstine Hermann, cujo conceito de jornalismo etnográfico

refere-se a um gênero que tem como principais características: 1) a convivência por longo prazo durante a apuração da reportagem; 2) o foco em grupos sociais normalmente negligenciados na cobertura da mídia tradicional; e 3) a empatia entre repórter e interlocutores (Hermann, 2016a, 2016b). A “imersão” a que tanto nos referimos ao tratar das características do Jornalismo Literário, está na essência desse tipo de trabalho — também chamada de observação participante (cf. Neveu, 2016; Sims, 1984, em Carvalho; Júnior, 2022, p. 88) e que vimos chamando também, simplesmente, de *mergulho*.

Além do relato de forma autoral e humanizada — e para que ele seja possível — Martinez afirma que tal mergulho na realidade “demanda o uso de métodos diferenciados de captação da realidade”, acreditando que uma metodologia interessante seja a *Cultura do Ouvir*, proposta pelo semioticista da cultura brasileiro Norval Baitello Jr., inspirado em autores como o sociólogo alemão de Dietmar Kamper, criador da antropologia histórica. “Ouvir requer um tempo do fluxo e o tempo do fluxo é o tempo do nexos, das conexões, das relações, dos sentidos e do sentir” (Baitello Júnior, 2005, p.108, *apud* Martinez, 2016, p. 329).

O relacionamento entre etnógrafos e jornalistas, entretanto, de acordo com Hermann em “Jornalismo Etnográfico” (2016a), “costuma ser um local de suspeição mútua”. Isto porque, de um lado, “o paradigma predominante positivista do jornalismo alimenta o desprezo dos cientistas sociais pós-modernos” e, de outro, “os jornalistas desaprovam o jargão inerte de grande parte dos textos acadêmicos e sua incapacidade de afirmar sua relevância”, afirma a autora (2016a, p. 261). No entanto, continua ela,

as sobreposições inerentes ao jornalismo e à etnografia escapam a poucos acadêmicos que realizam estudos de relação ou usam outros métodos etnográficos. Além disso, a etnografia surgiu como um ideal explicitamente acentuado para os repórteres nos Estados Unidos que tentam retratar os ambientes humanos a partir de dentro. Especialmente, a reportagem literária de formato longo e a etnografia pública parecem estar inerentemente relacionadas (Boyer, 2010: 6; Sefcovic, 1995). (Hermann, 2016a, p. 261, tradução nossa)

Exemplos de trabalhos jornalísticos que dominaram métodos essencialmente etnográficos não faltam e mostram que o parentesco entre jornalismo literário e etnografia não é novo, de acordo com Hermann. É o caso do sociólogo americano Robert Park, que, ex-jornalista, “baseou-se fortemente em práticas jornalísticas ao impulsionar a pesquisa qualitativa dentro das ciências sociais”, conforme a

dinamarquesa, “transformando a universidade de Chicago em um centro pioneiro de trabalho de campo baseado em participantes-observadores na virada do século passado (Iorio, 2004: 7; Lindner, 1990 [1996])” (Hermann, 2016a, p. 261, tradução nossa). Outros exemplos remontam à década de 1880, quando

Nellie Bly, repórter do *The New York World*, de Joseph Pulitzer, simulou insanidade para estudar uma instituição mental por dentro. Seus artigos e o livro subsequente, *Ten Days in a Mad-House [Dez dias em um manicômio]*, podem ser o exemplo mais antigo de etnografia jornalística. A tradição continuou com obras como a imersão de George Orwell na pobreza em 1933, down and out and Paris and London a série de 1946 de John Hansen para a The New York e o livro subsequente, Hiroshima, sobre as consequências do bombardeio atômico, e a combinação de Hunter S. Thompson, de 1967, de “sensacionalismo jornalístico com uma forma extrema de observação etnográfica participante” em *Hell’s Angels: a Strange and Terrible Saga* (Sefcovic, 1995: 20). (Hermann, 2016a, p. 261, tradução nossa)

No entanto, embora o jornalismo etnográfico tenha surgido há bastante tempo, “suas qualidades etnográficas distintas só recentemente foram apreciadas e categorizadas como tal”, explica Hermann:

somente nas últimas décadas jornalistas e antropólogos empregaram o “jornalismo etnográfico” (Cramer e McDevitt, 2004) e termos relacionados, como “antrojornalismo” (Fillmore, 1987), “jornalismo documental literário” (Harrington, 2003), “novo jornalismo” (Boynton, 2005) e “jornalismo cultural” (Bird, 1987) para descrever um jornalismo que usa métodos de pesquisa derivados de abordagens etnográficas tradicionais. (Hermann, 2016a, p. 261, tradução nossa)

Trata-se, assim, de uma modalidade em que “repórteres empregam recursos da etnografia, como observação participante e entrevistas em profundidade, muitas vezes de modo involuntário” (Carvalho, Júnior, 2022, p. 88), desenvolvendo com personagens uma relação que se desdobra e aprofunda no *decurso do tempo* — e aqui inclui-se a ideia de *lentidão* no que vínhamos chamando de cobertura de *longa duração*, mais uma vez enfatizando a despreocupação com prazo e imediatismo. Em relação às diferenças, de acordo com Carvalho e Júnior em “Para além da lentidão: influências das relações entre tempo e espaço no conceito de jornalismo etnográfico” (2022):

uma das principais é a linguagem, mais acessível no jornalismo (Travancas, 2002, p. 11; Carvalho e Evangelista, 2018, p. 847). O *tempo* também é um fator de distinção entre jornalistas e etnógrafos. Os últimos, normalmente, dispõem de prazos mais amplos (Bird, 2010, p. 5 - 9) e, em tom de anedota, chegam a

se descreverem como “*jornalistas lentos*” (Pedelty, 2010). (Carvalho, Júnior, 2022, p. 88, grifo nosso)

Hermann (2016b) cita que “jornalismo lento” é um termo usado por sociólogos e antropólogos para descrever seu trabalho empírico — a etnografia —, o que reforça o recorte específico desta pesquisa em relação às coberturas de longa duração — que resultam tanto em publicações subsequentes sobre uma mesma história, a partir do acompanhamento durante meses ou anos, por exemplo, quanto especiais ou livro-reportagens. Em todos os casos, demandam coberturas que se estendem por um longo período. Importante esclarecer que, por *tempo*, não se entende aqui apenas sua medição física, por assim dizer:

Immanuel Wallerstein alerta que “tempo é muito mais do que cronometria e cronologia”, mas também “duração, ciclos e disjunção” (Wallerstein, 1999, p.22). Ou, como ressaltam Sorokin e Merton, as noções de tempo são “produto de interação social” (Sorokin; Merton, 1990 [1937], p. 60). (Carvalho; Júnior, 2022, p. 97)

Ainda há poucas análises aprofundadas acerca da forma como jornalistas utilizam recursos da etnografia em seus trabalhos, de acordo com Carvalho e Júnior, que afirmam que essas contribuições, de forma geral, “ressaltam que tanto jornalistas como etnógrafos produzem relatos a partir de um encontro com um Outro desconhecido (Travancas, 2002; Lago, 2010)” e “para isso, lançam mão de ‘ferramentas’ como ‘a escuta e a capacidade de observação’ (Escóssia, 2021, p. 23)”. Aqui, partimos da análise do gênero que os autores realizaram a partir de Hermann (2016) e de acordo com a “tríplice tessitura” que envolve técnica, ética e estética (Medina, 2003) — o que nos interessa de modo mais específico, uma vez que os pesquisadores tratam da etnografia como “recurso técnico disponível a jornalistas, mas sem ignorar suas implicações éticas e estéticas” (Carvalho; Júnior, 2022, p. 89).

Em sua análise de jornais franceses, o sociólogo francês Érik Neveu (2000) — que elaborou uma das primeiras concepções de jornalismo etnográfico — observou que havia uma tendência maior, entre mulheres jornalistas, de apresentar mais capacidade de empatia em suas matérias: “Tratava-se de uma espécie de ‘jornalismo feminino compreensivo — que procuraria através de uma escrita etnográfica ou intimista’ criar algo parecido ‘com uma microsociologia inspirada em Chicago’ (Neveu, 2000, p. 209)”. O sociólogo ainda apontaria, mais tarde

(2006, p. 171), que “uma espécie de inversão das formas de cobertura comum da atualidade, passando do ponto de vista dos que decidem para os efeitos de suas decisões” caracteriza o jornalismo etnográfico — usando também os termos “jornalismo narrativo” e “jornalismo lento” e, neste último, tendo enxergado “uma tendência a retratar eventos ignorados pela grande mídia, em uma ‘visão etnográfica e de baixo para cima da sociedade (Neveu, 2016, p. 452)”.

Nos estudos posteriores, o jornalismo etnográfico se refere a “reportagens em profundidade nas quais o repórter faz contato direto com seus interlocutores por meio da observação participante” e o interesse é por “mundos ordinários”, conforme os autores. Janet Cramer e Michael McDevitt consideram que a etnografia é mais do que uma “ferramenta” para o trabalho jornalístico, e passam a examinar também questões éticas envolvendo a relação entre repórteres e personagens — inclusive questionando a velha noção de objetividade e defendendo uma transparência em relação a “localizações sociais e culturais” (Alcoff, 2016, p. 131, em Carvalho; Júnior, 2022, p. 90). Nesse sentido, transcendendo a comparação entre os dois campos e a concepção da etnografia como um método de análise de práticas jornalísticas ou como um conjunto de técnicas disponíveis para jornalistas, Carvalho e Júnior consideram a etnografia

não apenas como um método, mas também como um recurso “teórico-metodológico”, uma teoria (Peirano, 2014), ou uma “sensibilidade” e uma “forma de ver” o mundo (Desmond, 2016, p. 403-404). Janice Caiafa, por exemplo, classifica a etnografia como um “método-pensamento”, devido ao seu potencial para levantar debates sobre questões éticas, políticas e epistemológicas. (Carvalho, Júnior, 2022, p. 88)

Assim, como se pode ver, “o trabalho empírico sobre o gênero ainda é limitado, e os observadores tendem a se envolver com ele de forma normativa, defendendo suas virtudes, em vez de analisá-lo descritivamente”, conforme Hermann (2016a) — que analisa o gênero pensando as correntes normativas das práticas jornalísticas de uma forma geral. “O jornalismo etnográfico é essencialmente o uso de estratégias de imersão científica social como a observação participante e a remodelação simultânea da composição epistêmica do jornalismo”, o que, segundo a autora, “revela como o jornalismo é um processo adquirido de produção de sentido composto de partes filosóficas, práticas e expressivas variáveis” (Hermann, 2016a, p. 261). Para ela, “à medida que amplia os limites epistêmicos da habilidade jornalística, adota novas estratégias de reportagem e

desconsidera os estilos convencionais de redação de notícias”, e ainda que seja difícil defini-lo clara e integralmente, “o jornalismo etnográfico pode responder à ascensão do multiculturalismo, em geral, e do jornalismo consciente do contexto, especificamente” (2016a, p. 262-263).

A partir de um estudo com repórteres estadunidenses, Hermann, em cujas concepções de jornalismo etnográfico nos baseamos aqui, definiu o gênero em três níveis: *epistemológico, estratégico e estilístico* (2016a)

No nível epistemológico — entendido por Hermann “como a lógica e as suposições nas quais a investigação jornalística se baseia explícita ou implicitamente” (2016a, p. 263) — é o mais abstrato dos três, em que a autora “percebe uma postura mais interpretativa dos repórteres, em vez de uma busca por objetividade”, além do interesse por reportar não eventos, mas processos sociais (Carvalho; Júnior, 2022, p. 92). Assim, o jornalismo etnográfico, no nível epistêmico, segundo Hermann, “desafia pelo menos três aspectos do jornalismo convencional: seu ideal de objetividade, sua preocupação com eventos singulares e seus valores culturais” (2016a, p. 264).

E “enquanto o fim em si é determinado no nível epistêmico, os meios ou o método para alcançar o sucesso operam no nível estratégico”, explica a dinamarquesa, que continua: “incluindo o seu público como participante, o jornalismo público (Glasser, 1999) exemplifica como as novas abordagens estratégicas mudam o jornalismo” (Hermann, 2016a, p. 263). É no nível estratégico que o jornalista deixa de lado o distanciamento para assumir a empatia e a imersão que caracterizam esse tipo de jornalismo.

Por fim, o nível estilístico, o mais concreto, está relacionado especialmente ao estilo literário, unindo métodos etnográficos no processo de apuração, entrevistas e relação com personagens à narrativa literária: “Essas preocupações podem informar os níveis estratégico e epistêmico, além de serem determinadas por eles. O novo jornalismo (Wolfe, 1973) exemplifica o impacto da forma literária no conteúdo jornalístico” (Hermann, 2016a, p. 263).

Ao abordar especificamente a questão do tempo, Hermann explica de que formas o jornalismo etnográfico opera com temporalidades distintas em relação ao jornalismo tradicional (factual, noticioso), como veremos a seguir.

1.4 A questão do tempo em três dimensões

Considerado ouro no jornalismo, o tempo tem um papel cada vez mais significativo no exercício da profissão desde a invenção do telégrafo, no início do século XIX. “A temporalidade é importante no jornalismo tanto em sua produção — a organização rígida das reportagens — quanto em seus produtos — as implicações temporais contidas em seu texto” (Hermann, 2016b, p. 494). Em “O ponto de inflexão temporal: arregimentação, representação e reorientação no jornalismo etnográfico” (2016b), Hermann aponta as três dimensões temporais da prática jornalística etnográfica:

Em primeiro lugar, o jornalismo etnográfico abandona a *regimentação* tradicional do jornalismo (Hannerz, 2004), ou seja, prazos apertados, uma vez que se trata, em sua maioria, de peças longas que exigem pesquisas demoradas e narrativas cuidadosamente elaboradas. Segundo, em termos de *representação* temporal (Hannerz, 2004), os jornalistas etnográficos relatam não o urgente e imediato, mas o cotidiano. Terceiro, a desaceleração é uma ferramenta essencial que os repórteres usam para adquirir o que os antropólogos chamam de “ponto de vista do nativo”. Os jornalistas etnográficos descrevem um ponto de inflexão no qual começam a abandonar suas suposições e a adotar a perspectiva de suas fontes. (Hermann, 2016b, p. 493, tradução nossa)

Para a pesquisa, Hermann entrevistou nove jornalistas americanos reconhecidos, alguns dos quais acompanhou mais de perto para conhecer recorrentemente suas práticas. Um aspecto importante diz respeito ao fato de nenhum deles trabalhar em redação — onde, como vimos, não há espaço para esse tipo de jornalismo, uma vez que neste não há prazos e restrições em relação ao tempo de acompanhamento de cada história. A autora acrescenta, então, uma terceira dimensão temporal: a *reorientação*, que ela define como “um conjunto alterado de atitudes e crenças resultantes de experiências imersivas prolongadas” (Hermann, 2016b, p. 493, tradução nossa). “Cruzar esse ponto de inflexão temporal, portanto, é fundamental para seus relatos etnograficamente informados das margens”, continua Hermann, para quem “essa terceira dimensão temporal, até então negligenciada, contribui com outra camada para a nossa compreensão do potencial do ‘movimento lento’ para o jornalismo”.

Como esses jornalistas trabalham de *forma independente fora das redações*, essa abordagem procurou substituir a etnografia convencional das redações, mas buscando um relato situado. Como veremos, além da *regimentação* e da *representação*, o

material empírico revelou uma terceira *dimensão temporal*, que chamo de *reorientação*. (Hermann, 2016b, p. 496, tradução nossa, grifos nossos)

Em relação à regimentação, Hermann traz relatos de seus interlocutores sobre a necessidade de se “gastar” tempo informal apenas “socializando”, para “cultivar relacionamentos e, assim, ganhar a confiança” dos personagens e “acumular informações suficientes para descrever a vida cotidiana de seus entrevistados e suas rotinas” (2016b, p. 498, tradução nossa) — tempo que seria considerado “desperdiçado” no jornalismo diário, pois não é “produtivo” do ponto de vista do mercado. Naturalmente, quanto mais material o repórter reunir e quanto mais longos forem os textos que escrever, *mais tempo* será necessário para o processo de redação em si. Nicholas Dawidoff, um dos jornalistas entrevistados, explicou que, uma vez concluída a compilação de informações — a fase de reportagem —, a montagem de uma narrativa pode ser uma tarefa árdua e demorada. Assim, conclui a autora:

Evidentemente, o jornalismo etnográfico abandona a regimentação temporal tradicional do jornalismo — a ordem e a disciplina impostas pelo “fato urgente dos prazos” (Haneerz, 2004, 213). Isso sugere um **regime jornalístico diferente**, uma maneira de organizar ou gerenciar a reportagem e a redação **que vai contra as concepções convencionais da maioria dos estudos sobre jornalismo**. (Hermann, 2016b, p. 498, tradução nossa, grifos nossos)

Em relação à segunda dimensão trabalhada, a da representação, Hermann aponta quatro aspectos distintos — “algo sobre a temporalidade está implícito nos temas e nas descrições dos sujeitos, dos autores e do próprio processo de reportagem”. Um elemento fundamental é que “jornalistas etnográficos não se concentram em eventos imediatos, mas em eventos recorrentes do cotidiano” — característica marcante também do jornalismo literário, como vimos —, e “operam com ‘fatias de temporalidades’ diferentes das notícias comuns (Haneerz, 2004, 214)” (Hermann, 2016b, p. 498, tradução nossa). Outro elemento é a projeção “a serviço da narrativa e de finais consumados” — como, por exemplo, acompanhar ao longo do tempo que for necessário um processo específico, e só concluir a cobertura quando houver um desfecho: as histórias de Leon Dash sobre Rosa Lee acabaram levando quatro anos porque sua filha, Patty, se envolveu em um assassinato e então Dash ficou acompanhando o julgamento — “tudo ficou parado por um ano e meio” (Hermann, 2016b, p. 499, tradução nossa).

Quanto aos sujeitos (personagens, no jornalismo; interlocutores, na etnografia), um aspecto fundamental da representação diz respeito à eliminação, pelo jornalismo etnográfico, da “dependência rotineira de informações oficiais, fontes e elites ideológicas, que é uma marca registrada do jornalismo tradicional (Cramer e McDevitt, 2003, p. 131-132)”, afirma a autora — novamente apontando uma característica também mencionada quando tratamos das concepções de jornalismo literário. São pessoas comuns e socialmente vulneráveis as que interessam geralmente a esse tipo de trabalho:

Muitas vezes, esse jornalismo diz respeito a grupos marginalizados ou “subalternos” da sociedade: residentes em moradias sociais, refugiados, viciados em drogas, membros de gangues, jovens desprivilegiados, imigrantes, prisioneiros, obesos mórbidos, pacientes com HIV, trabalhadores com salário mínimo. Grupos que não fazem parte do “público” jornalístico tradicional, mas são “contrapúblicos subalternos”, ou seja, membros de grupos sociais subordinados — mulheres, trabalhadores, pessoas não brancas, gays e lésbicas que constituem arenas discursivas paralelas ao discurso público dominante (Fraser, 1990 p. 67, *apud* Hermann, 2016b, p. 499, tradução nossa)

Por fim, uma vez tratadas as formas como a lentidão afeta a regimentação e as representações no jornalismo etnográfico, passamos à terceira dimensão temporal: de acordo com Hermann, “a temporalidade também é frequentemente uma questão de reorientação, no sentido de que o tempo prolongado de reportagem ajuda os jornalistas a reavaliar e abandonar suas expectativas em favor de perspectivas localmente situadas” (2016b, p. 500, tradução nossa) — isto é, com o tempo, acontece o que a autora chama de “ponto de inflexão”, que talvez possamos também chamar de uma empatia levada ao extremo, que é quando o jornalista passa a se identificar com seus personagens. “Em outras palavras, a desaceleração é uma ferramenta essencial que os repórteres usam para adquirir algo semelhante ao que um antropólogo chamaria de ‘ponto de vista do nativo’”, explica a autora.

É fácil supor que alguém que esteja lendo esta dissertação esteja se perguntando: se o jornalista tiver tamanha empatia e conviver com personagens a ponto de se identificar com eles, onde é que fica a *objetividade*? Bom, é o que discutiremos agora — a partir desse olhar de um jornalismo humanizado, empático, lento, literário, etnográfico, que mergulha, experimenta, observa participando. Antes de adentrarmos especificamente a discussão da questão da objetividade e da subjetividade no jornalismo, introduzimos a reflexão — ainda observando

especialmente a questão do tempo no jornalismo e sua relação com a objetividade, conforme Hermann:

Com a rapidez cada vez maior do jornalismo, as reportagens se tornam igualmente breves — o que meu interlocutor Mike Sager chamou de “o Packman do jornalismo”. Os observadores alertaram que a “velocidade mata” a precisão (Campbell, 2012, 4). Mas, de acordo com Rosenberg e Feldman (2008, p. 8), o jornalismo veloz também resulta em “escolha seletiva cognitiva”. Ao selecionar apenas “sintomas” (informações) que confirmam sua hipótese original (ângulo), os jornalistas se contentam com as respostas mais fáceis de obter e, portanto, estão sujeitos a um viés de conveniência. Como observa Ângela Philips (2009, p. 99-100), alguns repórteres mal saem da redação. De fato, o potencial democrático da internet é esmagado pela velocidade das notícias online, que obriga os jornalistas a priorizar fontes “seguras” e conhecidas e, assim, restabelecer as hierarquias tradicionais de fontes da imprensa. Mas, como mostra este estudo de jornalismo etnográfico, lentidão tem o potencial de produzir experiências reveladoras, que derrubam o senso comum dos repórteres — o que chamo de *reorientação*. (Hermann, 2016b, p. 501, tradução nossa, grifo da autora)

Assim, em vez de acionar as mesmas fontes de sempre, as “seguras” — hierarquias de fontes, “escolha seletiva cognitiva” —, jornalistas etnográficos buscam fontes/personagens não tradicionais — pessoas “comuns” ou marginalizadas —, e “em vez de confirmar sua ‘hipótese’, eles investem tempo” no convívio e socialização com estes, em um mergulho, “para adotar uma nova perspectiva, ou seja, passam por uma *reorientação*” (Hermann, 2016b, p. 502). Diferentemente do que ocorre nos breves encontros (ou apenas telefones) entre repórteres do imediatismo — que “mal saem da redação” — e suas fontes, as relações entre repórteres etnográficos — imersivos, que convivem, interagem e se permitem conhecer seus personagens —, a distância apregoada por estudos tradicionais sobre jornalismo é reduzida.

Um dos jornalistas etnográficos entrevistados por Hermann foi Sebastian Junger, que passou um ano com as tropas dos Estados Unidos na Guerra do Afeganistão “para entender o fenômeno da bravura e da fraternidade em um pelotão de fuzileiros navais” e contou suas experiências em artigos para a revista americana *Vanity Fair*, no livro *War* (2010) e no documentário *Restrepo* (2010) (2016b, p. 496). Ele disse à autora:

Meu objetivo é ser o mais factualmente verdadeiro possível. E parte de ser verdadeiro é reconhecer que não sou objetivo. Eu estava tentando comunicar a experiência humana de ser um soldado em um pelotão de combate e, por definição, essa

experiência humana é subjetiva. Portanto, *para que entenda essa experiência humana, eu mesmo tenho de compreender a subjetividade que eles estão vivenciando. Não posso ser objetivo e vivenciar essa subjetividade*; você sabe, esses são assuntos obviamente delicados para os jornalistas. (Hermann, 2016b, p. 502, tradução nossa, grifos nossos)

Esse processo envolve a redução da distância entre sujeito e observador, anulando a tradicional postura adversária e a “objetividade” do repórter de notícias.

2. O paradoxo moderno persiste: objetividade e subjetividade no jornalismo contemporâneo

“Objetividade é a ilusão de que as observações podem ser feitas sem um observador”

Heinz von Foerster, cientista austríaco

A presença da questão da objetividade — e, consequentemente, a da subjetividade — na maioria das obras consultadas ao longo desta pesquisa — em maior ou menor grau, direta ou indiretamente — evidencia que, embora o tema seja discutido há tanto tempo, não se passa a comunicação massiva, e especialmente o jornalismo, sem se passar por ela. Schudson chegou a dizer que “nada, até agora, explica a paixão do século XX pela ‘objetividade’” (2010, p. 143). Segundo o autor,

Na virada do século, e mesmo nos anos de 1920, a “objetividade” não era um termo usado por jornalistas ou críticos do jornalismo. Os jornais eram criticados por não se manter fiéis aos fatos, e o *Times* se vangloriava de publicar “todas as notícias” — ou seja, a informação. Mas isso não era objetividade; o apego à informação não revelava muita inquietação em relação à subjetividade da perspectiva pessoal. (Schudson, 2010, p. 142)

O que se experimentou nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX não significava “uma crença na objetividade — e tampouco a originou”, afirma Schudson. Ainda não se havia experimentado plenamente, nem no jornalismo e nem em outras áreas, como as Ciências Sociais, “a dúvida e o ceticismo que a democracia e o mercado estimulavam”, nem mesmo após a I Guerra Mundial, “quando o valor da sociedade democrática de mercado fora por si só radicalmente questionado e a sua lógica interna, exposta”, de acordo com o autor (2010, p. 144), que crava:

Só então é que o ideal da objetividade, entendido como declarações consensualmente validadas sobre o mundo, com base numa separação radical entre fatos e valores, passa a se estabelecer. Contudo, ele surge não tanto como uma extensão do empirismo ingênuo e da crença nos fatos, mas como uma reação contra o ceticismo; não se tratava de uma extrapolação linear, mas de uma resposta dialética à cultura da sociedade democrática de mercado. Não representava, enfim, a expressão final de uma crença nos fatos, mas a imposição de um método projetado para um mundo no qual nem mesmo os fatos poderiam ser confiáveis. (Schudson, 2010, p. 144)

Se, hoje, a “singela crença na existência dos fatos por si mesmos não encontra eco nem mesmo entre muitos *neopositivistas*”, como afirmam Antonio Teixeira de Barros e Rogério Diniz Junqueira (2005, p. 33), há muito ainda a se discutir — e ressignificar — nesse debate: o paradoxo moderno persiste.

Como se sabe, a “crença na existência de uma realidade objetiva, passível de ser percebida sem filtros, é fortemente tributária da tradição positivista”, segundo a qual o conhecimento só seria possível se o cientista soubesse se despir “das pré-noções (os preconceitos, os valores etc.) de sua cultura, da sua sociedade e de seu tempo e, simultaneamente, procurasse entender e explicar o mundo valendo-se, exclusivamente, dos pressupostos de uma ciência positiva (objetividade, neutralidade, imparcialidade)” (Barros, Junqueira, 2005, p. 32).

Aflorado nos Estados Unidos por volta da década de 1920, o conceito de objetividade “está ligado intrinsecamente, como afirmam Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004, p. 114-115), a um ‘método consistente de testar a informação — um enfoque transparente com as provas disponíveis’, necessário para que os ‘preconceitos culturais ou pessoais’ do jornalista não prejudiquem a ‘exatidão de seu trabalho’” (Assis, 2010, p. 18). De acordo com esse pensamento, jornalistas deveriam então limitar-se ao relato dos “fatos”, como observadores desprovidos de bagagem prévia diante da “realidade dos fatos”. Entretanto, fatos só existem a partir da observação, como apontam, por exemplo, Barros e Junqueira (2005):

Os fatos não existem. Melhor: os fatos não existem por si mesmos, em um estado bruto. Os “fatos” só existem a partir de nossa observação. E toda observação é orientada por um conjunto de representações e de esquemas, por intermédio dos quais os seres humanos percebem, interpretam, classificam, dividem, compreendem os fenômenos que têm diante de si. Esses conjuntos de representações são o que, entre outras coisas, constitui o que se pode chamar “teoria”. Essa teoria não precisa ser necessariamente científica, afinal, o senso comum também é provido de conjuntos de esquemas interpretativos da assim dita realidade. Embora não estejamos acostumados a pensar o senso comum enquanto um arsenal de teorias, elas, à sua maneira, também estão lá. Afinal, o senso comum é dotado de conjuntos (ainda que não sistematizados) de representações e de esquemas representativos da realidade. Tais conjuntos são, entre outras coisas, constituídos de crenças sobre a concatenação de causas e efeitos (ou seja, de espécies de “modelos explicativos” não científicos) relativos aos eventos humanos, naturais e sobrenaturais. (Barros, Junqueira, 2005, p. 33)

São, portanto, esses conjuntos e esquemas interpretativos da realidade “como prismas através dos quais o observador olha e procura enxergar, reconhecer e interpretar o mundo”, (p. 33) afirmam, em versão que remete à célebre analogia de Bourdieu: “Os jornalistas têm ‘lentes’ especiais através das quais veem as coisas que veem da forma especial por que as veem” (1998, p. 19). Barros e Junqueira complexificam a questão ao apontar que o que se vê e como vê dependem do prisma e do contexto no qual o observador está situado. Esse contexto influencia a sua leitura de mundo, incide nas capacidades e possibilidades de se valer adequadamente ou não dos instrumentos interpretativos e valorativos oferecidos pelo prisma utilizado, na composição e recomposição desse prisma e, enfim, na relação deste com outros esquemas e maneiras de perceber e avaliar.

Em suma, a percepção do mundo é possibilitada por “um conjunto de esquemas de percepção, interpretação e avaliação” que, por sua vez, existe “no interior de um certo cenário social, cultural, econômico, político etc” (Barros, Junqueira, 2005, p. 34). E, para além da constatação da complexidade dessa operação — que envolve “o sujeito observador, o objeto observado, os esquemas interpretativos utilizados pelo observador e o contexto em que tal observação se dá e adquire ou encontra sentido” —, afirmam os autores que:

O simples (e indispensável) desejo de atingir a compreensão profunda dos fenômenos já indica a presença de uma concepção que tem na desmistificação, no desvelamento das aparências, seu valor e eixo fundador. Não há possibilidade de realização de qualquer forma de pensamento fora de um contexto social. Não há ciência sem historicidade. Não existe conhecimento desinteressado (Habermas, 1982). (Barros, Junqueira, 2005, p. 36)

A conhecida expressão de que “os fatos falam por si”, de acordo com Gaye Tuchman, “implica uma distinção cotidiana entre ‘fatos expressivos’ e o repórter (orador, bisbilhoteiro etc.) que fala pelos ‘fatos’”, de modo que, “se o repórter decidir falar pelos ‘fatos’, ele não poderá afirmar-se objetivo, ‘impessoal’, ‘imparcial’”. Naturalmente, continua a autora, “os ‘fatos’ não falam por si” e sua avaliação e aceitação “está extremamente dependente dos processos sociais”, conclui (1999, p. 119-120).

A compreensão do jornalismo como “relato do real” (Marques de Melo, 2003, p. 64), embora tão questionada ao longo do tempo, ainda paira entre quem pensa o jornalismo e entre quem o pratica: impera uma cobrança para que profissionais de

jornalismo não manifestem posicionamentos político-ideológicos e não emitam opiniões. Como se, ao eximir-se disso, tais posicionamentos e opiniões deixassem de existir e, portanto, não interferissem no jornalismo que produzem. Entretanto, nenhuma etapa do processo jornalístico pode ser considerada sem filtros, a começar pela própria seleção do que será noticiado, ainda que as escolhas sejam definidas a partir de padrões preestabelecidos pela imprensa e, de forma mais específica, por determinada empresa jornalística, como afirma Assis (2010, p. 18), e cita:

Pela objetividade, os fatos deveriam ser narrados pelo jornalismo tal como aparecem na realidade. No entanto, qualquer jornalista sabe que ao redigir uma matéria estará materializando um processo contínuo e ininterrupto de escolhas e eliminações que resultam na construção de uma mensagem sobre infinitas possibilidades descartadas, decorrente do tratamento dado à informação jornalística (Costa, 2008, p. 52-53, *apud* Assis, 2010, p. 18).

Para Traquina (2005, p. 135), “nenhum valor no jornalismo como a objetividade tem sido objeto de tanta discussão crítica e má compreensão”, o que ele atribui a desconhecimento da história. Criticando a frequente redução da discussão sobre a objetividade a uma simples dicotomia entre objetividade e subjetividade, o autor cita Michael Schudson (1978), que, em seu trabalho de doutorado, “descobriu que o conceito de objetividade no jornalismo não surgiu como negação da subjetividade, mas como reconhecimento de sua inevitabilidade”).

O valor da objetividade nasceu no jornalismo no século XX, mas surgiu com base numa mudança fundamental do jornalismo que ocorreu no século XIX, em que a primazia era dada aos fatos e não às opiniões. Nasceu, no século XIX, [...] um culto dos fatos que permaneceu até a primeira parte do século XX. Como explica Schudson (1978), o surgimento do conceito de objetividade nos anos 1920 e 1930 nos Estados Unidos não foi a expressão final de uma fé que já existia no jornalismo no culto dos fatos, mas, pelo contrário, um método concebido em função de um mundo novo no qual mesmo os fatos não mereciam confiança. (Traquina, 2005, p. 135)

O fato de a informação jornalística não ser mais entendida como mero reflexo do real — “espelho que reflete fielmente o que se dá a ver” —, a partir dos teóricos do newsmaking — segundo os quais “o discurso jornalístico constitui-se como um dispositivo de produção da realidade” — não significa uma rejeição aos princípios básicos atrelados à busca pela objetividade no jornalismo, conforme Aguiar e Neder:

[...] a ética profissional predominante apresenta como um de seus princípios a nítida demarcação epistemológica entre o fato e o relato jornalístico sobre ele. Disso resulta que a credibilidade e a legitimidade da atuação dos jornalistas estão sedimentadas na crença de que as notícias refletem, pelos relatos jornalísticos produzidos com objetividade e neutralidade, os fatos. Respeitando esses parâmetros, os jornalistas realizam seu trabalho de relatar os fatos, assumindo a posição de meros intermediários que reproduzem, na notícia, a realidade social. Para entender melhor essa noção de que o jornal reflete a realidade, a visão histórica de Lage (1979) sobre a técnica da notícia permite compreender o desenvolvimento do formato do jornalismo informativo, demonstrando como as empresas jornalísticas emergentes criaram uma linguagem adequada aos novos padrões industriais e às necessidades da sociedade de massas. (Aguiar, Neder, 2010, p. 105)

A compreensão de Schudson, de que a objetividade “é um método de trabalho capaz de assegurar algum rigor científico ao jornalismo e tentar reduzir a influência da subjetividade no relato dos acontecimentos” (Pena, 2007, p. 50-51), vai ao encontro do que afirma Gaye Tuchman em “A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. Tomando por “ritual” um procedimento ao qual a adesão é rotineira, e considerando-o estratégico por ser um procedimento invocado para neutralizar críticas a seu trabalho, ela afirma que a objetividade é um “ritual estratégico” que “protege” o jornalista — e que o profissional utiliza como uma forma de atenuar as diversas pressões que sofre, tais como prazos de entrega de material, riscos de processos difamatórios e reprimendas dos superiores (p. 114). De acordo com a autora,

a objetividade refere-se a procedimentos de rotina que podem ser exemplificados como atributos formais (aspas, níveis de significância, precedentes legais, radiografias) e que protege o profissional dos erros e dos seus críticos. Dá a sensação de que o termo “objetividade” está a ser utilizado defensivamente como ritual estratégico. (Tuchman, 1999, p. 131)

Assim, além da verificação dos “fatos”, Tuchman aponta quatro procedimentos “exemplificativos dos atributos formais de uma notícia” que contribuem para o distanciamento das manifestações opinativas do profissional de jornalismo: *a apresentação de possibilidades conflituais* — o que rotineiramente chamamos de apresentar numa matéria diferentes versões de uma mesma história; *a apresentação de provas auxiliares* — por exemplo, documentos que comprovem as afirmações; *o uso judicioso das aspas* — que os jornalistas veem como provas suplementares, segundo a autora: “ao inserir a opinião de alguém, eles acham que

deixam de participar da notícia e deixam os ‘fatos’ falar”; e *a estruturação da informação numa sequência apropriada* — a pirâmide invertida e o famoso *lead* (Tuchman, 1999, p. 116-123).

Desses quatro rituais estratégicos, Tuchman considera que o último é o aspecto mais problemático da objetividade para o jornalista, uma vez que o jornalista pode até afirmar que apresentou, em uma matéria, pontos de vista contrários, provas suplementares e que as informações entre aspas representam as opiniões das fontes, mas como alegar distanciamento em relação à escolha das informações que ele priorizou inserir no topo da matéria? Essa decisão não pode ser atribuída a outrem. Assim, “o repórter só pode invocar o profissionalismo e afirmar que o lead é validado pelo *news judgement*”, afirma a autora.

Mas os critérios de noticiabilidade do jornalista estão, de algum modo, condicionados à forma como este observa e interpreta o mundo e os acontecimentos — seu prisma e contexto social, conforme abordamos anteriormente —, o que significa que há, inevitavelmente, um julgamento subjetivo do jornalista sobre o que é noticioso ou não. Assim, de acordo com Tuchman,

a invocação do *news judgement* (perspicácia profissional) é uma atitude inerentemente defensiva, pois o *news judgement* é a capacidade de escolher “objetivamente”, entre “fatos” concorrentes, para decidir quais os “fatos” que são mais “importantes” ou “interessantes”. “Importantes” e “interessantes” denotam conteúdo. Por outras palavras, ao discutir a estruturação da informação, o jornalista deve relatar as suas noções de conteúdo “importante” ou “interessante”. (Tuchman, 1999, p. 122)

Até certo ponto, segundo ela, tais dificuldades podem ser atenuadas pela fórmula tradicional das perguntas que constroem o lead — os seis servidores de uma notícia: “o quem, o quê, o quando, o onde, o porquê e o como”. E o jornalista poderá então afirmar que destacou no lead “coisas mais materiais” e, portanto, teria sido “objetivo”. Entretanto, “os jornais e os repórteres podem não estar de acordo na identificação dos fatos materiais” (Tuchman, 1999, p. 123). Na cobertura de uma manifestação popular, por exemplo, um repórter pode considerar mais relevante abrir a matéria com informações sobre a quantidade de manifestantes e suas principais pautas — dando espaço para a vocalização das questões sociais que motivaram tal expressão nas ruas —, ao passo que outro que pode optar por dar

especial atenção a atos violentos praticados por alguns manifestantes — sugerindo, assim, que não se tratava de um movimento pacífico.

As escolhas feitas pelos repórteres para seus respectivos *leads*, supõe-se, levarão em conta a linha editorial dos veículos para os quais trabalham — o que os ajudará a afirmar sua “objetividade” perante seus superiores, e a lhes agradar, uma vez que corresponderam ideologicamente ao que se esperava: no primeiro caso, provavelmente se trataria de um jornal mais identificado com as causas dos manifestantes, enquanto, no segundo, de um jornal disposto a deslegitimar a manifestação, levando seus leitores a crer que os manifestantes eram vândalos e, portanto, uma ameaça à ordem. E, de acordo com Tuchman,

Se os jornalistas tiverem problemas em identificar os “fatos materiais” dentro dos limites da política do seu jornal, eles podem tomar outra opção. Em vez de discutir os atributos formais de uma notícia específica, eles podem descrever os atributos formais de um jornal. (Tuchman, 1999, p. 123)

Ao discorrer sobre cada um dos atributos formais do jornalismo na busca por objetividade, Tuchman aponta suas fragilidades a despeito de ajudar o jornalista a atenuar problemas, já que “seu trabalho passará através de uma cadeia organizacional composta por uma hierarquia de editores e respectivos assistentes”, ao final da qual todos — de editores ao proprietário — criticarão a matéria após sua publicação (Tuchman, 1999, p. 114). E os problemas que o jornalista tenta evitar, explica a socióloga, são diversos — como processos de difamação contra o jornal, por exemplo, que podem ocasionar prejuízos financeiros à organização jornalística, seja para arcar com advogados ou por uma eventual perda de leitores (Tuchman, 1999, p. 114).

Para Tuchman, “embora os atributos formais das notícias e jornais possam apresentar problemas para o jornalista, eles permitem-lhe reivindicar a objetividade e as suas reivindicações podem ser avaliadas pelo leitor” (1999, p. 128-129). Sob permanentes pressões para evitar problemas como os mencionados anteriormente, ele procura se cercar do máximo de provas do que está a afirmar em suas matérias e mostrar algum distanciamento, usando nomes e citações para fazer desaparecer sua presença — embora possa dizer o que ele próprio pensa ao inserir, entre aspas, falas de outras pessoas (p. 120). Entretanto, conclui a autora,

Embora esses procedimentos possam fornecer provas demonstráveis de uma tentativa de atingir a objetividade, não se pode dizer que a consigam alcançar. De fato, tem sido sugerido

que esses procedimentos: 1) constituem um convite a percepção seletiva; 2) insistem erradamente na ideia de que "os fatos falam por si"; 3) são um instrumento de descrédito e um meio do jornalista fazer passar a sua opinião; 4) são limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística; e 5) iludem o leitor ao sugerir que a "análise" é convincente ponderada ou definitiva. Em suma, existe uma clara discrepância entre os objetivos procurados e os alcançados. Também não existe uma relação clara entre os objetivos procurados (a objetividade) e os meios utilizados (os procedimentos noticiosos descritos). (Tuchman, 1999, p. 129-130)

Em “Pensando contra os fatos”, Moretzsohn (2007, p. 180) discute “a identificação do processo de naturalização dos fatos e a necessidade de superá-lo para realização da promessa de esclarecimento que historicamente justifica a existência do jornalismo” — o que afirma ser o ponto de partida para enfrentar “a pretensão de distinguir claramente o fato (ou a informação, ou a notícia) e a interpretação (ou a opinião)”. Residiria nesse aspecto, segundo a autora, a “ambígua utopia da objetividade”, essa questão tão cara ao jornalismo e que

implica a capacidade de distanciamento — isto é, alguma “suspensão” — para se produzir uma informação capaz de ir além do caráter imediato dos fatos a serem noticiados, o que entra em contradição com o cotidiano profissional marcado crescentemente pela urgência do “tempo real” (Moretzsohn, 2007, p. 180).

Os diversos trabalhos acadêmicos que abordam a questão da objetividade apresentam a clássica distinção entre os que a afirmam e os que a negam, “eventualmente associada à distinção entre os que afirmam e os que rejeitam a razão como instrumento para conhecer o mundo”, de acordo com Moretzsohn (2007, p. 181). “A questão essencial para a afirmação da objetividade”, afirma a autora, “está em que há uma realidade exterior ao sujeito, que o precede, com a qual ele interage necessariamente através — mas não só — do trabalho e que é cognoscível através da razão”.

Ao refletir sobre a objetividade a partir do estudo do olhar, Rogério Christofolletti afirma, em “A medida do olhar: objetividade e autoria na reportagem”:

O jornalista coloca em evidência, dá visibilidade ao fato, mas antes disso, ele precisa enxergá-lo, reconhecê-lo no oceano de informações descartáveis e relevantes. O olhar jornalístico deve operar sobre esta extensão em busca do que pode mesmo vir à tona, e permanecer na superfície. Este ler-o-mundo carrega consigo o peso da responsabilidade, o que acarreta

comprometimentos éticos. A presença do olhar pressupõe uma **subjetividade ativa**, que dispara o olhar para o exterior. No campo jornalístico, mais cara que a subjetividade é a objetividade, esta faculdade de tornar tudo o que o olhar toca em coisa, objeto. (Christofoletti, 2004, p. 51-52)

Fabiana Moraes questiona a forma como a objetividade é entendida, o que não significa “jogar fora aquilo que também estrutura essa prática social fundamental” e nem defender que seja possível fazer jornalismo sem objetividade. “Assim como foi e é necessária uma crítica aos nossos conceitos de democracia e de humanidade”, afirma Moraes, “é também fundamental repensar essa objetividade absorvida pelo jornalismo, bastante atrelado, como sabemos, aos dois primeiros conceitos” (Moraes, 2022, p. 13).

Em meio à popularização de discussões sobre raça, gênero e colonialidade, Moraes faz importantes questionamentos acerca da formação de jornalistas, prática profissional e a pesquisa no campo, apontando o que ela considera uma ironia:

se, no ambiente acadêmico, discute-se há tanto tempo sobre o jornalismo e as construções midiáticas redutoras e violentas, por qual razão esses questionamentos não se refletem efetivamente na produção das notícias? Por que boa parte dos e das jornalistas se recusa a pensar sobre a própria produção? Ainda: o que levou uma parcela imensa da população a optar por um conteúdo desinformativo ao autodenominado “jornalismo profissional”? O que tudo isso diz da nossa imprensa? E das bibliografias e práticas das universidades? Podemos culpabilizar somente o mercado e o campo profissional, enquanto não evidenciarmos como a universidade também guarda, a despeito das mudanças recentes, fortes desigualdades e, no caso do jornalismo, ainda oferece uma perspectiva que coloca a técnica acima da reflexividade? (Moraes, 2022, p. 23)

Ao defender a busca por uma prática reflexiva no jornalismo, Moraes critica os enquadramentos tradicionais “e suas relações com a colonialidade, com as formas de deixar viver e deixar morrer” (2022, p. 18), a reprodução e o reforço de históricos estigmas e violências contra pessoas ou grupos. Aqui, faz-se importante destacar que, embora o presente trabalho não se aprofunde na questão da colonialidade/decolonialidade⁴, defendemos, em consonância com Moraes, que é

⁴ Em “A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza” (2022), Fabiana Moraes analisa as implicações da colonialidade, do cientificismo e do poder para a objetividade jornalística, discutindo o fazer e o pensar jornalístico com base colonial, a partir dos estudos de nomes como Rosane Borges (2019), Cremilda Medina (2008), Márcia Veiga (2015), Lara Linhalis (2019), Muniz Sodré (2009, 2014) e Erick Torrico Villanueva (2017).

exatamente da prática de um jornalismo decolonial — em contraste com o jornalismo supostamente objetivo que perpetua opressões e hierarquiza humanidades —, que tratamos aqui, entendendo-o como um caminho fundamental para a “restituição de humanidades”, nas palavras de Moraes (2022. p. 25), ao desafiar e desconstruir as narrativas dominantes/coloniais e ecoar vozes e existências historicamente silenciadas, marginalizadas, oprimidas. Para a prática desse jornalismo em sua complexidade, como nos aponta Moraes, é necessário assumir a subjetividade como potência.

2.1 Fabiana Moraes e a defesa da subjetividade como ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral

Afinal, ao lado das exigências técnicas e vitais que formam o lastro do jornalismo, não podemos perder de perspectiva: emoção também é informação.
(Moraes, 2015, p. 27)

Enquanto todos os autores até aqui trabalham com a ideia da inevitabilidade da subjetividade no jornalismo, a jornalista e pesquisadora Fabiana Moraes a defende como uma “ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral”, entendendo-a como uma potência — isto é, tirando da subjetividade no jornalismo a carga negativa que lhe foi atribuída desde os primeiros trabalhos acadêmicos a debater o tema. Para ela, trata-se da forma mais honesta de pensar e praticar o jornalismo, na medida em que pressupõe admitir não ser possível domar a realidade e enquadrá-la em sua totalidade:

Assim, englobamos as fissuras e as subjetividades inerentes à vida — o resultado é uma produção na qual o ser humano é percebido em sua integralidade e complexidade, com menos reduções. É, certamente, um caminho para minar clichês e lugares-comuns que tantas vezes só engessam nosso olhar sobre o mundo”. (Moraes, 2015, p. 159)

Ao defender “um jornalismo que se utilize, sem constrangimentos, da subjetividade, reconhecendo-a como um ganho fundamental na prática da reportagem” (2015, p. 159), Moraes se refere, primeiro, a assumir-se a impossibilidade de se “domar o mundo exterior — e o Outro — em sua totalidade (independentemente de estarmos lidando com um ‘fato’, ‘fenômeno’ ou

‘acontecimento’))” e afirma que “devemos, antes, incorporá-lo, dentro de nossas limitações”.

Reconhecer que não somos capazes de guiar comportamentos, falas, sentimentos e situações, aliás, não prejudica a narrativa jornalística; ao contrário, pode enriquecê-la. Parece óbvio, mas o fato é que grande parte da produção desse campo midiático funciona a partir de um imenso e terrível ato de manipulação e autoritarismo, no qual pessoas e grupos são praticamente obrigados a se comportar, a responder e mesmo a *sentir* aquilo que o jornalista — quase sempre apressado ou ansioso para dar conta de algo que está em *sua* cabeça — quer. (Moraes, 2015, p. 159-160)

Moraes deixa claro, para evitar qualquer distorção sobre o que significa o que ela chama de jornalismo de subjetividade, que

Numa prática que reconhece a subjetividade, não são colocados de lado elementos vitais do jornalismo — tais como a pertinência da informação, a checagem minuciosa de dados e fatos, a clareza na escrita — e, importante, não se assume a distorção deliberada do acontecimento (ou fenômeno). Afinal, é no campo da realidade socialmente compartilhada que o jornalismo estabelece seu índice, e, mesmo com a adoção de vários elementos da literatura na escrita, é essa a pedra fundamental da prática jornalística e o que a separa, no fim, da ficção. (Moraes, 2015, p. 160-161)

Embora a subjetividade inerente ao jornalismo venha sendo discutida por diversos autores dentro dos estudos em comunicação, com a investigação de “discursos, narrativas, poder e aproximações da área com disciplinas como antropologia, história, filosofia, ciência política etc.” (2015, p. 161), é preciso esclarecer de que subjetividade estamos falando. A questão é alvo de tantas interpretações equivocadas que, em diferentes momentos de seus escritos, Moraes reforça reiteradamente que a defesa de um jornalismo de subjetividade não implica a negação da objetividade da qual não se pode abrir mão na profissão — que consta, por exemplo, na seguinte lista, pactuada por manuais e universidades, de acordo com a autora:

Apuração ampla (entrevistas, consultas bibliográficas, observação em loco); checagem de dados; confirmação e entrecruzamento de informações; escrita acessível a um público mais amplo; busca de fontes variadas e compatíveis ao assunto em tela; manutenção e não alteração do que foi declarado e/ou divulgado; utilização de valores-notícia. São essas “guias” objetivas, seguidas no caminho da pré-apuração, apuração, escrita e edição (e mesmo após a publicação, com a possibilidade de corrigir eventuais erros), que vão conduzir a repórter à confecção do texto. (Moraes, 2022, p. 14)

Trata-se de procedimentos básicos, “compatíveis com os diferentes jornalismo realizados (independentes, empresariais, institucionais, comunitários etc.)”, continua Moraes, “vitais para que a notícia chegue ao público de maneira mais completa e polifônica, oferecendo amplitude informacional e realces necessários ao que é publicizado” (2022, p. 14). Assim, “apesar de abarcar a possibilidade de criação”, reafirma a autora, o jornalismo “precisa desses critérios básicos para se fazer valer como campo de conhecimento”.

Entretanto, nem mesmo esses procedimentos — como já vimos neste capítulo —, podem ser entendidos como objetivos em si, uma vez que a seleção temática, os recortes, enquadramentos e escolhas de fontes “denotam visões de mundo (logo a subjetividade) de profissionais ou os interesses específicos das empresas jornalísticas” (Moraes, 2022, p. 14). Assim, em meio a debates permeados por divergências sobre a objetividade, um ponto mostra-se pacífico entre pesquisadores e fazedores de jornalismo: o de que, “entre um fato e suas diferentes versões e abordagens”, afirma Moraes (citando e complementando Rossi, 2005), “há sempre um jornalista e suas opiniões mediando um mundo também permeado pela subjetividade” (Moraes, 2022, p. 14). Um exemplo da própria autora que consideramos pertinente trazer aqui é o da edição de 2018 do manual do jornal Folha de S. Paulo: “Embora a objetividade descritiva seja inalcançável como valor absoluto, procedimentos consagrados de apuração e redação ampliam o distanciamento crítico e tornam as descrições dos eventos tão exatas quanto possível” (FSP, 2018, p. 16, in Moraes, 2022, p. 14).

Assim, reforça Moraes, sua crítica não é “a uma objetividade necessária em procedimentos básicos para a feitura da notícia: essa continua a ser um valor cognitivo fundamental para o jornalismo” (2022, p. 15). O que ela propõe, afinal, é que pensem “a objetividade assentada em uma racionalidade que se coloca como universalista, construída sobre ideais humanistas racializados, generificados, sobre uma racionalidade que construiu um ‘normal’ e um ‘Outro’”. E que, portanto, exclui todos aqueles e aquelas que não correspondam ao que se estabeleceu arbitrariamente como “normal” — esses e essas é que são “outros”, cujas existências não têm valor na prática jornalística que assume essa perspectiva, tornando “irreconhecível a densidade da vida, como bem escreveu António Pedro Dorés (2013) ao estudar as formas cartesianas, esquemáticas e elitizadas com as

quais os veículos da imprensa portuguesa traziam notícias sobre os crimes” (Moraes, 2022, p. 15).

Cabe, nesse ponto, o clássico exemplo de como a imprensa brasileira noticia a ocorrência de um mesmo crime de formas diferentes, conforme a cor e a origem social do autor do delito: a naturalidade com que se lê a referência a jovens brancos de classe média portando substâncias ilícitas como “estudante”, “morador da Zona Sul”, “jovem” ou, no máximo, “usuário”, enquanto jovens negros e pobres são, no mínimo, referidos como “suspeitos”, quando não “bandidos” e “traficantes” — ainda que a quantidade de substância apreendida seja maior no primeiro caso do que no segundo, por exemplo. Um dos grandes exemplos brasileiros da criminalização da pobreza e da negritude é a história da prisão injusta do jovem (negro e favelado) Rafael Braga — personagem cuja história é narrada há nove anos pela autora do presente trabalho e que será abordada mais adiante.

Moraes traz outro exemplo a esse respeito, e que complementa o exemplo acima, a partir de um dos critérios objetivos já mencionados aqui — quando nos referimos aos procedimentos adotados na feitura de uma notícia —, o da “busca de fontes variadas e compatíveis com o assunto em tela”. Ela questiona por que pessoas negras e mulheres são pouco procuradas como especialistas, “dotadas de um saber socialmente mais valorizado”. Projetos como *Entreviste um Negro* (um banco de fontes especializadas fundado pela jornalista Helaine Martins) e portais jornalísticos voltados à cobertura relacionada às mulheres (como *Catarinas*, *Gênero e Número*, *AzMina*) são, afirma a autora, respostas a esse cenário de apagamento, “a uma realidade na qual o próprio pensar desses grupos não brilhava nos rankings das agendas de fontes jornalísticas. Consequentemente, as suas falas, pensamentos, opiniões, existências, também não” (Moraes, 2022, p. 15-16).

Isso vale para pessoas negras, mulheres, LGBTQIA+, periféricas: aquelas cuja existência, forma de ser e estar no mundo é subvalorizada, depreciada, invisibilizada — como no caso da personagem Joicy, transexual cuja saga é contada por Moraes; ou de Rafael Braga, negro e favelado cuja saga é contada por esta jornalista que apresenta esta pesquisa. Como no caso de cada pessoa que vive à margem — da sociedade, do que é aceito socialmente como “normal” ou digno de valor. De cada “Outro”. É que “essa objetividade com cor, gênero, endereço e poder”, afirma Moraes, “também permeia e se confunde muitas vezes com os procedimentos técnicos necessários ao jornalismo aqui citados, uma vez que os

mesmos são instrumentalizados para justificar, frequentemente, o injustificável” (2022, p. 15).

A crítica feita por Moraes, e refletida nesta dissertação, não diz respeito a procedimentos básicos para a produção noticiosa, mas a uma dita objetividade que, no fim das contas, serve à perpetuação do poder de grupos historicamente privilegiados, a partir da reprodução, no jornalismo diário, de estigmas que continuam a naturalizar e legitimar discriminações sociais, raciais e de gênero — e, portanto, violências e desumanização de determinados grupos sociais. Assim, “não é possível realizar uma crítica à objetividade que é fundamental ao jornalismo”, segundo Moraes, “sem realçar também como a mesma é tantas vezes perpassada por uma racionalidade objetiva profundamente racializada, profundamente classista, profundamente generificada” (2022, p. 16). E, defendendo que tais questões são ainda mais necessárias no contexto brasileiro, a autora defende que:

É preciso pensar por que os critérios de objetividade não foram suficientes para me mostrar melhor mulheres, negros, indígenas, pobres e como os critérios de objetividade necessários ao jornalismo foram instrumentalizados em nome de projetos de poder. A objetividade no jornalismo brasileiro, esse ideal irrealizável (Birolli e Miguel, 2012), sustenta uma performance de neutralidade que, no final, pode ser uma forma de validar discursos hegemônicos (Undugarra, 2018). (Moraes, 2022, p. 26)

Em oposição aos reducionismos praticados por profissionais que, influenciados pelo positivismo, “tentam conferir validade e confiabilidade às próprias produções através de procedimentos padronizados” em busca da objetividade (Moraes, 2022, p. 15), a autora acredita que “o jornalismo pode servir como meio de se opor a esses cenários de destruição de humanidades” (2022, p. 20). Para refletir criticamente sobre tais práticas reducionistas do jornalismo, faz-se fundamental compreender que o mundo que o jornalismo nos apresenta é, de acordo com Moraes:

um lugar construído, organizado e técnico que nos ajuda tanto a pensar nosso cotidiano e hierarquizar nossas escolhas quanto também nos diz, por exemplo, quem são as pessoas e lugares que valem mais — e, portanto, as pessoas e lugares que valem menos. Um jornalismo frequentemente avesso às diversas possibilidades de existência e pensamentos, mas vendido e assimilado como locus da verdade e da pluralidade, apesar do forte descrédito por parte do público nos últimos anos. Este jornalismo, que sempre se apresentou como acima das paixões, desinteressado e neutro, faz parte de um projeto bem realizado e articulado, responsável

pela estigmatização de pessoas e grupos e, consequentemente, por seus apagamentos. (Moraes, 2022, p. 21)

Assim, entre os elementos que compõem o que ela chama de jornalismo de subjetividade, estão “a crítica a valores-notícia; a busca por uma prática reflexiva; as possibilidades criadoras e a relação entre jornalismo e arte; o posicionamento engajado ou ativista que não fere os pressupostos objetivos pertinentes ao campo” (2022, p. 19). No fim das contas, como afirma Moraes, “não há espaço, em um dos países campeões em desigualdade social e concentração de renda do mundo, para posturas ‘neutras’ e falsamente equilibradas no jornalismo” (2022, p. 20).

Em meio às suas reflexões acerca do jornalismo de subjetividade, ainda no livro “O nascimento de Joicy” (2015), em que se debruçou sobre a relação entre repórter e personagem a partir de sua experiência na cobertura de longa duração sobre o processo da cabeleireira Joicy, Moraes menciona a investigação de Márcio Serelle (“Guinada subjetiva e narratividade: aportes para o estudo de relatos jornalísticos em primeira pessoa”, 2010) sobre “o jornalista como porta-voz de subjetividades (a exemplo daquele que produz a reportagem-testemunho, que o aproxima, na coleta de relatos, das mediações vistas na antropologia e na sociologia)” — que abordamos aqui como recursos do jornalismo etnográfico — e “o jornalista que cola sua vida ao fato narrado, implica-se na própria matéria, algo que o torna um dos protagonistas da história que escreve” (Moraes, 2015, p. 164).

Assim, antes de tratarmos de questões éticas de coberturas de longa duração, vale trazer este fragmento em que Moraes se refere à importância de o repórter se permitir ao encontro com o personagem — no sentido mais profundo que isso tem:

Talvez ainda presos a um paradigma tão heroico quanto o da objetividade que quer se transmutar em verdade, deixamos de simplesmente reconhecer e trazer para a prática e para a escrita jornalística aquilo que foi abraçado sem medo pelo cineasta Eduardo Coutinho em seus documentários. Em uma entrevista, ele sintetiza: ‘Eu não filmo apenas pessoas, filmo **uma relação entre mim e o entrevistado**’. Significa dizer que, **para dar conta de uma escrita que tente captar as pessoas em sua integralidade, o jornalista precisa estar também aberto ao que acontece enquanto ele se aproxima do personagem, ao potencial transformador desse encontro**. Sem estar aberto à compreensão de suas próprias limitações e contentando-se em escrever o já previamente e precariamente escrito, aquilo que, em lugar de transformador, mistifica, ele perde a chance de promover a ação do próximo — e de si mesmo. **Afinal, ao lado das exigências técnicas e vitais que formam o lastro do**

jornalismo, não podemos perder de perspectiva: emoção também é informação. (Moraes, 2015, p. 26-27, grifos nossos)

A ideia de “encontro” é chave nesse tipo de jornalismo, como se vê. Eis a razão de pensarmos sobre a relação entre repórteres e personagens no decurso do tempo: o resultado da abertura ao encontro e “ao potencial transformador desse encontro” é “um jornalismo mais íntegro e integral”, em que as subjetividades são assumidas como potência e as emoções que permeiam as relações humanas também informam.

3. Princípios metodológicos e éticos da cobertura de longa duração

O jornalismo é o exercício diário da inteligência e a prática cotidiana do caráter.

Cláudio Abramo, 1997, p. 109

Dizer que os jornalistas não devem mentir, inventar, distorcer, caluniar, etc., é como afirmar que as pessoas devem ser honestas. O problema, aqui, é ultrapassar o óbvio, obter um consenso sobre o conceito de honestidade. Quanto ao jornalismo, a dificuldade seria conseguir um acordo sobre o que é a verdade, quais são os fatos que merecem ser relatados e sob que ângulo político, ideológico e filosófico.

Adelmo Genro Filho, 2012, p. 147

Vimos refletindo, ao longo dos capítulos anteriores, sobre questões fundamentais que permeiam o jornalismo e, especialmente, as coberturas de profundidade. A ética no jornalismo não diz respeito somente a esse tipo de trabalho, evidentemente. Nas palavras de Umberto Eco, “quando o outro entra em cena, nasce a ética” (1999, p. 90). Entretanto, uma vez que coberturas de longa duração envolvem um período maior de diálogo e até de convivência com personagens — ao contrário do que acontece nas reportagens factuais, em que esse contato não se estende para além dos curtos prazos do jornalismo diário —, é nesse tipo de reportagem que tudo se intensifica, inclusive, claro, os conflitos éticos.

É ao longo do tempo que as aparências dão lugar às essências, por assim dizer, o que propicia desgastes nas relações — que, repito, são humanas, ainda que o jornalista mantenha, não sem esforço, o distanciamento necessário para a realização de seu trabalho. E é o processo de conhecer mais profundamente o personagem — e o que o cerca — que acaba colocando o jornalista diante de conflitos éticos mais numerosos e também mais profundos. A profundidade do mergulho do repórter e das relações estabelecidas entre ele e seus personagens é diretamente proporcional à profundidade dos conflitos éticos que atravessam seus processos de coberturas — que podem durar semanas, meses, anos.

Fato é que, no exercício do jornalismo, conflitos são inevitáveis, pois, como afirmam Karam e Schmitz em “A ética de lado a lado: fontes de notícias e jornalistas frente a frente” (2010):

O jornalismo vale-se dos conflitos, da diversidade de ideias, da variedade de opiniões, da multiplicidade de interesses e da complexidade das relações humanas, atributos protagonizados pelas fontes jornalísticas e percebidos pelo público pela notoriedade, surpresa, utilidade, dramaticidade, pelo suspense, conhecimento e inusitado. Pois as “interações do jornalista com a fonte envolvem conflitos e acordos inevitáveis, porque a interlocução é viva, interessada” (Chaparro, 2001, p. 43). (Karam; Schmitz, 2010, p. 171)

Talvez resida nisso — no mergulho na complexidade das relações humanas, vivendo os conflitos que decorrem disso — a maior beleza das coberturas de longa duração, do jornalismo de profundidade, aqui já caracterizado como literário-etnográfico. É exatamente esse mergulho que o difere do jornalismo “preso às amarras do lide”, dependente de “ganchos”, com prazo apertado e violentamente submetido à ética do mercado e dos donos dos jornais. Sobre isso, vale a máxima do velho jornalista brasileiro Cláudio Abramo (1923-1987), para quem “não existe uma ética específica do jornalista: sua ética é a mesma do cidadão” e, portanto, “a resolução da questão ética depende também do que o jornalista considera como seu dever de cidadão” (1988, p. 109):

O que o jornalista não deve fazer que o cidadão comum não deva fazer? O cidadão não pode trair a palavra dada, não pode abusar da confiança do outro, não pode mentir. No jornalismo, o limite entre o profissional como cidadão e como trabalhador é o mesmo que existe em qualquer outra profissão. É preciso ter opinião para poder fazer opções e olhar o mundo da maneira que escolhemos. Se nos eximimos disso, perdemos o senso crítico para julgar qualquer outra coisa. O jornalista não tem ética própria. Isso é um mito. A ética do jornalista é a ética do cidadão. O que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista. (Abramo, 1988, p. 109)

É importante ter em vista, também, que empresas e jornalistas desprovidos de ética nas relações cotidianas de trabalho não podem tê-la em seu noticiário:

Evidentemente, a empresa tem a sua ética, que é a dos donos. Pode variar de jornal para jornal, mas o que os jornalistas deveriam exigir seria um tratamento mais ético da empresa em relação a eles e seus colegas. Isso não tem acontecido. É preciso uma atitude muito ética dentro da redação: os chefes e os responsáveis pelo jornal têm de dar o exemplo ao pessoal mais novo, senão é o caos. Um chefe de redação que tolera hipocrisia

e golpes baixos contra funcionários do jornal perde a ética e o direito de usar essa palavra. (Abramo, 1988, 109)

Entretanto, para além dos diversos problemas éticos que atravessam as relações de trabalho no meio jornalístico — que são muitos, mas não são nosso foco nesta pesquisa — sabemos que os limites éticos, muitas vezes, são atropelados pela mídia, por exemplo, em meio ao “afã de fazer revelações de impacto” que alavanquem sua audiência, “em nome de um suposto interesse público, que ela mesma estabelece”, como afirmam Karam e Schmitz (2011, p. 171): “sobrepõe direitos, imagem e reputação, sem resguardar a idoneidade das organizações”. Não faltam exemplos de reputações destruídas nesse contexto, com consequências irreversíveis e danos irreparáveis, material e psicologicamente, como no famoso Caso Escola-Base, que, ocorrido em 1994 — e envolvendo crimes como calúnia, difamação, injúria e danos morais contra os proprietários da escola infantil paulista, injustamente acusados de abuso sexual — até hoje enseja pesquisas acadêmicas não apenas no campo do jornalismo, mas do direito, da psicologia e da ciências sociais.

Aqui, cabe trazer a definição de Cornu (1999) para o rigor na apuração jornalística, traço fundamental da ética, uma vez que o compromisso do jornalismo com a verdade e o esclarecimento, bem como sua responsabilidade em relação às consequências desse trabalho, deve ser um exercício constante do ofício:

O rigor é ir ao fundo das investigações materialmente realizáveis, no tempo dado para essas pesquisas. É a recolha de todos os fatos confirmados disponíveis. É tudo que se opõe à falsificação, à deformação, à mentira. O rigor é um caminho banalizado, no qual a jurisprudência dos tribunais reconhece a necessária *diligência* jornalística. Perante o objeto fugaz que é o acontecimento, apanhado ‘no som e na fúria’ da história, o jornalista não está dispensado de recorrer aos instrumentos elementares de sua deontologia, a fim de garantir uma correta *descrição dos fatos*: publicar unicamente informações cuja origem conhece, ou senão acompanhá-las das reservas necessárias; não suprimir informações essenciais; não alterar nem textos, nem documentos; retificar uma informação publicada que se revele inexata. (Cornu, 1999, p. 391, grifos do autor)

Como vimos buscando mostrar neste capítulo, em consonância com a síntese aparentemente simples de Abramo no livro “Regra do Jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro” (1997), a obediência a manuais de redação e ao código de ética da profissão tampouco é suficiente para garantir a prática do bom jornalismo. É o que afirma uma das grandes referências no tema, decano da ética e do “jornalismo de precisão”, Philip Meyer:

No *ethos* do jornalismo, há dois tipos de códigos. Um tipo é escrito por uma comissão, é tornado público, e representa com bastante honestidade como os jornalistas pensam que deveriam agir. O outro tipo é não-escrito, oculto às vezes da consciência dos próprios jornalistas. Por ser frequentemente inconsciente, este último código é muito mais difícil de descrever e analisar. Mas é o mais poderoso de ambos. (Meyer, 1989, p. 38.)

Já no prefácio de seu clássico “A Ética no Jornalismo: Um Guia para Estudantes, Profissionais e Leitores”, o jornalista e professor norte-americano aborda um dos aspectos norteadores do que os profissionais consideram ético: “Se há um motivo consistente no modo pelo qual as pessoas no negócio jornalístico abordam os problemas éticos, é um desejo de agradar. Assim, a ética é tratada não como um esforço na direção da integridade, mas como um problema de relações públicas” (Meyer, 1989, p. 9-10). Trata-se, portanto, do medo da reprovação, das críticas e julgamentos — o que traz à baila as pressões constantes que motivam a busca dos jornalistas pelos rituais estratégicos como mecanismos de autodefesa, conforme abordamos no capítulo anterior com Tuchman (1999). “Os jornalistas estão, portanto”, continua o autor, “no perigo constante de oscilar entre, por um lado, a perseguição incansável de um estreito auto-interesse e, por outro, estarem paralisados em inação por medo de serem julgados não-éticos” (Meyer, 1989, p. 10).

Em termos práticos, podemos pensar, como exemplo, que se um jornalista está a produzir uma reportagem em que há depoimentos de duas ou três pessoas de uma determinada comunidade sobre um importante acontecimento local, e se essas pessoas são fontes já conhecidas — e, portanto, de confiança — deste jornalista, ele pode sentir medo de desagradar alguma delas caso venha a dar um destaque maior para o que outra disse, em detrimento das demais. Talvez sua escolha se dê somente pela avaliação de que uma se expressou melhor que a outra — ou o espaço para a matéria seja bastante limitado —, mas ele pode temer que uma das fontes sinta-se desprivilegiada e, assim, não lhe tenha mais a mesma consideração — o que, no jornalismo, pode significar não lhe atender mais prontamente quando um “fato” ocorrer na mesma localidade e o repórter precisar com urgência de uma fonte para conceder-lhe entrevista. O mesmo pode ocorrer se a preocupação do jornalista não for exatamente pela consideração que uma fonte lhe tem pessoalmente, mas ao jornal, no caso da cobertura de um acontecimento envolvendo uma determinada

instituição cujas fontes tenham “relações” com a empresa jornalística — e então há o medo de desagradá-la.

Muitos exemplos de situações em que há medo de desagradar alguém — fonte, jornal, anunciantes etc. — são possíveis. Que repórter nunca sofreu pressão de uma fonte para ler, antes da publicação, uma matéria que contenha declarações suas? Vale trazer aqui a célebre afirmação de William Randolph Hearst (1863-1951), um barão da imprensa norte-americana⁵: “Jornalismo é publicar aquilo que alguém não quer que se publique. Todo o resto é publicidade”.

Entretanto, em coberturas de longa duração, ao aprofundar-se a relação entre repórter e personagem, especialmente quando este último é socialmente vulnerável — o que é esperado no jornalismo literário-etnográfico, que tem como uma de suas características o interesse por personagens desprovidos de poder e comumente invisibilizado no jornalismo diário da imprensa hegemônica —, um sentimento de compromisso e responsabilidade, por parte do profissional, passa a existir em relação à figura humana cuja história ele acompanha de tão perto e por um longo período (consequência e motivação do trabalho de imersão).

Sentir-se responsável, de alguma forma, pelo personagem, é inevitável, dada a natureza sensível desse tipo de trabalho — e acaba por ser um elemento gerador de angústias e conflitos éticos. “Evidentemente, a dupla lealdade do jornalista etnógrafo para com os sujeitos (a obrigação do etnográfico) e para com os leitores (a obrigação do jornalista) cria uma certa tensão na prática”, de acordo com Hermann (2016b, p. 500, tradução nossa). Jornalistas entrevistados pela autora em sua pesquisa afirmaram que tentam “‘compensar’ as relações pessoais próximas que cultivaram durante a reportagem distanciando-se, física e mentalmente, durante o processo de redação”. Um deles, Alex Kotlowitz, disse-lhe o seguinte:

Quando me sento para escrever, preciso colocar uma certa distância entre mim e meu tema, pois, no final, não estou escrevendo para ele, mas sim para meus leitores. Essa tensão de lealdade é algo que acho que todo escritor de narrativas de não ficção enfrenta. No final, sua lealdade deve ser para com o leitor. (2016b, p. 500, tradução nossa)

⁵ A citação é erroneamente atribuída a George Orwell há muitos anos, mas é de autoria de William Randolph Hearst, de acordo com os sites Boatos.org e Quote Investigator. Disponíveis em: <https://www.boatos.org/entretenimento/frase-atribuida-erradamente-george-orwell-circula-pela-web.html>; <https://quoteinvestigator.com/2013/01/20/news-suppress/>.

Talvez resida exatamente nesse aspecto um dos mais profundos conflitos de uma cobertura de longa duração. Tomando a ética como um exercício de responsabilidade permanente para com o Outro, faz-se necessário refletir sobre a responsabilidade social do jornalismo, conscientes de que “a liberdade de imprensa e o dever de informação do público não autorizam tudo” (Cornu, 1999, p. 83), e sobre a responsabilidade do jornalista em relação àquelas pessoas que lhe confiam suas histórias, lhe abrem as portas de suas casas — e de suas vidas. Como disse a jornalista gaúcha Eliane Brum, durante uma entrevista ao canal “Sempre um papo”⁶ (em 15 de dezembro de 2013), “quando te abrem a porta de casa, estão te dando uma oportunidade e você assume um compromisso com aquelas pessoas”.

3.1. Responsabilidade social do jornalismo

Com origem associada à filosofia utilitarista surgida na Inglaterra e nos Estados Unidos no século 19 — em boa medida derivada das ideias de Jeremy Bentham (1784-1832) e John Stuart Mill (1806-1873) —, de acordo com o professor e pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP) da Universidade de Brasília (UnB), Venício Arthur de Lima, a responsabilidade social se constituiu, nos anos que se seguiram à Segunda Grande Guerra, “como um modelo a ser aplicado às empresas em geral e às empresas jornalísticas estadunidenses, em particular”, inicialmente introduzido por meio de “códigos de auto-regulação estabelecidos para o comportamento de jornalistas e de setores como rádio e televisão”⁷.

Trata-se de um modelo que está, portanto, “historicamente vinculado aos interesses dos grandes grupos de mídia”, segundo Lima. O surgimento do conceito é fortemente atrelado ao trabalho da Hutchins Commission, criada em 1942 como resposta a uma onda crescente de críticas à imprensa. Presidida por Robert Maynard Hutchins, então reitor da Universidade de Chicago, e formada por 13 personalidades dos mundos empresarial e acadêmico — uma iniciativa dos próprios

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SeeojASScDo&t=785s>.

⁷ LIMA, Venício A. de. A responsabilidade social da mídia. Observatório da Imprensa, 03/04/2009. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-responsabilidade-social-da-midia/>.

empresários e por eles financiada, conforme ressalta Lima — a Comissão tinha como objetivo formal definir quais eram as funções da mídia na sociedade moderna:

Na verdade, diante da crescente oligopolização do setor e da formação das redes de radiodifusão (networks), se tornara impossível sustentar a doutrina liberal clássica de um mercado de idéias (a marketplace of ideas) onde a liberdade de expressão era exercida em igualdade de condições pelos cidadãos. A saída foi a criação da ‘teoria da responsabilidade social da imprensa’. Centrada no pluralismo de idéias e no profissionalismo dos jornalistas, acreditava-se que ela seria capaz de legitimar o sistema de mercado e sustentar o argumento de que a liberdade de imprensa das empresas de mídia é uma extensão da liberdade de expressão individual. (Lima, 2009).

Intitulado “A free and responsible press” (“Uma imprensa livre e responsável”), e publicado em 27 de março 1947, o primeiro volume resultante do trabalho da Comissão de Hutchins resumiu as exigências que os meios de comunicação teriam de cumprir em cinco pontos principais — que se tornariam a origem dos critérios profissionais que vimos abordando nos capítulos anteriores:

1. propiciar relatos fiéis e exatos, separando notícias (reportagens objetivas) das opiniões (que deveriam ser restritas às páginas de opinião);
2. servir como fórum para intercâmbio de comentários e críticas, dando espaço para que pontos de vista contrários sejam publicados;
3. retratar a imagem dos vários grupos com exatidão, registrando uma imagem representativa da sociedade, sem perpetuar os estereótipos;
4. apresentar e clarificar os objetivos e valores da sociedade, assumindo um papel educativo; e, por fim,
5. distribuir amplamente o maior número de informações possíveis. (Lima, 2009)

Temos, então, novamente aqui, os pilares do chamado bom jornalismo: “objetividade, exatidão, isenção, diversidade de opiniões, interesse público — adotado nos Estados Unidos e ‘escrito’ nos Manuais de Redação de boa parte dos jornais brasileiros”, conforme Lima, que explica:

A responsabilidade social se baseia na crença individualista de que qualquer um que goze de liberdade tem certas obrigações para com a sociedade, daí seu caráter normativo. Na sua aplicação à mídia, é uma evolução de outra teoria da imprensa — a teoria libertária — que não tinha como referência a garantia de um fluxo de informação em nome do interesse público. A teoria da responsabilidade social, ao contrário, aceita que a mídia deve servir ao sistema econômico e buscar a obtenção do lucro, mas subordina essas funções à promoção do processo democrático e a informação do público (‘o público tem o direito de saber’).

O que está colocado, assim, é o paradigma liberdade de imprensa *versus* responsabilidade da imprensa: para que a imprensa fosse verdadeiramente livre, ela deveria também ser responsável, suas práticas deveriam contribuir para a democracia e para o desenvolvimento social. Incorporado aos debates sobre ética jornalística, a responsabilidade social se tornou um dos pilares fundamentais das teorias da comunicação no século XX, com base na ideia do bem comum, da dignidade humana, da justiça e de valores universais que o jornalista deve promover.

Vale, entretanto, lembrar o que afirma Fabiana Moraes em “A pauta é uma arma de combate” (2022), ao abordar “a questão da prática e da teoria que podem servir ou como amoladoras de facas ou como meios de emancipação e restituição de humanidades”, esta última palavra precisa ser pensada para além do uso que lhe é comumente dado, “sublinhando seu caráter distintivo e racializado” (Moraes, 2022, p. 25). A esse respeito, a autora destaca fragmento do prefácio do livro “Tornar-se negro” (Neusa Santos Souza, 2021), escrito por Jurandir Freire Costa:

O belo, o bom, o justo e o verdadeiro são brancos. O branco é, foi e continua sendo a manifestação do Espírito, da Ideia, da Razão. O branco e a brancura são os únicos artífices e legítimos herdeiros do progresso e desenvolvimento do homem. Eles são a cultura, civilização; em uma palavra, “humanidade”. (2021, p. 28-29, in Moraes, 2022, p. 25)

E aqui, neste trabalho, essa reflexão é fundamental para pensarmos a responsabilidade social especialmente no jornalismo literário e etnográfico, em que os personagens são, frequentemente, pessoas em situação de vulnerabilidade social, estigmatizadas, vítimas de preconceitos e violações de direitos humanos. Assim, mais uma vez, como temos feito ao longo desta pesquisa, ressaltamos, como princípio ético fundamental, a sensibilidade e a empatia que caracterizam esse tipo de jornalismo. No artigo “Ensinaamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo” (2010), Cláudia Lago afirma que, embora a responsabilidade social ligue o jornalismo a conceitos como interesse público, democracia e cidadania,

para que possa cumprir esse caminho, o jornalismo deve ser plural e não apenas seguir a velha fórmula de deixar pontos de vista diferentes sobre um determinado tema ocupar o mesmo espaço editorial. A ideia de pluralismo é bem mais profunda e implica em contemplar e incorporar o Outro, esta abstração que merece ser explicitada. (Lago, 2010, p. 167)

Aqui, tendo em vista que “a responsabilidade social do jornalismo e a defesa do interesse público não podem se resumir a fornecer as informações que supostamente interessam ao público” (Lago, 2010, p. 166), vale especificar de que forma se entende “pluralismo” e como esse entendimento, para o qual Lago traz Neveu, vai ao encontro do que Moraes defende em relação à complexificação da pauta jornalística:

Para Neveu (2005, p. 135), “o ideal democrático requer um jornalismo de informação econômica e culturalmente acessível a todos e produtor de reflexão sobre os desafios políticos”. A condição de existência deste tipo de jornalismo assenta-se em três apoios: o Estado, o pluralismo e a introdução dos saberes científicos “no seio do debate público”. Em relação ao pluralismo, o autor reforça que este deve ser político, mas também sociológico. Por pluralismo sociológico especifica a necessidade de o jornalismo estar “atento às várias experiências da sociedade e de suas expressões”, sabendo “captá-las onde elas têm pouca capacidade de se fazer ouvir institucionalmente” e dando-lhes “voz de modo a suscitar a reflexão de públicos mais vastos”. a necessidade de o jornalismo estar “atento às várias experiências da sociedade e de suas expressões”, sabendo “captá-las onde elas têm pouca capacidade de se fazer ouvir institucionalmente” e dando-lhes “voz de modo a suscitar a reflexão de públicos mais vastos”. (Lago, 2010, p. 166-167)

A responsabilidade social do jornalismo está, portanto, essencialmente ligada a ecoar vozes historicamente estigmatizadas e marginalizadas, uma vez que, por um jornalismo comprometido com a democracia, entende-se a necessidade de trabalhar com a pluralidade, com a diversidade, combatendo injustiças sociais, a exclusão e a mera reprodução dos discursos oficiais.

4. Jornalismo Literário-Etnográfico de mulheres brasileiras

Como vimos nos capítulos anteriores, em coberturas do dia a dia, mais breves e sem desdobramentos, o jornalista não tem tempo ou oportunidade de desenvolver uma relação com as pessoas envolvidas nas histórias. Não como acontece durante uma cobertura de longa duração, em que as contradições humanas se evidenciam, os temperamentos das pessoas se manifestam, determinadas características se sobressaem e o jornalista é desafiado a lidar com as diversas faces e elementos que compõem um personagem.

4.1. Fabiana Moraes: “O nascimento de Joicy: Transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem”

Pernambucana de Recife, Fabiana Moraes formou-se jornalista em 1997, já trabalhando no Jornal do Commercio. Como repórter especial, já conquistara, entre outros, dois prêmios Esso de Jornalismo com as reportagens *A Vida Mambembe* (2007) e *Os Sertões* (2009). O especial *O Nascimento de Joicy*, que iniciou em seguida, traria o terceiro Esso e seria seu quarto livro derivado do trabalho jornalístico — *Os sertões* (2010), *Nabuco em pretos e brancos*, *No país do racismo institucional* (Ministério Público de Pernambuco, 2013), associado a pesquisas acadêmicas: Fabiana é mestra em Comunicação Social (2005) e doutora em Sociologia (2011) pela UFPE, onde leciona desde 2016.

Em “O nascimento de Joicy”, a jornalista acompanhou, por 18 meses, a saga da cabeleireira transexual Joicy que, vinda ao mundo no corpo masculino do ex-agricultor João Batista, *nasceu* como mulher aos 51 anos, em 22 de novembro de 2010, ao realizar a cirurgia de redesignação sexual no Hospital das Clínicas de Recife (PE). “Quando Joicy nasceu, morreu João Batista, 51 anos”, escreveu Moraes na introdução da série, que, publicada durante três dias, em abril de 2011, apresenta uma série de elementos do jornalismo literário e etnográfico, como veremos.

No livro homônimo, Moraes contou a história não apenas de Joicy e seu rito de passagem, mas a de seu mergulho jornalístico nessa cobertura de 18 meses que marcou profundamente sua trajetória e a colocou diante de uma série de desafios

que a levaram a refletir sobre os limites entre repórter e personagem. “As situações descritas, possivelmente prosaicas em outras circunstâncias, trouxeram à tona meus próprios limites humanos, éticos e profissionais”, escreveu Moraes (2015, p. 22).

Dividido em três partes, o livro abre com a série de reportagens publicada no *Jornal do Commercio*. Na segunda parte, Fabiana detalha os bastidores de sua produção: os encontros com Joicy, sua família e seus vizinhos, os entendimentos e desentendimentos, as premiações nacionais concedidas — uma delas levando jornalista e personagem a dividir, por três dias, o mesmo quarto de hotel em uma viagem a São Paulo. Passagens que tensionam os limites do jornalismo na sua prática diária, “repletas de desafios, incoerências e, inegavelmente, *bem-querer*” (Moraes, 2015, p. 23).

A autora dedica a terceira e última parte do livro à discussão da relação entre jornalista e personagem, “pensando essa aproximação como dotada de elementos riquíssimos para compreender a carne tantas vezes instável de uma profissão na qual, durante décadas, o ‘ser objetivo’ foi regra por excelência” (Moraes, 2015, p. 24). Por fim, a partir de suas reflexões a esse respeito, defende o que chama de “jornalismo de subjetividade”, no qual “não são desconsideradas as premissas fundamentais de uma reportagem: a clareza, a checagem rigorosa de informações, a busca por respostas que possam esclarecer aquilo que perturba (às vezes de maneira invisível) o mundo sensível” (Moraes, 2015, p. 24).

Quando a jornalista viu Joicy pela primeira vez, “ela estava em uma fila de mulheres transexuais que buscavam, no serviço público de saúde, adequar seus corpos masculinos ao feminino que traziam dentro de si” (Moraes, 2015, p. 18), e destoava das demais por sua aparência masculina.

Eram nove mulheres sem útero e sem ovários, sem clitóris e vagina, aguardando atendimento médico no setor de ginecologia do Hospital das Clínicas. No meio de calças jeans justinhas, cintos com tachas, vestidos floridos e sandálias altas, uma se destacava. Não era Cris, Valentina, nem Camila. Tampouco Eduarda, Grazielle ou Juliana. Nem Tamires ou Dominic. Quem não usava cinto enfeitado, vestido de flor e cabelão era aquela mais do canto. Parecia homem. Mas se chamava Joicy (Moraes, 2015, p. 33).

Ali estava a jornalista — antes, um ser humano inserido em uma sociedade marcada por imagens preconcebidas, generalizações, preconceitos —, diante de uma pessoa que se reivindicava mulher tendo aparência e modos socialmente atribuídos a homens. E, por isso mesmo, Moraes não percebeu logo, ao chegar ao

Hospital das Clínicas, “que ela, sentada de pernas abertas em meio às outras transexuais de maneiras delicadas e sandálias de dedo, era mais uma mulher não biológica à espera da marcação de sua cirurgia de redesignação sexual”, conforme conta na segunda parte do livro (Moraes, 2015, p. 94).

Enquanto as outras tinham claros marcadores do que se associa a mulheres — curvas, cabelos, roupas, adereços e gestos socialmente vistos como femininos, uma professora de balé, outra com família em construção (marido ao lado e planos de adotar uma criança) —, Joicy não tinha nada daquilo:

Não usa maquiagem. Não gosta de usar vestido. Não tem cabelo comprido. Na verdade, está ficando meio careca, coisa de quem vai completar 51 anos de idade. Sua aparência sugere que ela ainda está engatinhando para mostrar socialmente a mulher que é — e, principalmente, para deixar para trás o agricultor que sempre foi. O fato de não possuir as mesmas características hiperbólicas das suas colegas de fila a destaca imensamente naquele grupo. Usa apenas bermuda, camiseta e sapatilhas pretas. Senta-se com as pernas abertas. É musculosa e, às vezes, um tanto rude. Carrega as maneiras de quem passou boa parte da vida dentro da roça, no meio do mato, plantando mandioca e cuidando de cabra, galinha, boi. (Moraes, 2015, p. 34)

Neste ponto da narrativa, Moraes coloca questões que se farão presentes de diversas formas em todo o percurso de Joicy: 1) o preconceito que a personagem sofre não apenas por ser transexual, mas por não ser uma transexual estereotipada: “sem os marcadores que a fariam, externamente, ser ‘mulher’, Joicy termina sofrendo um preconceito duplo, que vem tanto daqueles que não experimentam a sua condição quanto das próprias transexuais” (Moraes, 2015, p. 34-35); 2) por ser a única, entre aquelas mulheres da fila, a ter o diagnóstico de distúrbio de identidade, bem como os dois anos de terapia que são pré-requisitos para a realização da cirurgia, ela seria a primeira a passar pelo procedimento: “bastava a certeza disso, e não os brincos longos e o chinelo com flor, para que Joicy se sentisse bem consigo mesma. ‘Eu não tenho que usar saia e maquiagem para ser mulher. E eu não sou menos mulher por causa disso.’” (Moraes, 2015, p. 35).

E quando a própria Joicy sinalizou à jornalista — “Ei, moça. Eu sou a próxima daqui a fazer a cirurgia” —, esta observou o desconforto das demais com aquele fato, conforme expressou no seguinte fragmento:

Notei que suas colegas não ficaram muito à vontade com aquela interferência, algo que eu descobriria, mais tarde, ter relação com o fato de Joicy não coadunar sua aparência com o feminino que

elas valorizavam, sempre traduzido em brincos, maquiagem e cabelos longos. (Moraes, 2015, p. 94)

Depois de Joicy concordar em ser acompanhada por Moraes ao longo de todo o processo — antes, durante e depois da cirurgia —, a jornalista combinou com o médico responsável pelo procedimento a sua presença constante ao lado da paciente. Ao transcrever seu diálogo com o médico — que atendia todas aquelas “garotas nascidas no masculino” — a jornalista apresenta aos leitores uma manifestação do preconceito em relação à questão do estereótipo e seu próprio posicionamento:

Ele não viu problema em meu acompanhamento e foi simpático em todos os nossos (poucos) encontros. No entanto, uma pergunta sua em nossa segunda conversa me surpreendeu:

— Por que você escolheu logo Joicy? Há outras transexuais aí com a aparência mais feminina, seria bem melhor.

— Mas Joicy não é mulher? Não é a próxima a ser operada pelo senhor?

— Sim, mas é uma paciente difícil, não tem as características mais femininas, é um pouco embrutecida, ignorante. (Moraes, 2015, p. 95)

A menção evidencia seu compromisso ético com um pressuposto do jornalismo, o de contribuir com o combate a preconceitos — algo a que ela se refere mais adiante, já na terceira parte do livro. E, na sequência, Moraes entrega sua própria motivação, humana e profissional, para a escolha feita:

Em vez de me desencorajar, o cirurgião terminou me instigando mais ainda: afinal, pensei, o que exatamente nos transforma em mulheres? Brincos, batom, vestidos? Por que em Joicy o feminino era questionado ao não se associar aos elementos decorativos mais comuns relacionados às mulheres? Percebi que, além de todos os obstáculos pelos quais precisaria passar — a falta de dinheiro, a falta de respeito, a falta de amor —, ela ainda teria que provar ao mundo que, apesar da cabeça quase careca (problema que acomete também mulheres biológicas) e das maneiras díspares do feminino socialmente construído, ela também era, sim, uma mulher. (Moraes, 2015, p. 95-96)

Observa-se, a partir de passagens como essa, a *escolha pela fuga de estereótipos* e a *empatia por pessoas socialmente marginalizadas e invisibilizadas no jornalismo diário* — características marcantes do *jornalismo literário etnográfico*. Sendo Joicy a próxima da fila a se submeter a cirurgia, “teria sido possível aguardar e eleger alguém mais enquadrada no cânone da feminilidade”, como escreveu Sylvia Moretzsohn na apresentação do livro de Moraes. “Pelo contrário, insistir em Joicy significava enfrentar o preconceito mais arraigado e

mostrar o drama de quem, ademais de viver em situação de extrema pobreza, ‘tenta se inscrever no mundo a partir de um corpo continuamente questionado — e combatido’” (2015, p. 13).

Moraes narra então a saga de Joicy em busca da realização de seu sonho, expondo com enorme *sensibilidade* os obstáculos enfrentados pela cabeleireira de Alagoinha (PE): primeiro, o desafio de ser diferente de seus treze irmãos e se apartar da família, que não aceitava que João fosse uma mulher, nunca a apoiou na decisão de realizar a cirurgia e se recusava a chamá-la de Joicy; depois, deixando a vida de agricultora e trabalhando como vendedora em mercado, ajudante em bar, cozinheira em uma obra e, por fim, cabeleireira (“adotei esta profissão porque era mais fácil para pessoas do meu tipo”), Joicy enfrentou toda sorte de dificuldades, tornando-se “especialista em sobrevivência” (Moraes, 2015, p. 39-40):

Com o benefício de R\$ 68 (vindos do Bolsa Família, que atende 8.964 em Alagoinha), mais uma média de dez clientes por semana (R\$ 5 o corte de cabelo de cada um), Joicy garante uma renda de R\$ 268 mensais. O valor, é claro, pouco cobre as despesas da cabeleireira, que compartilha sua pobreza com a maioria dos moradores da cidade (realidade de 62,81% da população, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]). (Moraes, 2015, p. 74)

Endividada e sem condições de “suprir suas necessidades básicas, como a compra da água (R\$ 12, no carro-pipa, R\$ 2, no tonel trazido nas costas dos jumentos)”, Joicy, que contava eventualmente com a ajuda de alguns vizinhos, chegou a ter que juntar água da chuva para beber e cozinhar (Moraes, 2015, p. 75). Se não é fácil acessar uma cirurgia de redesignação sexual vivendo na cidade grande, na roça a situação é obviamente mais complicada: a burocracia enfrentada por Joicy desde que “ouviu no rádio que poderia tirar o pênis” (Moraes, 2015, p. 40) foi *minuciosamente narrada* na reportagem — também uma marca do jornalismo literário-etnográfico, como vimos anteriormente.

Hermann faz referência, em “Jornalismo Etnográfico” (2016a, p. 269), a esse tipo de relato que se ocupa de minúcias do cotidiano, por um longo período, com o uso de estratégias de imersão, compromisso ético e gosto literário. E em todo esse processo narrativo de Moraes, evidenciam-se as nove características apontadas por Harrington (2003, p. 92-94, in Hermann, 2016a, p. 267) como definidoras de “antropólogos jornalistas” — os jornalistas etnográficos:

(1) Mergulhar na vida de seus personagens, (2) deixar que a ação se desenvolva naturalmente, (3) coletar material por meio de todos os sentidos, (4) entrevistar para obter um significado mais profundo, (5) procurar uma linha de ação temporária que tornará a história dramaticamente coerente, (6) coletar diálogos ouvidos em excesso, (7) relatar detalhes de status, (8) observar gestos e características corporais para representar o personagem fisicamente e (9) observar pequenos eventos e detalhes que evoquem os temas de suas histórias. (Hermann, 2016a, p. 268, tradução nossa)

Na primeira vez em que percorreu a estrada de barro, a bordo de sua moto, de Perpétuo do Socorro até a Secretaria de Saúde de Alagoinha, em 2004, ouviu da diretora administrativa da unidade e do secretário de Saúde do município que “não tem disso por aqui”; dias depois, foi a vez de telefonar para o 0800 do Ministério da Saúde e ficar “quase uma hora no telefone com a moça”; depois, escreveu uma carta de três páginas para o presidente da República, “contando como vivia, o que tinha vivido, o que queria viver” e perguntando se era possível realizar a “mudança de sexo, como Roberta Close”. Meses depois, soube que chegou à Secretaria de Saúde de Alagoinha uma carta de Brasília sobre seu caso na qual “mandavam encaminhar Joicy para um serviço voltado para transexuais” e o tema virou piada na cidadezinha — “foi assim que eu soube, o povo rindo de mim” (Moraes, 2015, p. 40).

Encaminhada para a IV Gerência Regional de Saúde do Estado (Geres), em Caruaru, Joicy teve sua transexualidade reconhecida. Mas seria só o início de uma sequência de outros obstáculos:

Apesar de o Hospital das Clínicas ter iniciado as operações de mudança de sexo (ou neovaginoplastia) em 2001, a Geres não encaminhou automaticamente a transexual para o local, como seria óbvio. Foram dois anos, com a cabeleireira indo a Caruaru a cada dois meses (a cerca de cem quilômetros de sua casa), para tentar entender se faria a cirurgia. Para isso, também dependia dos carros da Secretaria de Saúde de Alagoinha, várias vezes indisponíveis. O entrave principal era a necessidade de um simples encaminhamento da paciente para o HC, que deveria ser feito pelo órgão municipal de saúde de sua cidade. Isso não aconteceu. (Moraes, 2015, p. 41)

Joicy mantinha relação com um rapaz, Dorneles, que Moraes descreve como “simultaneamente no papel de protagonista do carinho da ex-agricultora e no de quase algoz que irá arrebentar seu coração enquanto ela se recupera, ainda no hospital, da cirurgia de readequação sexual” (Moraes, 2015, p. 100) — já que, tendo

ido para o Hospital das Clínicas como acompanhante, foi embora quatro dias após o procedimento, deixando-a a chorar. Dorneles chegou a telefonar para Moraes para pedir que fosse descrito como “amigo de Joicy”. Após a publicação da série, não procurou mais a jornalista: “o registro jornalístico de sua recusa como objeto de afeto da cabeleireira parecia ser suficiente para protegê-lo de qualquer constrangimento que viesse a sentir ao ver sua relação exposta”, concluiu Moraes (2015, p. 101).

Testemunhando, ao longo do processo de cobertura, a relação de Joicy com seu “amor-amigo” (2015, p. 97) — a quem, apaixonada, a cabeleireira se submetia, em troca de migalhas de afeto, como relata a jornalista não apenas no livro, mas na própria reportagem, sob o intertítulo “Algun dinheiro para garantir algum amor” (2015, p. 59) —, e vendo o rapaz abandoná-la no hospital “sintomaticamente, depois que ela ‘mudou de sexo’” (2015, p. 102), Moraes sentiu que tinha o dever de alertá-la. Após a volta da cabeleireira recém-operada para Alagoinha, teve “coragem de dizer, com muito cuidado, que se cuidasse em relação àquele amor e, principalmente, guardasse algum dinheiro para si mesma, já que ela não poderia trabalhar por algum tempo” (2015, p. 102). Um sentimento de responsabilidade sobre a personagem que levou a jornalista não apenas a preocupar-se com ela, mas considerá-la e ver-se na posição de zelar por ela de alguma forma, como revela o fragmento a seguir:

Sabia que minha fala seria replicada para Dorneles mais tarde e que isso poderia provocar ruídos entre nós dois. Mas a espécie de **obrigação em alertá-la** falou mais alto: **já me sentia comprometida com Joicy**, acompanhava, apesar de há pouco tempo, sua vulnerabilidade. Minha atitude **não estava dentro do citado círculo técnico do jornalismo, mas era totalmente compatível com meu sentimento de responsabilidade** (Moraes, 2015, p. 102, grifo nosso)

Sob a perspectiva do “jornalismo etnográfico”, a situação vivida por Moraes suscita a observação de Carvalho e Júnior (2022) sobre ética, em relação às “responsabilidades que surgem na relação entre jornalista e interlocutores durante a convivência em campo” (2022, p. 94), sendo exatamente o cuidado que se manifesta por meio de interferências na vida pessoal do outro uma consequência, por exemplo, de o jornalista sentir-se responsável pelo personagem — como aconteceu com Moraes em relação a Joicy.

Uma das questões pertinentes é até que ponto, no jornalismo etnográfico, jornalistas e interlocutores devem se relacionar

seguindo uma lógica de colaboração, termo da etnografia (Lassiter, 2005; Estalella; Criado, 2018). Nesse sentido, torna-se necessário pensar como a proximidade entre jornalista e interlocutores (muitas vezes pessoas em condições de subalternidade), por um longo período, obriga os primeiros a terem uma postura de cuidado com os últimos. Essa atitude pode se refletir de várias formas, como a proteção de interlocutores por meio do anonimato, a permissão para que interlocutores leiam reportagens antes da sua publicação e, enfim, **possíveis interferências do jornalista na vida de seus interlocutores** (Carvalho; Júnior, 2022, p. 94, grifo nosso).

Desse desafio de ter que lidar com outro ser humano por *um período maior de tempo* é que sentimentos — às vezes também contraditórios — emergem, como Fabiana expressa:

Esse alheamento (provável resultado das condições de vida e da socialização da ex-agricultora) foi algo que me fascinou, me irritou, me comoveu, me espantou. Foi também uma das mais difíceis características de Joicy com as quais precisei lidar — e nem sempre consegui (Moraes, 2015, p. 20).

Assim, durante o período em que acompanhou Joicy, Moraes viveu conflitos éticos que não chegariam a ocorrer se, em vez de acompanhar todo o processo de redesignação sexual da personagem ela tivesse, por exemplo, entrevistado algumas das transexuais que aguardavam a cirurgia para uma matéria específica e sem continuidade sobre o tema.

Estamos falando, portanto, de conflitos que acontecem somente em coberturas de longa duração — uma vez que é no processo de conviver com um personagem que o repórter desenvolve uma relação que acaba por transcender a que tradicionalmente se espera entre jornalista e personagens. Como Moraes relata nesta passagem:

“Há inclusive quem diga que você vem ficando com todo o dinheiro que deveria me dar”, disse Joicy, falando de um telefone a quase 300 quilômetros de distância de mim. Eu estava quase acostumada a ouvir absurdos de diferentes graus nas conversas que mantínhamos há mais de um ano, mas a frase foi fulminante. (Moraes, 2015, p. 91)

E, então, a situação limite. Emoções que um jornalista não conhece numa relação que se mantém dentro da distância considerada, tradicionalmente, necessária para não se ultrapassar limites éticos:

Primeiro, me calou. Depois, estapeou. Veio uma indignação triste, comedida, aquela que nos mostra claramente que, dali em diante, nenhuma ação será proveitosa ou ajudará na manutenção das coisas, pelo contrário: é preciso parar. Nos descolamos. Ou

melhor, me descolei. “Certo, Joicy. Eu não voltarei a telefonar para você. Peço também que você não volte a ligar para mim. Assim, você terá total segurança de estar longe de minha má-fé.” (Moraes, 2015, p. 91).

Joicy então tentou amenizar a situação, dizendo que não era o que ela pensava, que era o que vizinhos estavam comentando, mas até mesmo essa maneira de dizer “o que queria dizer, ainda que magoasse e fosse injusto” e depois atribuir a responsabilidade do que estava dizendo a outros era “um jogo”, segundo a jornalista, que ela “já conhecia tão bem”. Foi assim que Moraes, que “só queria desligar — de preferência para sempre”, se despediu, após dizer à cabeleireira que ela havia feito uma acusação muito grave (Moraes, 2015, p. 91-92).

Foi essa a situação limite o ponto de inflexão que propiciou à jornalista o afastamento necessário da personagem para ter a dimensão do que estava vivendo ao longo daquele mergulho jornalístico. Como na máxima filosófica de José Saramago em “O Conto da Ilha Desconhecida” (1997): “Que é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não nos saímos de nós” (Saramago, 1997, p. 10).

Em dezembro de 2010, a jornalista considerava ter material suficiente para escrever e sentiu “alívio”, em suas palavras, por não ter que retornar a Alagoinha, para se “resguardar um pouco” (Moraes, 2015, p. 127). Àquela altura, em decorrência da intensidade da cobertura que estava realizando, com a imersão na realidade da personagem, ela já sentia o que relata neste fragmento — e que aqui também é fundamental para diferenciar coberturas de longa duração e dos limites que o jornalista procura colocar em sua relação com o personagem: “colocar-se no meio da vida dos outros, da dor dos outros, dos anseios dos outros tem um custo alto quando estamos impedidos de realizar essa aproximação (por obrigação e por humanidade), envolvidos em uma película protetora (Moraes, 2015, p. 127).

Assim, Moraes tem, pela primeira vez, “depois de meses de uma intimidade quase obrigatória”, a experiência do afastamento que, para muitos, deveria ser regra na relação entre repórteres e personagens. Mas é exatamente nesse ponto que entendemos — e assumimos — nossas subjetividades enquanto jornalistas. E Moraes expõe o que tantos de nós, jornalistas, insistem em negar:

A distância era algo de que, profissional e pessoalmente, eu precisava: me sentia extremamente frustrada pelo fato de que, depois de tentar ajudá-la de diversas maneiras (um ato que sempre oculta alguma vaidade, é claro), terminar ouvindo suas

queixas sobre minha inabilidade em fazê-la, de algum modo, feliz. Durante muito tempo, não entendi que aquela não era uma tarefa minha. (Moraes, 2015, p. 92)

Outra situação extrema ocorreu quando, em 2011, a série de reportagens “O nascimento de Joicy” ganhou o Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade na categoria cobertura de mídia, circunstância que levou Moraes e Joicy, a convite da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, à capital paulista, para a premiação e para a Parada Gay daquele ano. Na ocasião, a jornalista pagou por roupas que a cabeleireira usaria nos eventos e as duas dividiram um quarto de hotel por dois dias. A expectativa de retorno financeiro foi um dos pontos de maior desgaste na relação jornalista-personagem. Joicy “alegou que as pessoas diziam que eu estava usando a imagem dela — atribuía o que queria dizer aos outros, como faria meses depois, ao insinuar que eu ficava com seu dinheiro” (Moraes, 2015, p. 149).

A jornalista resolveu antecipar seu voo de volta para casa e partiu, deixando Joicy sozinha no hotel. No dia seguinte, recebeu um telefonema da cabeleireira e perguntou-lhe sobre o único pedido que havia lhe feito: o recibo da corrida de táxi até o aeroporto, para que o jornal pudesse ressarcir-la. A transexual não havia pego o recibo. E Moraes explodiu, pelo acúmulo:

Comecei a falar alto ao telefone, disse que ela era egoísta, que não pensava em ninguém além dela mesma. Que eu estava tentando ajudá-la há meses e ela nunca havia sido minimamente carinhosa comigo, que ela só esperava que eu desse algo para ela, principalmente dinheiro. Que eu estava cansada de ser tratada mal, que ela havia me envergonhado dizendo, na frente das pessoas, que eu a usava. Desabei. Desliguei o telefone e comecei a chorar muito. (Moraes, 2015, p. 151)

A situação narrada por Moraes é de uma intensidade inimaginável no exercício do jornalismo cotidiano — em que se lida principalmente com fontes com as quais, conforme abordamos no início deste capítulo, a relação não “ultrapassa um breve encontro permeado por algumas perguntas, um ‘muito obrigada’ e um ilusório ‘até logo’” (Moraes, 2015, p. 17). A superficialidade das relações que predominam entre jornalistas e fontes não oferece brechas para sentimentos intensos, tampouco discussões acaloradas, que ocorrem quando há intimidade.

Nesses rompantes, a intenção de Moraes era, conforme relata no livro, afastar-se de Joicy. Entretanto, ainda que a jornalista se afastasse da personagem, a realidade da proximidade ainda se impõe: a partir da profundidade da cobertura

realizada, passa a haver uma expectativa dos leitores que foram “apresentados” à personagem pela jornalista e que acabam por se sentir “quase íntimos” dela — uma aproximação proporcionada pela sensibilidade e detalhamento com que a jornalista contou aquela história. Leitores então passam a perguntar — certos de que a jornalista sabe a resposta: “E Joicy, como está?”. Além disso, quando a personagem é sofrida e enfrenta obstáculos, desperta sentimentos como empatia e compaixão nos leitores, que passam a torcer por uma espécie de “final feliz” para aquela mulher marginalizada. “Depois de acompanharem a saga permeada por burocracia, pobreza e preconceito pela qual Joicy passou, era normal e muito bonito que aqueles que tiveram contato com sua história desejassem para ela uma vida mais suave” (Moraes, 2015, p. 93).

As marcas de uma reportagem de profundidade em que há “imersão do repórter na realidade, voz autoral, estilo, precisão de dados e informações, uso de símbolos (inclusive metáforas), digressão e humanização”⁸ (Lima, 2014; in Martinez, 2016, p. 240) caracterizam o trabalho de Moraes como jornalismo literário, sendo possível observar a presença de recursos do gênero ao longo de toda a narrativa. Resultado de uma cobertura de longa duração, não obedece ao modelo da pirâmide invertida; traz descrições minuciosas de cenas, diálogos e personagens; caracteriza personagens com sensíveis associações de hábitos e aparência física com origem social e condição econômica; faz uso de metáforas como a do “nascimento”, após a cirurgia de redesignação sexual, da mulher que havia nascido em um corpo biologicamente masculino, bem como da “morte” daquela pessoa até então registrada e reconhecida como homem (Moraes, 2015, 31); traz um trabalho de muita escuta e observação, em que a autora está presente e escolhe não se esconder atrás do que a autora chama de “objetividade-fetice”, sabidamente “utópica” (Moraes, 2015, p. 167).

Tudo isso se funde às características do jornalismo etnográfico, tendo como marcas a convivência por longo prazo durante a apuração da reportagem, o foco em grupos sociais normalmente negligenciados na cobertura da mídia tradicional e a empatia entre repórter e personagens (Hermann 2016a, 2016b). Nesse tipo de trabalho, como vimos, o jornalista deixa de ser intérprete de uma realidade estereotipada e imediatista, e se torna parte de um diálogo com personagens que

⁸ Disponível aqui: <https://blog.edvaldopereiralima.com.br/verbetes-elaborados-por-edvaldo-pereira-lima/>.

revelam, no processo, personalidades sempre mais complexas — logo, abertas a contradições. “As experiências de imersão, assim como um contínuo ‘estar aberto ao não saber’, são características fortes” (Moraes, 2015, p. 220) desse tipo de trabalho.

A esse respeito, em “O nascimento de Joicy”, depois de fazer referências a trabalhos jornalísticos em que, como no seu próprio, há o emprego de ferramentas etnográficas (e sociológicas) em experiências de campo imersivas (2015, p. 219), Moraes afirma, trazendo conceitos e questões pelos quais passamos ao longo deste trabalho e apontando uma “dimensão ativista” nesse tipo de jornalismo que chama de *new new journalism*:

Métodos da antropologia e olhares sob forte influência da sociologia, além de uma aproximação íntima com a literatura, são componentes do que se tornou conhecido como *new new journalism*. Como se observa já a partir do nome, estes jornalistas diferenciam-se do movimento anterior e imensamente incensado do qual fazem parte nomes como Truman Capote e Gay Talese, o *new journalism*. Enquanto este se alimentava fortemente da vida de uma elite econômica ou cultural e da vida das celebridades (muitas vezes desglamorizando-as, o que é sociologicamente interessante), aquele movimenta-se em torno de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social focando raça e classe, além de uma “acumulação implacável de detalhes que definem o status individual” (Tom Wolfe) para produzir reportagens. No novo movimento, a dimensão ativista é predominante, com feitura de reportagens voltadas para discutir com mais profundidade questões ligadas à pobreza e às subculturas. A ideia de “exótico”, algo tão presente no jornalismo (inclusive e fortemente no jornalismo de imersão, como já vimos), é deixada de lado: o foco é a ausência de direitos civis (e aqui estamos diante das narrativas do contrapoder citadas por Serelle⁹). (Moraes, 2015, p. 220-221)

As características descritas por Anne Hermann estão presentes na cobertura de longa duração analisada nesta pesquisa, se sobrepondo e complementando

⁹ Moraes se refere ao trabalho de Márcio Serelle, sobre o qual ela escreveu, em momento anterior do livro “O nascimento de Joicy”, o seguinte: “A inclusão do eu-jornalista (aquele que testemunha) e as narrativas em primeira pessoa são temas que Márcio Serelle vem trabalhando pertinentemente, sublinhando tanto a existência desse fenômeno como estratégia de contra-poder (‘Eu vi, eu denuncio’) quantos limites que esse ver carrega em si. As narrativas pessoais midiáticas são importantes, alerta o autor, para ‘refletir como essa reivindicação das subjetividades pode implicar reconfigurações de paradigmas no jornalismo’. Essa realidade está dentro daquilo que Serelle denomina, assim como Beatriz Sarlo, de ‘guinada subjetiva’, movimento centrado no testemunho e que privilegia a subjetivação do narrado (nomeação criticada por Sylvia Moretzsohn, que identificou essa valorização do testemunho em detrimento da apuração em veículos como a revista *Realidade*).” (Moraes, 2015, p. 161-162)

aspectos comuns ao jornalismo literário, já apresentado no capítulo anterior. Se a mídia tradicional focaliza autoridades e porta-vozes oficiais, o jornalismo literário-etnográfico olha para aqueles que ninguém olha. O aspecto da empatia entre jornalista e personagem é uma contribuição relevante para esta pesquisa, que se alinha ainda à conceituação de “jornalismo de subjetividade” proposta por Fabiana Moraes, não somente, mas, também por ser a autora da reportagem que é objeto desta pesquisa.

Guardadas as particularidades de cada história — que, obviamente, são muitas, sempre —, as situações e conflitos narrados por Moraes em “O nascimento de Joicy” muito têm em comum com aqueles que atravessaram uma cobertura realizada pela autora desta dissertação ao longo dos últimos nove anos — e que somente reforça a defesa que Moraes faz sobre “o subjetivo como elemento político” no jornalismo, uma vez que

Tanto os elementos presentes na concepção de uma reportagem quanto aqueles que foram descartados são sempre escolhas políticas e, sim, também arbitrárias. Toda pauta organiza e desorganiza visibilidades e invisibilidades, toda pauta hierarquiza e deshierarquiza vozes e representações, toda pauta estrutura e desestrutura discursos. **Toda pauta é uma arma e, sendo assim, toda a pauta também pode ser uma arma de combate: ela pode servir para ir de encontro a uma desumanização também alimentada pelo próprio jornalismo. É uma tecnologia à disposição de um agir.** (MORAES, 2022, p. 10, *grifos da autora*)

Acreditando que um jornalismo produzido com a cabeça e o coração, ou pensamento e emoção, tem potencial transformador em uma sociedade marcada por injustiças, exclusão e desigualdades sociais, enfatizamos aqui o entendimento do “subjetivo como elemento político” e da pauta como “arma de combate” para passar à autoetnografia que motivou os questionamentos e reflexões que estiveram no cerne desta pesquisa.

4.2. Uma autoetnografia: o caso Rafael Braga — seletividade penal, jornalismo e desafios da relação entre repórter e personagem

Em uma cobertura de longa duração — aqui, especificamente, quase uma década — o que, lá no período em que codificou o manifesto do Novo Jornalismo (1973), Tom Wolfe chamou de “reportagem de saturação” (Hartsock, 2000, p. 256,

in Hermann, 2016b, p. 494) faz especial sentido. Se, no contexto da química, “saturação” figura no dicionário Houaiss¹⁰ como “estado de uma solução quando atinge a máxima quantidade de substância dissolvida numa dada temperatura”, vale a analogia com o trabalho do jornalista literário-etnográfico, que procura, ao longo de seu processo de cobertura, reunir o máximo possível de informações para construir com maior riqueza de detalhes e maior profundidade a complexidade do personagem e da história que irá contar — sendo seu texto a “solução” que resulta de tudo o que foi reunido de “substância” durante a reportagem.

Se nos ativermos aos significados populares de “saturar”, conforme o Houaiss, temos “aplar a fome, a sede; fatar(-se), encher(-se), sclar(-se)”, que é o que acontece quando o repórter sente-se *satisfeito*, ao final de um longo período de apuração, com o material reunido — julgando-o suficiente para escrever, *saciando-se*. E quase o mesmo sentido pode ser atribuído ao segundo significado que consta sobre “saturar” — “encher inteiramente; impregnar, penetrar” —, o que remete à imersão, à profundidade da cobertura, e então caminha para o terceiro significado, como numa gradação: “incomodar, chegar aos *limites* da resistência ou tolerância; enfastiar”, lê-se no dicionário. Eis aqui o momento de *exaustão* a que o repórter chega após todo esse tempo de convívio em campo, um *estafamento* pelo trabalho em si e por eventuais conflitos que venham a lhe provocar desgastes diversos.

Na cobertura do caso Rafael Braga, experiencio esses três significados de “saturação” há nove anos — ora ao mesmo tempo, ora como etapas que compõem esse processo de acompanhar por tanto tempo uma história complexa e que envolve violações de direitos humanos, criminalização da pobreza, racismo e relações permeadas por conflitos familiares e desafios éticos para a jornalista — no caso, eu, que escolhi o tema desta dissertação motivada principalmente por essa experiência, que teve início em junho de 2015.

A tarefa era averiguar a situação de um jovem negro injustamente preso no Rio de Janeiro dois anos antes — durante as manifestações que tomaram as ruas de todo o país em junho de 2013 e ficaram marcadas como “jornadas de junho”. Seria minha terceira reportagem para a Ponte Jornalismo, site que nasceu em 2014, em São Paulo, para cobrir especialmente justiça, segurança pública e direitos humanos

¹⁰ Disponível aqui: <https://houaiss.online/houaission/apps/www2/v7-0/html/index.php>.

— iniciativa de um grupo de repórteres oriundos de diferentes jornais que, ao identificar lacunas existentes na grande mídia em relação ao tratamento dessa temática, se reuniram com o objetivo de abordar questões como o racismo, a violência de Estado contra a população periférica, a criminalização da pobreza e violações de direitos humanos de modo a dar visibilidade a essas questões sociais e ecoar vozes comumente abafadas no jornalismo diário tradicional. Como não havia recursos para arcar com os custos desse trabalho, os repórteres eram poucos e voluntários, todos de São Paulo, até que eu me juntei ao coletivo, sendo a única repórter do veículo no Rio.

Até então, havia feito apenas uma colaboração no final de 2014, com duas matérias a partir da mesma cobertura¹¹. Em agosto de 2015, com uma matéria noticiando que agentes do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) — instituição que mantém sob sua custódia jovens em conflito com a lei — acusados de torturar até a morte um adolescente seriam julgados¹² e a primeira especial sobre o caso Rafael Braga¹³, resultado de *dois meses entre apuração minuciosa e a redação do texto*, passei a integrar oficialmente a equipe da Ponte — sem imaginar que era o início de uma intensa empreitada como repórter *independente*, o que foi determinante para a realização do tipo de cobertura que é o foco deste trabalho: a de *longa duração*.

Aqui, vale lembrar — conforme mencionamos no tópico deste trabalho que trata especialmente do conceito de *jornalismo etnográfico* — que, em sua pesquisa sobre *jornalismo lento*, a dinamarquesa Anne K. Hermann destacou que nenhum dos nove repórteres etnográficos que entrevistou trabalhava em uma grande redação:

Como esses jornalistas trabalham de *forma independente fora das redações*, essa abordagem procurou substituir a etnografia convencional das redações, mas buscando um relato situado. Como veremos, além da *regimentação* e da *representação*, o

¹¹ Sansão, Luiza. **Grupo de policiais defende a legalização de todas as drogas**. Ponte Jornalismo, 05/12/2014. Disponível em: <https://ponte.org/grupo-de-policiais-defende-a-legalizacao-de-todas-as-drogas/>.

Sansão, Luiza. **“Em Portugal, ninguém quer voltar a criminalizar drogas”**. Ponte Jornalismo, 05/12/2014. Disponível em: <https://ponte.org/portugal-drogas-greenwald/>.

¹² Sansão, Luiza. **Agentes acusados de torturar e matar adolescente serão julgados**. Ponte Jornalismo, 25/08/2015. Disponível em: <https://ponte.org/agentes-acusados-de-torturar-e-matar-adolescente-serao-julgados/>.

¹³ Sansão, Luiza. **O primeiro e único condenado das manifestações de junho de 2013**. Ponte Jornalismo, 27/08/2015. Disponível em: <https://ponte.org/o-primeiro-e-unico-condenado-das-manifestacoes-de-junho-de-2013/>.

material empírico revelou uma terceira *dimensão temporal*, que chamo de *reorientação*. (Hermann, 2016b, p. 496, tradução nossa, grifos nossos)

Isto porque, como vimos ao longo desta pesquisa, o *jornalista literário e etnográfico* precisa de *tempo e imersão* para trabalhar — o que não é possível em meio ao ritmo e às demandas do jornalismo diário e nem “batendo ponto”, cumprindo horário nas redações de jornais. Bom, no caso de um veículo independente, havia essa liberdade, mas, na Ponte, não havia remuneração, de modo que todos da equipe precisavam conciliar o trabalho independente com seus empregos e/ou freelas para pagar as contas. Desde 2012, eu produzia especiais para a Revista Adusp (da Associação dos Docentes da USP), no campo dos direitos humanos e especialmente sobre histórias ocorridas no período da Ditadura Militar brasileira.

Voltando a junho de 2015, logo no início do processo de apuração do caso Rafael Braga, surpreendi-me com o fato de que, nos dois anos desde a prisão do jovem, todas as matérias publicadas referiam-se apenas a *um morador de rua negro que havia sido preso injustamente com Pinho Sol nas manifestações de junho de 2013*. Não havia qualquer informação sobre quem era aquele jovem, sua origem, sua família, sua vida. A cobertura era tão rasa que o máximo de complexificação acerca de uma questão social com raízes tão profundas se dava com aspas de um dos advogados fazendo a crítica da seletividade do sistema penal ou um ativista da Campanha Pela Liberdade de Rafael Braga — que reunia doações para ajudar a família da vítima e acusava o Judiciário de racismo. Entretanto, nem a campanha tinha sido alvo de curiosidade da grande mídia na cobertura sobre o caso, nem sequer como um meio de aprofundar o tratamento da pauta — complexificá-la, fazendo dela uma “arma de combate” ao escancarar injustiças sociais históricas com a devida ênfase, sensibilizando o público leitor de modo a mobilizar ideias, ensejar questionamentos, provocar revolta, para além de um suspiro como quem diz “putz, mais um menino negro indo para a prisão” antes de passar para a próxima atividade e esquecer o assunto.

Me dei conta, ali, naquela pesquisa inicial, de que nada se sabia realmente sobre o andamento do caso para além do fato de que Rafael seguia preso. Procurei entender como funcionava o acesso ao sistema prisional e constatei a inviabilidade de entrevistar o rapaz na prisão, dados os obstáculos intencionalmente impostos

pelo sistema de administração penitenciária a jornalistas — especialmente uma independente, que não tinha a credencial de um dos poucos grupos de mídia que comandam o noticiário em um país com o oligopólio midiático que impera no Brasil¹⁴. Eu só conseguiria acesso ao interior do sistema prisional muito tempo depois, como contarei mais adiante.

Realizei uma primeira entrevista, que durou algumas horas, com um dos advogados de defesa do Rafael, Carlos Eduardo Martins, que integrava o pequeno grupo de advogados que atuava no Instituto de Defensores dos Direitos Humanos (DDH). Li todo o processo judicial e mantive diálogo constante com Martins para que ele traduzisse o “juridiquês” quando eu não entendesse algo. Debulhei todas as informações acerca das circunstâncias da prisão e o que havia se passado desde então na esfera judicial.

De todos os jovens presos durante as manifestações, ele havia sido o primeiro e único a ser condenado logo, sem poder aguardar o julgamento em liberdade, como os demais. E um dado importante saltou aos olhos: Rafael não havia sido preso *na* manifestação propriamente, mas em uma rua que sequer estava na rota dos manifestantes — e fazia toda a diferença, já que a acusação que pesava contra ele era de porte de material explosivo para usar nas manifestações como “coquetel molotov”, isto é, ele seria um dos jovens a praticar “atos de vandalismo” durante aqueles dias de junho de 2013. Entretanto, ele não só não era manifestante como nem mesmo entendia por que estavam acontecendo os protestos — como eu viria a saber depois.

“O primeiro e único condenado das manifestações de junho de 2013” foi o título da matéria, que abri com os três parágrafos seguintes, sendo os fragmentos em negrito destacados aqui para apontar traços de uma abordagem crítica em relação à injustiça de que o personagem era vítima:

Preso em junho de 2013 por suposta prática de porte de aparato incendiário ou explosivo quando levava apenas duas garrafas plásticas de produtos de limpeza, o catador de latas Rafael Braga Vieira, então com 25 anos e considerado como morador de rua, foi denunciado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e condenado em primeira instância cinco meses depois.

¹⁴ Em 2011, pesquisei o tema da regulação de mídia para produzir meu trabalho de conclusão de curso na Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (Facom/UFJF), onde me graduei como jornalista: Sansão, Luiza Schelgshorn dos Santos de. **Fiscalizando o Quarto Poder:** mídia, liberdade e regulamentação. Observatório da Imprensa, 24/4/2012. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/ed691-fiscalizando-o-quarto-poder/>.

O recurso da defesa foi negado e os artefatos supostamente explosivos, **com base em um laudo pericial considerado no mínimo duvidoso**, destruídos após a sentença condenatória, inviabilizando a ampla defesa do acusado. Assim, **em contraste com a costumaz morosidade do Poder Judiciário, todo o processo foi muito ágil – Rafael se tornou, facilmente, mais um negro pobre no sistema carcerário.**

Para a defesa do catador, entretanto, **o processo não se deu com a mesma agilidade nestes dois anos em que vem lutando pela liberdade do único condenado, em todo o país, de todos os presos no contexto dos protestos numerosos das chamadas “jornadas de junho” de 2013 – ainda que jamais tenha tido qualquer relação com manifestações e grupos militantes.** “O Rafael é uma vítima do sistema, das instituições que não compreendiam a insatisfação popular, e acabou sendo bode expiatório para testar, digamos assim, um cenário de responsabilidade do Poder Público em relação a esses movimentos”, define um dos advogados responsáveis pelo caso, Carlos Eduardo Martins, consultor do Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), que assumiu a causa após a condenação em primeira instância.

Julgado em segunda instância em agosto de 2014, a pena de Rafael, inicialmente de cinco anos, apenas caiu para quatro anos e oito meses. Em junho deste ano, quando se completaram dois anos de sua prisão, um recurso extraordinário interposto pelo DDH foi dirigido à Suprema Corte, pedindo “o reconhecimento das afrontas a diversos postulados constitucionais na condenação injustamente imposta a Rafael, como os primados da legalidade, da lesividade, da dignidade da pessoa humana, da presunção de inocência, da proporcionalidade e da ampla defesa”, conforme publicação do DDH. O recurso hoje se encontra, portanto, nas mãos do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, seu atual relator, de quem a defesa de Rafael aguarda uma resposta.

Podemos observar que, já na abertura da matéria, há: referência a documentos que provam o que está sendo dito; o uso de aspas para, por meio da fala do advogado, fazer uma crítica de peso em relação à injustiça imposta ao jovem; crítica da própria jornalista, sem aspas, bem como a referência ao perfil de Rafael como aquele que é mais facilmente alvo de injustiças como essas, apontando o recorte racial e de classe: “em contraste com a costumaz morosidade do Poder Judiciário, todo o processo foi muito ágil – Rafael se tornou, facilmente, mais um negro pobre no sistema carcerário”. O contexto estava dado na abertura da matéria — assim como a existência de um posicionamento da autora contra o racismo, a criminalização da pobreza, a forma como o processo havia se dado até ali.

Em seguida, sob o intertítulo “O caso”, contei em detalhes como havia se dado a prisão de Rafael. Novamente, destaco em negrito, na citação abaixo, trechos

que enfatizam o recorte de raça e classe, a ocorrência de violações de direitos humanos já na abordagem dos policiais a um jovem negro e pobre que levava somente produtos de limpeza nas mãos e detalhes que evidenciam para o leitor que a acusação contra Rafael não tinha fundamento:

Rafael foi preso durante a grande manifestação do dia 20 de junho de 2013, quando o Centro do Rio de Janeiro foi tomado por quase um milhão de pessoas. Dois policiais civis o abordaram quando ele saía do local onde dormia e armazenava as latas, garrafas e demais objetos que recolhia nas ruas – uma loja abandonada em frente à Delegacia da Criança e Adolescente Vítima (DCAV), na Rua do Lavradio, bairro da Lapa, cuja porta se encontrava arrombada havia semanas, segundo Rafael e os próprios policiais que o detiveram porque ele levava consigo dois frascos de produtos de limpeza – um de cloro (água sanitária “Barra”) e um de desinfetante (“Pinho Sol”), ambos lacrados.

Mesmo sem qualquer indício de envolvimento nos protestos, Rafael foi conduzido à 5ª Delegacia de Polícia, de onde não pôde mais sair com liberdade. Sob a alegação de que os produtos que levava seriam usados como coquetel molotov (arma química incendiária comumente utilizada em protestos), foi enquadrado no inciso III do artigo 16 do Estatuto do Desarmamento (Lei 10826/03), que proíbe o porte, uso ou fabricação de “artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”, que prevê pena de três a seis anos de prisão e multa.

Diferente dos vários manifestantes presos durante a onda de protestos de junho de 2013, a maior parte brancos de classe média, Rafael foi impedido de responder ao processo em liberdade, permanecendo detido até o julgamento. Após cinco meses na cadeia, foi condenado a cinco anos de reclusão e 10 dias de multa. Com então 25 anos, **o catador de latas negro, pobre e desvinculado de qualquer tipo de militância política** tornou-se o primeiro e único condenado no contexto nas manifestações, não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o país.

Diante da impossibilidade de acessar Rafael para entrevistá-lo na prisão, eu me baseei em seus depoimentos desde a prisão e ao longo do processo judicial, bem como em seu relato para o então deputado estadual Marcelo Freixo, que, à época presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (CDH/Alerj), conversou com o jovem no interior do sistema prisional e gravou a conversa — na qual Rafael não soube responder, por exemplo, quem era o governador do estado — mostrando que se tratava de uma pessoa alienada politicamente e indiferente às questões que motivaram as mobilizações sociais daquele momento.

Em entrevista ao deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ), em dezembro de 2013, na penitenciária Milton Dias Moreira, em Japeri (município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro), Rafael falou sobre como foi detido, pouco depois das oito horas da noite do dia 20 de junho de 2013, quando chegou ao local onde dormia e abrigava seus pertences. Ele contou que, ao chegar, guardou a bolsa que carregava com os objetos que havia “garimpado” nas ruas durante o dia de trabalho e encontrou as duas garrafas plásticas de produtos de limpeza, que já estavam lá dentro. Ele pegou os produtos e saiu novamente, com a intenção de levá-los para uma senhora que mora na região. Ao sair, dois policiais o **abordaram com violência e o incriminaram por porte de coquetel molotov – que ele sequer sabia o que era.**

“Me chamaram do outro lado [da rua], na delegacia em frente ao estabelecimento onde eu dormia, **já chegaram me metendo a porrada**, ‘que que é isso aí na mão?’. Eram duas garrafas, uma de cloro e uma de ‘Pinho Sol’, lacradas, que eu achei, que lá é aberto, o casarão onde eu durmo. Lá fecha, mas os outros entram. Então tava lá, **me chamaram, já me metendo a porrada**, aí me deixaram lá em cima, no ‘porquinho’, um quadrado lá, um espaço chamado ‘porquinho’, me deixaram preso lá um tempão, depois de terem me metido a porrada, aí me levaram para a delegacia, me falaram que eu tava preso. Chegou na delegacia, eu vi dentro do frasco de ‘Pinho Sol’ só menos do que a metade de líquido, não sei dizer se eles botaram gasolina ou o que que eles fizeram ali, e botaram um pedaço de pano na boca da garrafa de Pinho Sol”, contou Rafael no depoimento gravado pela equipe de Freixo. “Nunca ouvi falar de coquetel molotov na minha vida, **sei nem o que é esse negócio de protestar, não tava fazendo bagunça nenhuma, [tava] voltando do trabalho** como tô falando, cheguei com a minha bolsa, guardei, peguei essas duas garrafas e saí”.

Sob o intertítulo “Versão dos policiais”, apresentei os depoimentos dos dois policiais que detiveram Rafael e, como todas as testemunhas ouvidas no processo eram policiais, esse foi outro elemento de destaque: a matéria mostra que a condenação se deu somente com base na palavra de agentes que — como evidenciam diversas reportagens, inclusive minhas, sobre ações violentas de policiais — praticam sistematicamente violações de direitos humanos contra jovens com o perfil de Rafael: negro, pobre e periférico. Informo ainda sobre o fato de que a contestação da primeira responsável pela defesa de Rafael, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, não impediu que ele fosse condenado em primeira instância, ainda em 2013, apesar do flagrante forjado pelos policiais — que, tendo encontrado dois frascos plásticos de produtos de limpeza lacrados, alegaram que estes estavam abertos e continham material inflamável. Como eles abriram e

adulteraram as substâncias enquanto mantiveram Rafael preso, o jovem já encontrou a cena montada para incriminá-lo quando foi levado à delegacia:

No laudo técnico nº 267/13, produzido pelo Esquadrão Antibombas da CORE consta que, introduzidos nos gargalos das duas garrafas plásticas que Rafael levava, havia pavios (“mechas ignotoras”) e que um dos frascos continha material inflamável “apto a ser acionado (por chama) e lançado”. Ainda assim, contraditoriamente, a conclusão da perícia foi de que o material apreendido apresentava “mínima aptidão para funcionar como ‘coquetel molotov’”, já que se encontrava em garrafa plástica, isto é, “com mínima possibilidade de quebra que possibilitaria o espalhamento do seu conteúdo inflamável e contato com a chama da mecha ignotora, o qual provocaria incêndio”.

Questionando o “já comprovado comportamento policial durante tais episódios populares, forjando provas, alterando a verdade dos fatos e incriminando inocentes”, as alegações finais apresentadas pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro ao juiz Guilherme Schilling Pollo Duarte, da 32ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, em outubro de 2013, contestaram o laudo técnico, mas não foram suficientes para que as provas do flagrante delito, consideradas fracas, fossem revistas pelo Judiciário.

O intertítulo seguinte, “Laudo ‘incongruente e inconclusivo’”, detalha os fundamentos de toda a batalha judicial que teve início a partir da condenação em primeira instância, em 2 de dezembro de 2013, a partir da qual o Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH) — que vinha acompanhando diversos casos de manifestantes presos durante os protestos de junho daquele ano — assumiu sua defesa, passando a atuar em segunda instância em favor de Rafael. Assim, enquanto o Judiciário arquivava ou absolvía outros acusados no mesmo contexto das “jornadas de junho”, no caso de Rafael os depoimentos dos policiais militares que o haviam prendido não foram relativizados, o que desconsiderava inclusive o fato de Rafael ter alegado desconhecer a substância inflamável no frasco. Nesse ponto, chegamos a uma questão fundamental da injustiça a que o jovem estava sendo submetido, e que é parte da complexificação da pauta: o fato de vigorar no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJR) a Súmula 70, segundo a qual “o fato de restringir-se a prova oral a depoimentos de autoridades policiais e seus agentes não desautoriza a condenação” — ou seja, trata-se de uma súmula inconstitucional que orienta os julgadores a condenar um cidadão com base apenas no relato policial.

Abordei até então os maiores obstáculos às soluções jurídicas que estavam sendo buscadas pela defesa de Rafael, apontando “limitações próprias do sistema recursal brasileiro”, nas palavras do advogado Carlos Eduardo Martins, e questionando a fragilidade do laudo a partir da própria composição dos produtos de limpeza encontrados com Rafael — como o fato de água sanitária, que era o conteúdo de um dos frascos, ser inapta para explosão, e o fato de terem misteriosamente surgido 400 mililitros de etanol no outro frasco, não sendo uma composição usual do Pinho Sol. E com a explicação detalhada de Martins:

“Mesmo com essa composição, um artefato sob essa constituição, em uma garrafa de plástico, não pode ter aptidão para funcionar como explosivo, é um artefato fracassado. Porque a composição do molotov é lastreada no conjunto da garrafa de vidro, que espalha as substâncias que vão formar combustão. Então é a combustão, que é um pavio embebido de gasolina, um material inflamável, mas tem que ter esse pavio e um receptáculo de vidro. E era um receptáculo de plástico com etanol. Então é algo completamente discrepante. Ainda que, por exemplo, fosse um receptáculo com gasolina, de plástico, com pavio, ele não seria apto a explodir, como é o caso desse encontrado com o Rafael. Na realidade, nem o líquido inflamável é usual para coquetel molotov. Teria que ser gasolina, e não etanol”.

Assim, com base em todos esses questionamentos, em 20 de fevereiro de 2014 o DDH deu entrada no recurso de apelação de Rafael, apontando as “contradições entre o laudo e a condenação por ele motivada”, dada a ‘absoluta impropriedade’ das garrafas para funcionarem como coquetel molotov”, e afirmando ser “absurdo que a posse de substância livremente comercializada no país configure crime de porte de artefato explosivo”, como escrevi na referida matéria. Além disso, o material supostamente explosivo havia sido destruído, o que, de acordo com o documento, inviabilizou “o exercício da Ampla Defesa, além de macular o Princípio da Presunção de Inocência, ambos direitos individuais fundamentais salvaguardados no Artigo 5º, LV e LVII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”. Por fim, a defesa de Rafael questionou a “pena excessivamente alta” que lhe foi aplicada,

já que esta foi aumentada considerando que o réu estivesse “evadido do sistema penal”, quando, na verdade, restou comprovado o cumprimento integral das penas antecedentes por dois crimes patrimoniais de baixa monta em nada relacionados à acusação pela qual foi condenado em 2013. Por fim, os Embargos Declaratórios defendem que, em sendo arbitrariamente condenado, ainda assim, “por conta da pena excessivamente alta, o regime inicial de cumprimento da pena também deveria ser

revisto, devendo-lhe ser aplicado, no máximo, o regime semiaberto”.

Preso no Complexo Penitenciário de Bangu, Rafael foi julgado em segunda instância em agosto de 2014, após exame do recurso apresentado pelo DDH em fevereiro. Como resultado, sua pena foi reduzida em apenas quatro meses, sendo mantida a condenação por um crime que ele não cometeu. Para piorar a situação, ele foi transferido para uma unidade da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) em Niterói, o que dificultava as visitas de sua mãe, Adriana Braga, bem como seu trânsito quando, passando ao regime semiaberto, ele conquistou o benefício do trabalho externo e passou a trabalhar como auxiliar de serviços gerais no escritório do advogado João Tancredo, ligado ao DDH, no Centro do Rio. Benefício que havia sido suspenso, “em razão de ter posado para uma foto em frente ao muro da Casa do Albergado Cel. PM Francisco Spargoli Rocha, onde cumpria pena na época, o que foi considerada uma tentativa de fuga em um dia em que se atrasou na volta do trabalho, motivos pelos quais Rafael foi, duas vezes, duramente punido com dez dias em uma solitária”, como escrevi. Mais uma vez, arbitrariedades contra um jovem em situação de extrema vulnerabilidade: a tal foto, por exemplo, havia sido feita e postada na página do DDH no Facebook por Thiago Melo, advogado que acompanha especialmente de perto Rafael e sua família, desde o início.

Concluí a parte da matéria dedicada ao processo explicando que, “em 18 de agosto, contudo, a Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro (VEP) entendeu que a conduta atribuída a Rafael não poderia ser enquadrada como ato de evasão e, assim, atendendo aos pleitos defensivos apresentados pela defesa, determinou que Rafael” poderia voltar a usufruir do benefício do trabalho externo. No momento em que eu realizava essa apuração (junho de 2015), o DDH havia encaminhado um recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, esperando “o reconhecimento de nulidade da prova”, o que o levaria “a um passo da inocência”, de acordo com Martins. Infelizmente, isso nunca aconteceu.

Finalmente, passei a uma parte fundamental do processo de apuração: precisava entender, em meio às limitações impostas pelo fato de não poder acessá-lo na prisão, quem era Rafael. Precisava conhecer sua família, sua casa, a favela onde ele vivia; precisava “sentir”, a partir da escuta atenta de pessoas mais próximas de Rafael, como eu contaria sua história. Fiz contato com sua mãe, Adriana Braga,

e fui entrevistá-la. Eu sabia que, sendo uma pessoa muito pobre, forjada na mais profunda dureza da vida e que ainda não me conhecia, ela não tinha qualquer motivo para confiar em mim. Mas não tinha nenhuma ideia do que estava por vir. Cheguei no início da tarde de uma terça-feira comum e tudo se desenrolou muito *lentamente*: percebi que não existia, naquele contexto, a perspectiva básica de fazer perguntas e obter respostas. Não funcionava assim.

No já citado “O ponto de inflexão temporal: regimentação, representação e reorientação no jornalismo etnográfico” (2016b), Anne K. Hermann conta que um dos jornalistas que entrevistou para sua pesquisa, William Finnegan,

trabalhou durante vários meses em uma matéria sobre trabalhadores de fast-food, obtendo apenas informações “superficiais” (factuais) como “salários e condições de vida” e não a “vida interior” de seus entrevistados. Então, ele decidiu ir com uma fonte em um ônibus para Chicago para uma reunião nacional do movimento por salários mínimos mais altos: “Ficamos ali apertados juntos naquele pequeno assento por 18 horas e eu senti que ‘agora ela confia em mim’. Ela se sentiu fisicamente próxima de mim. Não sou apenas um repórter de quem ela não tem muita certeza. Sou seu amigo do ônibus. A partir de então, minha reportagem com ela foi muito melhor e ela realmente me deixou entrar e aprender muito sobre como ela se sentia e como realmente vivia, o que fez com que a matéria funcionasse para mim”. (Hermann, 2016b, p. 497-498, tradução nossa)

A situação narrada pelo jornalista estadunidense a Hermann me trouxe a lembrança de como eu me conscientizei, na cobertura da história de Rafael Braga, acerca da importância de adotar essa forma de trabalhar, que eu já adotava antes, sem saber que se tratava de um recurso da etnografia. Logo na primeira reportagem especial que produzi sobre o caso aconteceu algo semelhante, envolvendo também uma viagem de ônibus. Na primeira vez em que estive na casa da família, a mãe de Rafael me recebeu sem ainda me conhecer. Havíamos marcado minha ida por telefone e ela, sofrendo as consequências da prisão injusta do filho — emocional e materialmente, já que ele a ajudava com o dinheiro oriundo da venda das latas e recicláveis que recolhia nas ruas —, não se abriu muito, como era de se esperar, porque ainda não se sentia à vontade. E então, após horas de conversa na casa, caminhamos até o ponto de ônibus juntas e embarcamos para o Centro da cidade — o que significam pelo menos uns 50 minutos, já que saímos de ônibus do extremo

Zona Norte —, onde eu a acompanharia em uma reunião do coletivo Campanha pela Liberdade de Rafael Braga, na Cinelândia.

Ao longo do trajeto, assim como aconteceu com Finnegan, a percepção dela sobre mim foi mudando: a repórter era também uma pessoa comum a seu lado em um transporte coletivo. Ao saltarmos do ônibus, convidei-a para um lanche. Na lanchonete, ela disse que queria “algo macio”, pois não tinha dentes. Ao final daquele dia, em que passei a tarde e a noite na companhia de Adriana, sendo as últimas horas da noite na reunião da Campanha Pela Liberdade de Rafael Braga, na Cinelândia, julguei ter reunido o material necessário para escrever a matéria: além da compreensão da batalha judicial que havia se dado naqueles dois anos que me separavam do dia da prisão de Rafael, havia conhecido a família do jovem e identificado o integrante da campanha que considerei que seria a melhor fonte para falar sobre a mobilização por sua liberdade — e que veio a ser o último entrevistado daquela primeira reportagem. A partir daquele momento, nossos encontros fluíram cada vez melhor. Sim, esse tempo que o jornalista etnográfico “gasta” — nas palavras dos entrevistados por Hermann — é, na realidade, fundamental para o desenvolvimento do processo de acompanhamento que demanda o “jornalismo lento” e “de empatia”.

Minhas descobertas me levaram a compreender a superficialidade com que a história havia sido tratada até ali e a me interessar ainda mais pela cobertura. Primeiro, Rafael Braga não era exatamente um “morador de rua”, como figurava nas matérias que tinham sido publicadas até então sobre o caso, embora vivesse parte do tempo em situação de rua: na realidade, ele tinha uma casa — ainda que complementemente precária e minúscula para abrigar toda a sua família — para onde retornar após os dias que passava pelas ruas coletando recicláveis e, principalmente, latas. Ele tinha aquela casa, que todos na família chamam de “barraco”, tinha uma família, tinha uma vida comunitária na favela localizada no Complexo da Penha, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Rafael ia para a Lapa, no Centro da cidade, porque era a região onde mais havia objetos para sua coleta — era esse o seu trabalho — e somente retornava para a casa da família quando, após reunir material suficiente para vender e conseguir algum dinheiro, podia pagar a condução de volta e ajudar no sustento de sua mãe, seu padrasto, suas duas irmãs então adolescentes e seus dois irmãos pequenos. Estava posta ali uma questão que não havia aparecido em matérias: a da mobilidade urbana. Olhar para isso também significava

complexificar a pauta, trazendo à baila mais questões sociais fundamentais para entender a história de Rafael — e de tantos jovens como ele.

Sob o intertítulo “Família de catadores de latinhas”, apresentei a até então desconhecida família de Rafael ao público leitor — que cresceria muito nos meses e anos seguintes:

Negro, pobre, magro e analfabeto, hoje com 27 anos, Rafael foi tratado inicialmente como morador de rua. Embora vivesse em circunstâncias semelhantes às de pessoas em situação de rua, ele trabalhava como catador de latinhas e, se muitas vezes dormia nas ruas, era porque faltava dinheiro para pagar a condução de volta para casa. Na favela onde vive sua família, na Penha, zona norte do Rio, nem sempre há muitas latas para coleta, motivo pelo qual Rafael preferia trabalhar no Centro da cidade, onde há abundância de latas, garrafas e outros objetos recicláveis – que ele recolhia para vender na feira que acontece aos sábados na Lapa, como conta sua mãe, Adriana Oliveira Braga, em entrevista à Ponte.

“Ele ficava dois, três dias por lá. Depois ele vendia e vinha, trazia o dinheiro, comprava uma coisa em casa e depois voltava de novo”, conta Adriana. Nas semanas que precederam sua prisão, ele vinha dormindo e armazenando os objetos coletados sempre no mesmo local – um estabelecimento abandonado, em frente à Delegacia da Criança e do Adolescente Víctima (DCAV), na Lapa. Adriana sabia que o filho podia levar alguns dias para voltar, mas sempre voltava. Quando não voltou, passaram-se meses sem que ela soubesse seu paradeiro, até ser comunicada, por uma advogada do Instituto de Defensores dos Direitos Humanos (DDH), que ele havia sido preso.

Tendo estudado só até a terceira série, Rafael esteve com o pai pela última vez com apenas um ano e dois meses de vida, quando se mudou com a mãe e a avó materna para Aracaju (SE), onde viveu até os 12 anos. Foi na capital sergipana que ele começou a trabalhar engraxando sapatos, aos oito anos de idade, enquanto a mãe e a avó eram catadoras de latas nas ruas – e de caranguejos e sururus nos mangues, para ter o que comer. Depois, voltaram para o Rio. Antes de falecer, a avó, que ajudou a criar Rafael, comprou para o neto “um barraquinho de madeira” próximo ao de Adriana, onde ele ficava quando não estava trabalhando no Centro.

Aos 45 anos, Adriana, também analfabeta, tem seis filhos além de Rafael. Os quatro mais novos se apertam com ela e o marido em um casebre de madeira numa favela da Penha – dois meninos, de 3 e 5 anos, e duas meninas que, com 12 e 17 anos, não sabem ler. A mais velha, Rafaela, este ano foi ‘convidada a se retirar’ da escola pública onde ainda cursava a sexta série do ensino fundamental, por excessiva dificuldade de aprendizagem.

Catadores de latas na região onde moram, Adriana e o marido, Gilson, têm uma rotina dura. “Nós sai cinco horas da manhã e

cata na rua até uma, duas horas [da tarde]”, conta. Como só há o que coletar nos “dias de lixo” – segundas, quartas e sextas-feiras –, é preciso reunir volume suficiente para compensar a venda. “Eu junto mais ou menos uma semana. Se for vender logo não ganha nada, porque ferro é dez centavos o quilo. Aí eu junto e depois vendo”.

Na parede de madeira da sala estreita, um cartaz da campanha pela liberdade de Rafael, com a imagem do filho e os dizeres “Não é manifestante, não é militante, mas é negro e pobre”, e um retrato antigo em que ele, ainda criança, sorri. Nos olhos de Adriana, uma tristeza profunda. “O Mateus adora o irmão dele”, diz, referindo-se ao filho de 5 anos. “Ele vê a foto ali e fala ‘ói lá meu irmão querido’. Eles gostam dele. Quem é mais apegada com ele é a mais branquinha”, completa, apontando a filha de 12 anos com um meio sorriso – sem nenhum dente. Como os poucos dentes que tinha eram todos podres, os ativistas da campanha estão financiando um tratamento para ela, que agora aguarda a colocada de uma dentadura.

Adriana fala pouco e com muita dificuldade. Todas as vezes que se refere a Rafael, menciona o quanto ele a ajudava. “Ele não merecia estar lá dentro, não. É um menino querido aqui, no morro todo mundo gosta dele. Nunca fez nada de errado. O jeito dele era só catar as latinhas, pedir uma comida na porta dos mercadinhos. Ele me ajudava muito, sempre foi o filho que mais me ajudou”. A dor de não poder contar com a tão necessária ajuda de Rafael é acentuada por outra dor. “Saudade demais. Ficar sem ver seu filho. Mesmo passando dois, três, quatro dias na cidade, eu via ele chegando. Lá [na prisão], é só quando eu vou ver”, desabafa.

No Instituto Penal Edgard Costa, em Niterói (que fica a aproximadamente 15 Km da capital), onde se encontra hoje, Rafael recebe a visita da mãe de 15 em 15 dias. Ela não pode ir todos os finais de semana porque, além do custo da passagem, nem sempre tem o que levar. “A passagem daqui pra lá é uns 20 reais, tem que levar uma comida pra comer lá com ele. Eu não vou sair daqui dia de sábado ou domingo com a mão abanando. Quando eu vou, levo umas três carteiras de cigarro, comida, leite, achocolatado, biscoito, e deixo na custódia pra ele”, conta. Os mantimentos são adquiridos por meio de doações recolhidas pelos ativistas da campanha pela liberdade de Rafael.

No segundo semestre de 2014, como benefício do regime semiaberto, Rafael pôde trabalhar em um escritório de advocacia no Centro do Rio, amparado pelo DDH, que atua em sua defesa. Apesar de suas limitações, ajudou a mãe até nesse período. “Quando ele recebeu [o pagamento], me ligou do serviço, me chamou pra ir lá. Eu fui, ele me deu dinheiro e falou ‘mãe, toma pra você comprar roupa pras minhas irmãs’, um dia antes do Natal. Qualquer dinheiro que ele arranjava, até um real, era dividido comigo”, recorda Adriana. “Ele nunca deixou faltar nada aqui em casa no Natal. Por isso que ele quase não estudou, o negócio dele era trabalhar”.

Nas últimas visitas, Rafael mostrou-se triste e abatido, segundo Adriana. “Nas outras vezes, ele era mais animado, conversava mais comigo, me dava mais atenção. No último domingo que eu fui, ele demonstrou tristeza, quase não conversava, ficou o tempo todo de cabeça baixa. Quando ele levantou os olhos, vi que tava chorando. Eu quase nunca vi meu filho chorar. Acho que agora tá caindo a ficha que já tem mais de dois anos e ele não tá aguentando ficar mais lá dentro”. (Sansão, 27/08/2015)

Aquela reportagem terminou com uma parte dedicada somente à “Intensa mobilização pela liberdade de Rafael”, conforme o último intertítulo, momento em que contei sobre o surgimento da campanha e sua atuação ao longo daquele período. Para tanto, entrevistei Ronilso Pacheco, à época interlocutor social da organização não governamental Viva Rio, que explicou como, após as “jornadas de junho” de 2013, ativistas de direitos humanos haviam se dado conta de que “alguém havia ficado para trás”. “Muitos dos nossos amigos foram presos e praticamente todos foram soltos um ou dois dias depois. Claro, todos com o perfil branco de classe média, ou até pobres e negros, mas vinculados a movimentos sociais”, disse-me ele. E, para além da crítica trazida nas aspas da fonte, enfatizei na matéria:

Diferente dos militantes presos no contexto das manifestações, Rafael Braga Vieira, aquele que havia “ficado para trás”, não se enquadrava no perfil “branco de classe média” nem pertencia a nenhum movimento social que pudesse ampará-lo quando foi injustamente acusado de portar material explosivo nos protestos dos quais sequer participou – e que tampouco compreendia. Mas, ao tomarem conhecimento do caso, ativistas abraçaram a causa e, cerca de um mês após a prisão de Rafael, deram início às reuniões que culminaram na criação da campanha “Pela Liberdade de Rafael Braga Vieira”.

O grupo composto por coletivos, movimentos e ativistas de direitos humanos passou a se reunir às terças-feiras — como aquela em que acompanhei Adriana — no Centro do Rio para definir ações da campanha, como as doações de mantimentos para a custódia de Rafael e o acompanhamento do processo. Além disso, quando, em agosto de 2014, Rafael seria julgado em segunda instância, ativistas realizaram uma vigília que durou 24 horas em frente ao Tribunal de Justiça do Rio, com ações diversas — além de apresentações de rap, poesia e exibição de curtas, simbolicamente lavaram a calçada com água sanitária e Pinho Sol (os mesmos produtos que Rafael levava quando foi preso). Na ocasião, foi entregue ao Poder

Judiciário um abaixo-assinado¹⁵ com 1.324 apoiadores – entre pessoas físicas e organizações, como Tortura Nunca Mais, Conectas, Anistia Internacional e outros coletivos.

A campanha foi fundamental para ampliar a visibilidade do caso, que havia atraído a atenção de todo o país para a injustiça tão flagrante. Assim, já em 2014, movimentos e coletivos de outros estados, como São Paulo e Brasília, haviam aderido à campanha, realizando, paralelamente, atividades culturais e debates nos quais, a partir do caso, discutiam a seletividade do sistema penal brasileiro e o racismo.

Pouco menos de um mês depois da publicação de “O primeiro e único condenado das manifestações de 2013”, Rafael voltou a poder usufruir do benefício de trabalhar no escritório do advogado João Tancredo: ele saía da prisão, cumpria suas horas de trabalho e voltava — o regime era semiaberto. Os advogados do DDH me avisaram que dia ele retornaria e eu fui encontrar Rafael pela primeira vez. Mas eu havia me dedicado tanto à apuração e à produção da reportagem publicada em agosto que, de certa forma, já tinha me afeiçoado à figura dele antes mesmo de conhecê-lo pessoalmente. Como ele já havia ouvido sobre mim e minha matéria, também me aguardava. Quando cheguei ao escritório, ele estava sentado e, quando eu disse seu nome, ele se levantou num impulso alegre, dando-me um abraço — como quem esperava mesmo saber quem era a jornalista de quem tinham lhe falado. Senti uma empatia enorme: pude enxergá-lo, em sua timidez de menino, cujo olhar transmitia uma espécie de ingenuidade adolescente — que soou como um certo descompasso com seus então 27 anos.

Fomos até a sala de João Tancredo para que eu entrevistasse Rafael e o advogado que o empregara, para uma publicação exclusiva sobre seu retorno ao semiaberto. Curiosa, eu desejava fazer muitas perguntas e registrar suas respostas inéditas. Entretanto, para não correr o risco de prejudicá-lo como ocorreu por causa da foto — uma questão ética —, divulguei apenas sua resposta à pergunta sobre como ele se sentia ao retornar ao semiaberto — uma forma de registrar o que senti como sendo o que de mais próximo ele poderia experimentar de um “gosto de

¹⁵ https://www.change.org/p/liberdade-para-rafael-braga-vieira?recruiter=120911560&utm_campaign=petition_invitation&utm_medium=email&utm_source=share_petition

liberdade”. De fato, foi o que ele expressou no vídeo¹⁶: “Me sinto bem. Feliz da vida por poder estar voltando a trabalhar, ter *a liberdade de volta*. Tô muito feliz, de coração”, falou, com a mão sempre na frente da boca para esconder a falta de dentes que o sorriso expunha. Mal sabia ele e mal sabíamos nós — todos, advogados, familiares e eu — que “a liberdade de volta” estava ainda mais distante do que poderíamos imaginar.

É daquela tarde a primeira foto que fiz de Rafael — e a primeira de nós dois, lado a lado. Despedi-me e, enquanto andava pelas ruas do Centro do Rio, era tomada por um misto de sentimentos: de um lado, a satisfação pela cobertura a que estava dando continuidade e a felicidade por ter finalmente estado frente a frente com ele; de outro, uma dor. Na minha cabeça, ecoavam as palavras de Tancredo na entrevista (também no referido vídeo): “Trazer Rafael para o convívio da sociedade é a forma concreta de não deixá-lo *isolado dentro de um mundo que não é o mundo de ninguém*”, disse o advogado. Nunca mais as esqueci, ao longo dos anos seguintes cobrindo principalmente homicídios e torturas praticados por policiais nas favelas cariocas, em que as vítimas são, invariavelmente, jovens negros e pobres — cenas de violência urbana que sempre se misturam, na minha cabeça, aos versos imortalizados na voz de Elza Soares: “A carne mais barata do mercado é a carne negra / (Só cego não vê) / Que vai de graça pro presídio / E para debaixo do plástico / E vai de graça pro subemprego / E pros hospitais psiquiátricos”¹⁷.

A matéria “Preso injustamente desde 2013, Rafael Braga volta a trabalhar fora da prisão”¹⁸, que publiquei ao anoitecer de 21 de setembro de 2015, era curta e contava a única novidade sobre o caso, que logo teria mais reviravoltas inesperadas.

O ano de 2015 tinha chegado ao fim com notícias relativamente boas nas circunstâncias nunca exatamente boas de Rafael: em 21 de setembro, o retorno ao semiaberto e ao trabalho no escritório de Tancredo; em 1º de dezembro a progressão de regime, do semiaberto para o aberto com uso de tornozeleira eletrônica — o que significava que, a partir dali, ele não precisava mais voltar do trabalho para a prisão,

¹⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=a_t21GtJvDU&t=34s.

¹⁷ “A carne” (1998). Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Carne_\(can%C3%A7%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Carne_(can%C3%A7%C3%A3o))

¹⁸ Sansão, Luiza. **Preso injustamente desde 2013, Rafael Braga volta a trabalhar fora da prisão**. Ponte Jornalismo, 21/09/2015. Disponível em: <https://ponte.org/preso-injustamente-desde-2013-rafael-braga-voltou-hoje-a-trabalhar-fora-da-prisao/>.

podia ir para casa e, monitorado por meio do equipamento, seguiria cumprindo sua pena em contato com a família e com a garantia da renda oriunda de seu emprego. Era o melhor quadro possível em meio à manutenção de uma condenação injusta.

Enquanto eu seguia fazendo hard news e especiais para a Ponte, onde passei a ser também editora, e produzindo especiais periódicas para a Revista Adusp, estava empregada na Comissão de Comunicação do Conselho Regional de Psicologia (CRP-RJ) para pagar as contas. E foi em um dia normal de trabalho lá que Lucas Sada, um dos advogados de Rafael, fez contato para me comunicar um novo acontecimento que complicaria muito o rumo da história nos anos seguintes.

Na manhã do dia 12 de janeiro de 2016, Rafael se dirigia a uma padaria, por volta das nove horas da manhã, quando cinco policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da favela Vila Cruzeiro, na Penha, o abordaram com violência em uma rua conhecida como “Sem Terra”, chamando-o de “bandido” e sentindo-se à vontade para tal, visto que, além de todos os elementos já mencionados aqui a compor o que podemos chamar de “perfil criminalizável” em uma sociedade racista e que criminaliza a pobreza, Rafael estava usando uma bermuda — deixando à mostra, portanto, a tornozeleira que evidenciava aos policiais sua condição de presidiário. Os agentes conduziram-no então a um beco, onde o agrediram com socos no estômago, apontaram-lhe um fuzil e o ameaçaram de diversas formas para que ele fornecesse informações sobre o tráfico local, a despeito de Rafael alegar repetidas vezes que nada sabia e que era trabalhador.

Enquanto ele repetia que era “o cara preso com Pinho Sol” que estava em um monte de pichação por aí porque tinha sido preso injustamente e que trabalhava em um escritório no Centro, os policiais continuaram: “Ameaçaram-no de estupro, dizendo ‘fala se não a gente vai te comer!’, e que iam ‘dar porrada’, matá-lo, que iam ‘jogar arma e droga na conta’ dele”, contou-me Lucas Sada. Após as agressões, Rafael foi algemado e levado à UPP local, onde ainda sofreu deboches e levou um chute, já sentado no chão. Em seguida, Rafael foi conduzido à 22ª Delegacia de Polícia (Penha) e, somente ali, de acordo com o advogado, ele se deparou com 0,6 g de maconha, 9,3 g de cocaína e um rojão, cujo porte lhe foi falsamente atribuído pelos policiais que o prenderam. Ele foi autuado por tráfico de drogas, associação para o tráfico e colaboração com o tráfico. A audiência de custódia, na qual se decidiria se Rafael seria preso preventivamente ou teria liberdade provisória, ocorreria no dia seguinte.

Todas essas informações estão na matéria que publiquei naquele dia, sob o título “Rafael Braga é preso com novo flagrante forjado, diz advogado”¹⁹, conta com a versão dos policiais — inclusive com a imagem do termo de declaração, documento em que há o depoimento dos policiais que realizam a detenção e outros eventuais envolvidos na ocorrência — e aponta a existência de uma testemunha (que não poderia identificar para evitar que sofresse represálias por parte dos policiais) que afirmou que, no momento em que foi abordado, Rafael não levava nada nas mãos e a violência dos policiais havia sido gratuita. Em seu depoimento, Rafael afirmou que tudo o que levava consigo eram os três reais com os quais compraria pães na padaria a que se dirigia, a pedido de sua mãe. Sem ter podido sair do meu local de trabalho (CRP) para ir até a Penha, o tom mais crítico ficou na voz dos advogados Lucas Sada e Thiago Melo, sob o intertítulo “Ação fraudulenta reforça caráter seletivo do sistema penal, diz advogado”:

“Essa ação fraudulenta da polícia somente reforça o caráter seletivo do sistema penal, que identifica em um estereótipo a figura do criminoso. Rafael é um jovem negro, pobre, que estava numa região de varejo de drogas, usando chinelo, camiseta, bermuda e uma tornozeleira eletrônica à mostra”, afirma Sada, em entrevista à Ponte Jornalismo. “Ele carrega na pele esse estereótipo criminal, e ao ser confrontado e não dar aos policiais o que eles queriam, ele é uma vítima muito fácil para a criminalização, afinal, quem vai acreditar na palavra de um negro, pobre e reincidente? Uma seletividade classista e racista”, critica.

Para o advogado Thiago Melo, coordenador do DDH, a Súmula 70, do Tribunal de Justiça, “que possibilita que qualquer pessoa seja condenada criminalmente apenas por um depoimento policial”, é um complicador em casos como o de Rafael. “É uma súmula flagrantemente inconstitucional, e que provavelmente leva muitas pessoas a serem presas com base em depoimentos arbitrários de policiais, com prisões a esmo, com resultados que a polícia tenta construir de estatísticas em delegacias que não correspondem à realidade”, diz. “Acredito que muitas pessoas farão o raciocínio de ‘ah, mas tudo com ele é assim?’, mas, infelizmente, parece que tudo, com certas pessoas, é assim”, lamenta o advogado, referindo-se ao fato de Rafael estar sendo vítima de flagrante forjado pela segunda vez. (Sansão, 12/01/2016)

No dia seguinte (13/1), Rafael teve sua prisão em flagrante delito convertida em prisão cautelar após audiência de custódia realizada ao final da tarde. A decisão

¹⁹ Sansão, Luiza. **Rafael Braga é preso com novo flagrante forjado, diz advogado**. Ponte Jornalismo, 12/01/2016. Disponível em: <https://ponte.org/rafael-braga-e-preso-com-flagrante-forjado-novamente/>.

havia sido tomada já durante o plantão judiciário que antecedeu a audiência, informou-me Sada, e, a despeito das evidências da inocência de Rafael, apresentadas por seus advogados, o juiz Marcelo Oliveira da Silva optou por manter a decisão — escrevi na matéria “Rafael Braga volta à prisão após audiência de custódia”²⁰, na qual reforcei a injustiça e as violências contra ele (em destaque):

Ouvido na audiência, Rafael manteve integralmente a versão apresentada à 22ª Delegacia de Polícia (Penha), na terça-feira, 12/01, quando, após ser *vítima de um novo flagrante forjado*, foi autuado por tráfico de drogas, associação para o tráfico e colaboração com o tráfico, depois de ser *abordado violentamente* por policiais militares da UPP da Penha, que o *torturaram, ameaçaram de estupro e de “jogar arma e droga na conta”*, como denunciou a Ponte Jornalismo. (Sansão, 14/01/2016)

“Então um raio cai duas vezes no mesmo lugar?”, poderiam questionar — e é claro que houve quem questionasse, o exército da extrema-direita sempre esteve atento a qualquer oportunidade de endossar o discurso de que “bandido bom é bandido morto” e “tá com pena, leva pra casa”, como pessoas que atuam no campo dos direitos humanos ouvem especialmente desde a ascensão do discurso bolsonarista, em 2018. E eu respondo: sim, um “raio” cai, não duas, mas muitas vezes sobre uma mesma cabeça, se esta for de um jovem com o perfil de Rafael, já exaustivamente repetido aqui. Sobre a primeira prisão, basta perguntar-se se um cidadão branco caminhando por uma rua da Lapa com dois frascos de produtos de limpeza, como Rafael, em 20 de junho de 2013, teria sido sequer alvo do olhar de policiais. Sobre a segunda prisão, basta perguntar-se se um jovem branco de classe média seria abordado entre sua casa e a padaria sob acusação de tráfico de drogas — e, ainda, no caso de um usuário de drogas estar portando alguma substância no momento da abordagem, cabe indagar qual a chance de um branco ser acusado de traficar drogas.

Sob o intertítulo “Nulidade do flagrante”, trouxe os argumentos apresentados por seus advogados, que, além de apontarem a “ilegalidade material do flagrante, pelo fato de ter sido forjado e pelo fato de Rafael ter sofrido violência física e psicológica”, apontaram a impossibilidade de “se imputar, concomitantemente, colaboração e associação, posto que colaboração é uma espécie de associação de menor importância”, conforme explicação de Sada para a matéria — que foi

²⁰ Sansão, Luiza. **Rafael Braga volta à prisão após audiência de custódia**. Ponte Jornalismo, 14/01/2016. Disponível em: <https://ponte.org/rafael-braga-volta-a-prisao-apos-audiencia-de-custodia/>.

concluída já com apontamentos sobre os passos seguintes da defesa: um pedido de liberdade provisória, para que Rafael pudesse responder ao processo em liberdade, e a insistência pela nulidade do flagrante. E fechei o texto com a ênfase que nunca deixava faltar nas publicações sobre Rafael acerca dos estigmas que o cercam:

Trata-se de mais um processo de criminalização “deflagrado por uma ação ilegal da polícia, que se baseou no **estereótipo criminal que o Rafael ostenta, sendo negro, pobre, jovem, homem, em local de periferia**, e ainda com o agravante da tornazeleira eletrônica”, segundo Sada. “Uma vez que o sujeito ingressa no sistema penal, a chance de ele ser novamente criminalizado, novamente apanhado pelo sistema, é maior. É uma fábrica de produzir crimes e criminosos”, enfatiza o advogado.(Sansão,14/01/2016)

Até então, havia publicado quatro reportagens sobre o caso e, desde a explosão de audiência da primeira matéria, um público fiel — e crescente — passou a acompanhar cada publicação minha sobre o Rafael. Comecei a ser identificada como “a jornalista do caso Rafael Braga”, a única que tinha acesso a todos os detalhes e em primeira mão. Já me sentia **comprometida** com Rafael, com sua família e seus advogados — os titulares do caso, Carlos Eduardo Martins, Ednardo Motta, João Henrique Tristão e Lucas Sada, e aquele que, embora não fosse titular, foi o que estabeleceu uma relação de cuidado com Rafael e sua família ao longo desses anos, Thiago Melo, coordenador do DDH. Trabalhando em conjunto, os cinco advogados passaram a contar comigo para algo que ia além da produção de matérias: unidos por sentimentos comuns e admirando-nos mutuamente pelo trabalho que vínhamos fazendo, de certa forma, juntos, por um objetivo comum — eles como advogados, eu como jornalista, todos sem remuneração e na luta pela liberdade de Rafael —, estabelecemos uma relação que transcendeu a que tradicionalmente se espera entre repórter e fontes.

Não se tratava de um caso qualquer para eles, não se tratava de uma cobertura qualquer para mim: era o principal caso que os advogados do DDH tinham nas mãos e a principal cobertura que eu tinha nas minhas. A comunicação era frequente, os encontros ficariam ainda mais frequentes com o início das audiências do novo processo que se iniciara com a prisão de janeiro de 2016. Nos tornamos parceiros e, com o **passar do tempo**, amigos. Assim, eu já não era, para eles, “apenas” a jornalista de confiança que estava do mesmo lado da trincheira na luta pela defesa intransigente dos direitos humanos e que, portanto, eles podiam acessar sem filtros

para compartilhar o que podia, não podia, deveria ou não deveria ser divulgado. Passamos a julgar as questões relativas à exposição de Rafael juntos — não por ausência de ética da minha parte, embora adeptos do “fetiche da objetividade” possam enxergar dessa forma, mas por uma profunda *responsabilidade social* em relação a Rafael, isto é, por um *senso ético* que está muito acima da compreensão do jornalismo que publica qualquer coisa e a qualquer preço, sem se importar com as consequências para *personagens em situação de extrema vulnerabilidade social*, como o catador de latas cuja história eu vinha contando com enorme dedicação.

A família de Rafael contava conosco, confiava em nós, precisava de nós. Tínhamos uma espécie de **missão** — e o entendimento do jornalismo baseado na ideia do distanciamento e da objetividade não alcança a dimensão humana de um processo que nenhum de nós sabia que estava tão distante de ter um desfecho.

Em 20 de abril de 2016, uma terça-feira, houve a primeira audiência de instrução e julgamento, na qual seriam ouvidos dois dos seis policiais militares que detiveram Rafael três meses e oito dias antes, mas somente um compareceu. As audiências foram restritivas: além dos advogados e da mãe de Rafael, somente eu podia entrar na pequena sala onde testemunhas de acusação e de defesa prestaram depoimentos diante do juiz. Assim, o registro de tudo coube a mim, exclusivamente, e a publicação que resultou da cobertura da audiência²¹ apontou as contradições do PM Pablo Vinícius Cabral, única testemunha de acusação ouvida na ocasião, em relação ao seu depoimento na 22ª Delegacia de Polícia (Penha) na ocasião da prisão de Rafael:

Na versão apresentada anteriormente, o policial afirmou que o grupo de PMs fazia um patrulhamento rotineiro na comunidade Vila Cruzeiro quando um morador informou um dos policiais de que havia uma pessoa vendendo drogas na região conhecida como “Sem Terra”, e os policiais então se dirigiram ao local, deparando-se com Rafael.

Já na audiência, Cabral afirmou que os PMs faziam uma operação na região na manhã do dia 12/01 porque havia “engenheiros fazendo metragem” no local e, quando receberam a denúncia do morador, ele e os colegas se depararam com um grupo de pessoas, e todas teriam corrido em fuga, restando apenas Rafael com uma sacola plástica nas mãos, contendo “drogas e um ou dois morteiros”, segundo o PM.

²¹ Sansão, Luiza. **PM se contradiz ao depor contra Rafael Braga, preso nas manifestações de junho de 2013**. Ponte Jornalismo, 20/4/2016. Disponível em: <https://ponte.org/pm-cai-em-contradicao-ao-depor-a-justica-contra-rafael-braga-o-unico-presos-pelas-manifestacoes-de-junho-de-2013/>.

Indagado pelos advogados de defesa de Rafael sobre ter afirmado no primeiro depoimento que se tratava de um patrulhamento rotineiro, Cabral respondeu que “operação na favela é todo dia” e naquele dia especificamente a operação foi motivada pela presença dos engenheiros. Sobre ter alegado anteriormente que, quando chegaram ao local denunciado pelo morador, encontraram apenas “um meliante”, e na audiência ter afirmado que havia um grupo, o PM respondeu que “devia ter uns dois ou três, mas os outros correram”. O policial também afirmou não saber qual era a firma de engenharia que “fazia metragem” na região naquela manhã.

A identificação das contradições só era possível porque eu estudava cada documento relativo ao processo e, portanto, as versões apresentadas pelos envolvidos. O trabalho de testemunhar o que era dito — e também o que não era —, observando as pessoas presentes na cena com máxima atenção e registrando os depoimentos acabou se tornando uma forma de documentar, para além do material que usaria na produção das reportagens, a história de um processo simbólico. Era uma produção de arquivo. E as matérias passaram a ser anexadas aos autos do processo, como uma espécie de “prova suplementar” da defesa de Rafael. Também foi ouvida naquela audiência a única testemunha de defesa — a moradora da favela que havia visto a abordagem dos policiais contra Rafael, que não podia ser identificada nas reportagens:

Rafael não levava nada nas mãos, segundo a testemunha de defesa ouvida na audiência, que mora na região e foi a única pessoa a presenciar o momento em que Rafael foi agredido, pouco antes das oito horas da manhã. *“Eu estava no muro da minha casa, aí ele [Rafael] estava passando, balançando os braços, aí eu mexi com ele, ri pra ele, e ele passou. Aí quando ele chegou um pouquinho pra frente, tinha uns policiais que abordaram ele, e no meio dos policiais tinha um alto, branco, de nariz fino, que jogou ele pra um canto, começou a bater nele, e bateu muito, e depois arrastou ele pro canto de uma parede. Aí já não dava mais pra eu ver”*, narrou a testemunha, que não será identificada por questão de segurança.

Ela afirmou ainda que as agressões eram socos e chutes, desferidos “principalmente pelo policial branco, alto, de nariz fino”. Ao ver o que acontecia, ela foi avisar a mãe de Rafael, Adriana Braga. “Eu fui correndo chamar a mãe dele e, quando ela chegou, já tinham levado ele”, completou.

Detalhei as diligências apresentadas pelos advogados Carlos Eduardo Martins, Ednardo Motta, João Henrique Tristão e Lucas Sada na ocasião e, como sempre, dediquei espaço à mãe de Rafael — o que trazia à matéria a emoção que

também é informação, nas palavras de Fabiana Moraes — e à presença de ativistas da Campanha Pela Liberdade de Rafael Braga na calçada em frente ao TJRJ — uma forma de mostrar que a mobilização seguia firme contra as injustiças de que o catador era vítima:

Segundo a mãe de Rafael, Adriana Braga, o filho demonstrou esperança de ter sua inocência reconhecida na audiência, quando ela o visitou um dia antes (segunda-feira, 11/04), na penitenciária de Bangu (Cadeia Pública Paulo Roberto Rocha), unidade prisional onde ele se encontra, localizada na zona oeste do Rio de Janeiro. “Ele estava tão ansioso, falou ‘mãe, vou ser julgado inocente e quinta-feira eu estou em casa’. Ele estava alegre”, conta.

Ao final da tarde, na porta do TJRJ, ativistas da campanha Pela Liberdade de Rafael Braga, que se reuniram ao meio-dia para uma manifestação em defesa do ex-catador em frente ao Fórum, ainda aguardavam, em vigília, a aparição dos advogados de defesa, para lhes dar notícias de Rafael.

Este foi um momento da cobertura que vejo, hoje, como um “ponto de virada” na forma como, a partir da constatação — ainda não elaborada à época — de que eu me tornara parte da história de Rafael, meus escritos passaram a refletir mais o encontro que se deu entre nós — entre todos nós. Foi na sexta reportagem, “Segundo PM a depor contra Rafael Braga contradiz colega”²², que, além de marcar as contradições no depoimento da testemunha de acusação que havia faltado à audiência anterior (o policial Victor Hugo Lago), apresentar as diligências dos advogados de defesa e registrar o sarau que a Campanha Pela Liberdade de Rafael Braga realizou na porta do TJRJ enquanto a audiência acontecia lá dentro, eu tomei a liberdade — por assim dizer — de imprimir na matéria o olhar da jornalista e sua própria presença na cena. Com uma descrição minuciosa e usando símbolos e metáforas — marcas do jornalismo literário —, escrevi, sob o intertítulo “As algemas de Rafael”:

Ao chegar, algemado, à sala onde foi realizada a audiência, Rafael encontrava-se visivelmente abatido. Sua pele negra traz um tom amarelado — um amarelo-prisão. Os advogados de defesa pediram ao Juízo que suas algemas fossem retiradas, uma vez que o jovem jamais apresentou comportamento violento ou representou qualquer risco às pessoas à sua volta. Mas as algemas não foram retiradas. Não desta vez. Talvez na próxima audiência, deu a entender o Juízo, diante da diligência apresentada pelos advogados e da própria postura do jovem.

²² Sansão, Luiza. **Segundo PM a depor contra Rafael Braga contradiz colega**. Ponte Jornalismo, 12/05/2016. Disponível em: <https://ponte.org/segundo-pm-a-depor-contra-rafael-braga-contradiz-depoimento-do-primeiro/>.

Apesar de mais magro e pálido, após três anos vivendo a saga que tornou seu rosto conhecido em diversos países, a estampar muros em toda a cidade do Rio de Janeiro, Rafael ainda aparenta leveza e carrega no semblante a mesma paz e ingenuidade genuínas que podiam ser vistas em seus olhos meses atrás, quando ele disse à Ponte como se sentia feliz ao voltar a trabalhar no Escritório de Advocacia João Tancredo. É como o olhar daquele que se sabe inocente e acredita que, em algum momento, terá sua redenção.

Ele não se rebela, não dá o menor sinal de agressividade. Ele apenas se senta, olha timidamente quem está na sala. Quando seus olhos encontram os da mãe, Adriana Braga, ou até os desta repórter, ele ergue as mãos para acenar positivamente, mas encontra o limite imposto pelas algemas, e baixa de volta as mãos calmas. Mesmo assim, ele sorri – um sorriso sincero, de paz.

A mãe, que não pode abraçá-lo nem para se despedir, resigna-se – no olhar, a mesma dor de quando relatou à Ponte, há quase um ano, o quanto seu filho mais velho é afetuoso e a ajudava com o dinheiro que ganhava vendendo as latas recolhidas nas ruas. “Nem abraçar ele eu posso”, murmura ela, baixinho, saindo da sala à qual sabe que terá que voltar outras vezes. Porque a saga de Rafael é a sua própria.

O que se lê nesse fragmento é a história de um encontro. Um encontro entre mãe e filho. Um encontro testemunhado por uma jornalista. Um encontro que é desta jornalista com essa mãe e esse filho que são personagens centrais de toda essa história. Ao longo de todo o tempo em que Rafael esteve em regime fechado e, portanto, inacessível para mim, sua mãe era porta-voz de sua própria essência — não apenas porque era sua visita credenciada e autorizada, mas porque era sua mãe e a pessoa que jamais desistiu dele. E porque, mesmo antes de eu ter meu primeiro encontro com Rafael, foi por meio dela — do que ela dizia e do indizível — que eu conheci um tanto da figura de seu filho antes mesmo de estar com ele pessoalmente e sentir que, de alguma forma, eu realmente já o conhecia. Adriana Braga é tão importante na minha narrativa sobre a história de seu filho quanto ele próprio — como o fragmento acima mostra, mesmo que eu não tivesse elaborado isso ainda, não dessa forma, no momento em que o escrevi, há mais de oito anos.

O que não está na matéria são os diversos momentos dos bastidores que marcaram esses nove anos de cobertura — e um deles foi exatamente nesse dia. Na tarde do dia 11 de maio de 2016, quando cheguei ao TJRJ, já estava quase na hora marcada para o início da segunda audiência de instrução e julgamento. Cheguei apressada e encontrei os advogados e Adriana Braga no corredor, próximos à porta da pequena sala onde a audiência aconteceria. Uma ativista de direitos humanos, Sandra, que eu havia conhecido naquele período, artista plástica feminista com

quem eu costumava me encontrar exatamente em situações nas quais mulheres estavam em luta por justiça para seus filhos — mães de vítimas de violência de Estado negras e faveladas cujas histórias eu também cobria — encontrava-se sentada ao lado de Adriana, oferecendo seu apoio àquela mãe que, naquele dia, tinha um semblante um pouco mais triste. Ao me cumprimentar, Sandra disse: “que bom que você chegou, dona Adriana estava perguntando: ‘cadê a jornalista do Rafael?’”. Nunca me esqueci disso. Minutos depois, eu, os advogados e Adriana adentrávamos a salinha — bloco e caneta nas mãos, gravador proibido de ser usado e mesmo assim ligado dentro da bolsa, olhos atentos e a sensação de que Adriana, silenciosamente, clamava por minha companhia. E foi ali, naquela sala, em um dado momento da audiência, que ela se inclinou e apoiou sua cabeça na minha — e nenhuma palavra diria mais do que aquele gesto.

Chegamos à última audiência, aquela em que, finalmente, Rafael depôs, além de mais duas testemunhas de acusação — cabos Farley Alves de Figueiredo e Fernando de Souza Pimentel, que também estavam entre os seis policiais que prenderam Rafael em janeiro de 2016 e caíram em contradições semelhantes às apresentadas nos depoimentos dos colegas que depuseram anteriormente. Como não havia conseguido ainda estar com ele na prisão, embora tentasse, e nossos encontros se limitavam às audiências, foi a primeira vez que pude ouvi-lo contar em detalhes sobre sua prisão. E não consegui conter minhas lágrimas diante de toda a violência que ele narrou — e que assim contei na matéria²³:

“Foi de manhã, por volta das oito horas, minha mãe me deu três reais para comprar pães para mim e para os meus irmãos. Saí de casa para ir na padaria, [que fica a] uns 30 metros de distância da minha casa. Eu estava usando minha tornozeleira [eletrônica] no pé, tinha um mês e pouco que eu estava ‘na rua’ [em regime aberto]. Eu avistei os policiais a uns 15 metros de distância, todos a pé e com o fuzil apontado. Aí eles botaram a mão [fizeram sinal], me chamaram, [dizendo] ‘vem’. Aí eu fui. Era a rua da padaria, eu ia passar na direção deles de qualquer forma”, introduziu Rafael, sob intervenções constantes do juiz Ricardo Coronha.

“Eu não tinha nada, estava de mãos vazias. Só o que eu tinha era a tornozeleira mesmo e os três reais na mão”, respondeu ele, indagado pelo Juízo, que seguiu inquirindo-o sobre porte de entorpecente e ocupação. “Não tinha nenhum entorpecente,

²³ Sansão, Luiza. “**Mandaram eu abrir a mão, botaram pó na minha mão, me forçando a cheirar**”, revela Rafael Braga. Ponte Jornalismo, 08/06/2016. Disponível em: <https://ponte.org/mandaram-eu-abrir-a-mao-botaram-po-na-minha-mao-me-forcando-a-cheirar-revela-rafael-braga/>.

nunca fui de boca de fumo, sou trabalhador, auxiliar de serviços gerais no Escritório João Tancredo, na [avenida] Rio Branco”, afirmou.

“Eu cheguei lá, eles já me puseram no canto da parede, já me chamaram para dentro de um quintal que estava com o portão aberto, um beco estreito, e começaram a me perguntar *‘eu sei que você mora aqui, que você sabe quem são os caras que são os bandidos, você sabe quem é o dono da favela, e você vai dar alguma arma pra nós, alguma droga pra nós’*. Eu falei *‘não sei não, senhor; não sou bandido, sou honesto, saio daqui pra trabalhar e voltar pra casa, não fico com bandido, sou só morador mesmo’*”, prosseguiu o ex-catador de latas.

Os policiais, então, seguiram afirmando que ele sabia sim, que ele teria “que dar armas pros caras”, enquanto ele limitava-se a responder que não sabia quem eram “os caras” a quem os policiais se referiam e que “não tinha nada para dar para eles”. Enquanto quatro policiais o acuavam dentro do beco, outros dois ficaram do lado de fora, segundo Rafael. “Quando eles viram que eu não tinha nada para dar para eles, um gritou o outro, e esse outro já veio com uma bolsa azul e falou *‘tá vendo essa bolsa aí? A gente vai jogar em cima de você se você não falar!’*”, contou ele, que seguiu dizendo aos policiais que não tinha como dizer nada porque nada sabia.

Rafael lembrou que os policiais que depuseram nas duas primeiras audiências, Pablo Vinícius Cabral e Victor Hugo Lago, estavam em meio aos policiais que o abordaram, além de um dos que compareceram à audiência de ontem.

“Eles falaram *‘então isso vai ficar em cima de você’*. E ali no beco mesmo já chegou mais um [PM] me dando porrada no peito, nas costas, só porrada. Aí me algemaram e me levaram para a base da UPP, na Vila Cruzeiro”, relatou Rafael, que foi levado por quatro policiais até a UPP. Quando sua mãe, Adriana Braga, chegou à UPP, ouviu dos policiais que eles haviam encontrado droga com seu filho e que ele seria levado para a delegacia.

“Depois chegou a viatura, [uma] Blazer, e me botaram lá dentro para ir para a delegacia, sendo que dentro da viatura eles me mandaram usar pó [cocaína]. *‘E aí, tu cheira? Tu cheira? Pode usar aí na nossa frente, nós estamos deixando’*”, revelou Rafael. “Mandaram eu abrir a mão, abriram o plástico, botaram pó na minha mão, me forçando a cheirar. Mas eu não cheirei. Aí me levaram para a 22ª DP e apresentaram essas drogas, que não eram minhas não. Nunca participei [de tráfico], nunca vendi droga na minha vida”, concluiu o ex-catador de latas.

Rafael afirmou que nunca havia visto os policiais que o prenderam e que tinha a sensação de que só o abordaram daquela maneira porque ele usava tornozeleira eletrônica. “Eu tenho pra mim que eles me prenderam mais por causa da tornozeleira que eu usava, porque eles ficaram falando *‘você já foi bandido’*, e um monte de coisa me esculachando”, recordou. (Sansão, 2016)

Minha revolta ecoou e alcançou muita gente. Gente que acessava e compartilhava tanto a matéria que o site travava. Gente que replicava tanto a matéria nas redes sociais que o apoio a Rafael chegou ainda mais longe. Eu recebia inúmeras mensagens com perguntas sobre o estado de Rafael e como ajudar sua família. As pessoas expressavam revolta, tristeza, solidariedade. Emocionavam-se, elogiavam a cobertura, faziam doações para a campanha. Todas as matérias até ali vinham sendo republicadas por diversos veículos independentes e eram a fonte direta dos veículos comerciais que não podiam republicá-las.

Passei a ser convidada para participar de mesas de debates e por diversas faculdades de Jornalismo para palestrar sobre minha cobertura no campo dos direitos humanos e especialmente sobre o caso Rafael Braga, a ser entrevistada principalmente por estudantes de Jornalismo e Direito sobre o caso, a ter reportagens citadas em trabalhos acadêmicos. Em meio ao retorno das pessoas sobre esse trabalho, eu me via cada vez mais envolvida com a história.

E então, no espaço de um ano, vieram as seguintes: *Mobilização pela liberdade de Rafael Braga ganha seis países além do Brasil* (03/12/2016); *Advogados de Rafael Braga afirmam que Juiz nega direito à ampla defesa do ex-catador de latas* (01/02/2017); *Sarau mobiliza moradores de favela em apoio a Rafael Braga no Rio* (20/02/2017); *Rafael Braga é condenado a onze anos de prisão* (21/04/2017); *“Foi uma morte condenar o menino a onze anos pelo que não foi dele”, diz mãe de Rafael Braga* (23/06/2017); *Defesa de Rafael Braga entra com recurso de apelação à sentença de condenação* (22/07/2017); *Julgamento de habeas corpus para Rafael Braga é adiado* (01/08/2017); *Por 2 votos a 1, Tribunal de Justiça decide manter Rafael Braga preso* (08/08/2017); *Rafael Braga é internado sob suspeita de ter contraído tuberculose* (21/08/2017); *Rafael Braga contraiu tuberculose, confirma advogado* (22/08/2017); *TJ nega pedido para Rafael Braga tratar tuberculose em casa* (31/08/2017); *Rafael Braga poderá tratar tuberculose em casa* (13/09/2017); *Rafael Braga deixa prisão e sorri: ‘Quero agradecer todo mundo que luta por mim’* (15/09/2017); *“Não quero passar por isso mais”, diz Rafael Braga sobre prisão* (17/09/2017).

Como se vê, 2017 foi um ano intenso da cobertura do caso: além da nova condenação injusta, por tráfico e associação ao tráfico de drogas, com a pena totalmente desproporcional de onze anos, os recursos da defesa, as negativas do

judiciário e a mobilização pela liberdade de Rafael (que, àquela altura, alcançara outros países), ele contraiu tuberculose no sistema prisional.

Todas essas reportagens sobre o caso (21, ao todo) foram publicadas na Ponte Jornalismo, até que, no final de 2017, deixei o veículo e passei a ter um blog ancorado no site Outras Palavras. Embora produzisse reportagens para diversos veículos como freelancer, nunca ofereci meus textos sobre Rafael para nenhum deles — de alguma forma, sempre gostei da ideia de estarem todos reunidos em um só lugar, como uma espécie de arquivo do caso. Assim, a cada publicação, passei a colocar todas as anteriores em ordem cronológica ao final do texto, como links para que as pessoas pudessem acessar facilmente. E então publiquei as seguintes no Blog da Luiza Sansão: *TJ julgará recurso que pode reverter condenação de Rafael Braga* (07/12/2017); *TJRJ mantém condenação de Rafael Braga* (12/12/2017); *Rafael Braga, 30* (31/01/2018); *Rafael Braga: 5 anos de injustiça* (22/06/2018); *Pena de Rafael Braga cai pela metade* (22/11/2018); *Por que a decisão do STF que libertou Lula não beneficia Rafael Braga* (11/11/2019); *“Eu não conheço a cidade. O Rio pra mim foi só prisão”, diz Rafael Braga após 10 anos de injustiça* (20/06/2023).

Já não me interessava mais produzir reportagens sobre a história no mesmo ritmo, pois havia decidido que transformaria a cobertura em um livro-reportagem, para o qual guardei, ao longo do tempo, materiais que não transformei em matérias ou situações que não poderiam estar mesmo em matérias, como fatos de bastidores e o dia em que finalmente consegui estar com ele no sistema prisional — o que ocorreu em 2017, depois de dois anos de tentativas frustradas. Assim, as publicações dos últimos anos foram pontuais, quando houve alguma novidade na batalha judicial ou alguma data simbólica, pois não cogitei expor em matérias, por exemplo, os diversos problemas ocorridos no âmbito familiar de Rafael ou em relação à sua dependência química — um problema de saúde que, se eu tivesse abordado em reportagens, poderia ter reduzido o apoio da opinião pública e provocado o aprofundamento de estigmas já tão pesados sobre um jovem em situação de extrema vulnerabilidade social. Sua dependência, inclusive, foi aprofundada exatamente no sistema em que lhe jogaram injustamente — “um mundo que não é o mundo de ninguém”, como disse Tancredo na entrevista de 2015. Até 2013, a relação de Rafael com as drogas não era problemática como viria a se tornar após a prisão.

Nestes últimos anos, experimentei muitas vezes o significado de “saturação” no sentido de estafamento, como mencionei ao introduzir essa autoetnografia. Em diversos momentos, me vi irritada com o comportamento de Rafael, principalmente nas vezes em que o encontrei desprovido de condições mínimas de dialogar, por assim dizer, como consequência do abuso de substâncias químicas. Embora nunca tenha tido uma discussão com ele nessas situações-limite, já me senti irritada a ponto de precisar me afastar por alguns minutos para respirar antes de tentar novamente estabelecer uma conversa e já elevei o tom da voz pedindo que se levantasse já, quando ele já estava quase sendo alcançado por um líquido preto imundo e fétido que vinha em nossa direção, enquanto ele permanecia inerte, caído ao chão em frente à sua casa, na favela. Se nunca tivemos uma discussão, provavelmente foi porque, diferentemente do que Fabiana viveu com Joicy, Rafael nunca fez questionamentos ou me dirigiu ofensas. Entretanto, assim como Fabiana conta ter sentido em relação a Joicy, o desejo de me afastar de Rafael existiu, em diferentes momentos da cobertura, não porque eu quisesse abandonar a história, mas porque é realmente exaustivo lidar com a complexidade das pessoas, seus conflitos familiares e nossas próprias limitações, humanas e profissionais, diante das consequências de tamanha vulnerabilidade social e violações de direitos fundamentais. Às vezes passo um tempo sem telefonar e demoro a fazer uma visita, porque ir lá significa lidar com dores, conflitos, frustrações, impotência. E nem sempre tenho condições de lidar com tudo isso, com as consequências desse misto de emoções. Assim, entendi, com o tempo, que é preciso tomar um pouco de distância às vezes, para lidar com a saturação dessa cobertura de tão longa duração.

Nas publicações pontuais que fiz sobre ele nos últimos anos, exercitei na minha escrita a liberdade que considerei conquistada após todo esse tempo de cobertura. No dia de seu aniversário de 30 anos, em 31 de janeiro de 2018, publiquei uma crônica em que afirmei, pela primeira vez de forma explícita e literal, já na linha fina, sob o título “Rafael Braga, 30”²⁴: “O que acontece com Rafael me afeta. Até porque não se trata só do Rafael, mas de todas as pessoas que, como ele, o Estado criminaliza”. Àquela altura, não me interessava simular nenhum distanciamento, como evidencia o seguinte fragmento, no qual inclusive utilizei as palavras “subjetividade” e “imersão”, além de fazer referência ao tempo de

²⁴ Sansão, Luiza. **Rafael Braga, 30**. Blog da Luiza Sansão, 30/01/2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/luizasansao/2018/01/31/rafael-braga-30/>.

cobertura até então — sem jamais ter lido, antes, sobre os conceitos de Fabiana Moraes sobre jornalismo de subjetividade e de Anne K. Hermann sobre jornalismo etnográfico que fundamentam esta pesquisa:

Hoje, pela primeira vez, entretanto, optei por escrever uma crônica, em primeira pessoa, em vez de uma reportagem jornalística, **com toda a carga de subjetividade que decorre desses dois anos e meio de imersão na história.**

E então, depois de informar que Rafael continuava em prisão domiciliar — desde setembro do ano anterior (2017), quando uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) permitiu que ele se tratasse, em casa, da tuberculose que contraiu no sistema prisional, após o mesmo pedido de sua defesa ter sido negado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) dias antes —, contei como eu mesma me senti quando ele deixou a prisão e descrevi o dia em que isso ocorreu — que havia resultado em duas reportagens (ainda na Ponte, meses antes):

O dia em que Rafael deixou o Sanatório Penal de Bangu foi especialmente marcante para mim e para os advogados do DDH, com quem venho compartilhando diversos momentos, alguns dolorosos, no decorrer desse processo de cobertura. Foram cinco longas horas de espera, sob o sol escaldante de Bangu. Acompanhei Rafael até a casa de sua família, em uma das favelas de Olaria, na Zona Norte do Rio. Não há como esquecer tudo o que aconteceu ao longo de um trabalho que teve início às 10h — quando nos reunimos no Centro do Rio para ir para Bangu — e terminou às 21h — quando nos despedimos de Rafael e sua família.

E então escrevi, pela primeira vez, sobre as questões que, anos depois, eu proporia pesquisar e aprofundar no mestrado que concluo com a presente dissertação. De alguma forma, esse texto foi o embrião das reflexões trazidas nesta pesquisa, como se pode ver pelas inquietações que me tomavam à época de sua publicação e que expressei como consegui naquele momento:

Nas últimas quatro vezes em que estive com Rafael, em sua casa, não produzi reportagens. Todos os registros feitos nessas visitas serão destinados apenas ao livro. Isto porque há tantas **questões sociais complexas** na vida de famílias como a do Rafael, que muitas vezes **quem trabalha cobrindo uma história em profundidade precisa optar** entre expor fatos que “dão ibope” para o repórter e segurar a onda por uma questão que deveria ser sempre considerada em primeiro lugar por qualquer profissional de imprensa: a **responsabilidade social do jornalismo**. Obviamente, tenho enorme carinho pela história do Rafael — um **envolvimento que muitos colegas condenam, por acreditarem em uma forma de fazer jornalismo que eu, particularmente,**

não penso que se aplique a todos os tipos de cobertura. Quem acredita realmente que lidar com gente é simples, a ponto de **o repórter se manter impassível diante das barbaridades experimentadas pelas pessoas** cujas histórias contamos, das duas uma: ou nunca cobriu uma história em profundidade durante um **longo período**, ou não tem **capacidade de empatia** — o que, a meu ver, é uma virtude especialíssima sem a qual não se pode fazer jornalismo, sobretudo no campo dos direitos humanos. Portanto, **o que acontece com o Rafael me afeta. E, na realidade, não passo um dia sequer sem pensar nele em algum momento.** Já atendi a telefonema de sua mãe de madrugada. Já deixei de estar com o meu pai no dia de seu aniversário, em minha cidade natal, para visitar o Rafael, simplesmente porque só teria o domingo para ir lá, em função do ritmo da semana. **Já escrevi reportagens sobre ele vendo lágrimas pingarem sobre o teclado.** No dia em que ele foi condenado a onze anos e três meses de reclusão em regime fechado, chorei por muitos minutos antes de conseguir escrever. **Até porque não se trata só do Rafael, mas de todas as pessoas que, negras e pobres como ele, o Estado extermina — seja encarcerando em massa, submetendo a contágios ou matando nas favelas, por meio de suas polícias.**

Muitas vezes, **me pergunto** se todas essas negativas do Judiciário não se devem ao fato de Rafael ter se tornado, involuntariamente, um símbolo. E um símbolo que ativistas de direitos humanos e da esquerda abraçaram, o que, neste momento de especial polarização, pode estar afetando as decisões de um Judiciário conservador sobre o caso. Como se a mensagem fosse: se quem está contra nós está com Rafael, nós estamos contra o Rafael. E daí juízes quererem se mostrar insensíveis à opinião pública — que tanto se sensibiliza com a injustiça de que Rafael é vítima.

Passei um **ano tentando, ininterruptamente, conseguir permissão para entrevistar Rafael no Complexo Penitenciário de Bangu**, na Zona Oeste do Rio, e **um dos dias mais intensos da minha vida profissional** foi justamente aquele em que finalmente consegui — 14 de julho de 2017. Lembro-me como se fosse ontem **meu estado ao deixar a prisão, após a entrevista. Não consegui conter o choro e desabei antes mesmo de cruzar a guarita do Complexo.** Cheguei em casa e sentei imediatamente para escrever tudo o que tinha acontecido — parte do livro que tem um significado especial para mim.

Durante o período em que, sem sucesso, tentava conseguir a permissão da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) para visitá-lo, **a mãe dele me dizia que ele sempre perguntava por mim quando ela o visitava, e que aguardava minha visita. Meu choro, na saída de Bangu, foi resultado da longa espera dele e da minha, resultado da minha sede de fazer esse trabalho.**

Também foi resultado de ter conseguido, depois de um ano de tentativas frustradas, passar pelas portas de um sistema que, como muito bem disse o advogado João Tancredo — que empregou o Rafael em seu escritório durante o período em que ele estava nos regimes semiaberto e aberto —, “isola as pessoas em um mundo que não é o mundo de ninguém”. Daí a minha

dificuldade em conseguir transpor aquela barreira, imposta pelo sistema prisional.

Eu não desejaria viver, sem emoção, um mergulho tão profundo. O repórter aprende muito nesse processo, não apenas sobre jornalismo, mas sobre gentes e sobre as diversas possibilidades — e, no caso de uma sociedade tão desigual, também as tantas impossibilidades.

Uma das angústias que carrego comigo decorre do medo de que Rafael não suporte o que estão fazendo com ele. Se, por um lado, ele é fortalecido pelo apoio que recebe de todos os que acompanham sua história, indignam-se com a flagrante injustiça e, de alguma forma, transmitem sua solidariedade, por outro, permanece condenado — enfrentando todos esses ‘nãos’, mesmo sabendo-se inocente nos processos de 2013 (porte de material explosivo) e 2016 (tráfico e associação para o tráfico).

Quem lhe devolverá os quase cinco anos que lhe foram roubados? Nenhuma indenização — o mínimo que o Estado pode lhe dar depois de tudo a que Rafael vem sendo submetido — devolverá a esse jovem, que hoje completa 30 anos, esse tempo de volta. Não há dinheiro que pague a parte da vida consumida nessa batalha judicial, nessa saga que consome suas forças dia após dia.

O que posso desejar, então, ao Rafael, neste seu aniversário, é que ele tenha força para suportar o peso da bola de chumbo que este sistema que criminaliza pessoas como ele lhe amarrou ao tornozelo. Que ele tenha força para superar as consequências psicológicas de tudo isso — **que venho acompanhando e que me dilacera o peito.**

Parabéns pelos seus 30 anos, Rafael. Espero que, em junho, eu não tenha que escrever uma matéria sobre os cinco anos de sua prisão. Que essa saga termine e você possa sentir de novo o gosto da liberdade — e que tudo isso que você está enfrentando e te fez tão conhecido permita-lhe ter oportunidades que tantos jovens iguais a você não têm e não terão.

Infelizmente, ao contrário do que escrevi no último parágrafo que desejava não precisar fazer, eu escrevi, sim, uma matéria sobre os cinco anos de sua prisão: “Rafael Braga: 5 anos de injustiça”, publicada em 22 de junho de 2018. Meses depois, na véspera do meu aniversário naquele mesmo ano, o maior presente que tive foi poder publicar, em 22 de novembro de 2018, a notícia de que a 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) havia-lhe absolvido, por unanimidade, do crime de associação ao tráfico de drogas — o que fez com que sua pena caísse de 11 anos e 3 meses para 6 anos e 600 dias-multa. Embora representasse ao menos uma vitória entre tantas derrotas, a notícia estava muito distante do que esperávamos: que houvesse, de fato, justiça.

E nunca mais houve nenhuma notícia que pudesse ser considerada “boa” ou “menos ruim”: ele seguiu em prisão domiciliar, mas jamais se viu livre de fato, já

que, além de sua inocência não ter sido reconhecida até hoje e sua ficha criminal permanecer maculada por crimes que não cometeu, não há liberdade real na miséria e na dependência química. Só houve derrotas. A última matéria que publiquei sobre Rafael foi em 20 de junho de 2023, quando sua prisão completou 10 anos. Nela, destaquei principalmente a relação entre a prisão injusta de Rafael e o direito à cidade, questão tão presente nas reivindicações que marcaram as “jornadas de junho” — que tiveram como ponto de partida, antes de abarcarem outras pautas, o aumento da tarifa de ônibus em 20 centavos. Afinal, era ele, exatamente, uma das principais vítimas dos problemas de mobilidade urbana e elevados preços de passagens que, desde sempre, o impediram de transitar pela cidade — como escrevi na matéria e como contei ao relatar a vida que levava quando foi preso.

Chamado de “morador de rua preso com Pinho Sol” em matérias, e assim considerado por muitos até hoje, Rafael era, na realidade, um trabalhador muito pobre que, sem dinheiro para pagar a condução de volta pra casa, passava dias dormindo nas ruas enquanto catava latinhas. Mas ele tinha uma casinha — um barraco, como ele diz — e uma família, cuja renda dependia majoritariamente do dinheirinho que ele conseguia como catador.

E, novamente, como havia feito no texto de 2017, defendi que o Estado brasileiro tem uma dívida com Rafael e sua família:

Diante da impossibilidade de que seja devolvido a Rafael todo esse tempo de vida que lhe foi roubado, penso que as únicas atitudes dignas que o Estado brasileiro pode ter, depois de tamanha crueldade cometida contra ele, é oferecer uma indenização — e generosa — à família Braga, pedir perdão pelo que lhe causou e anular esse borrão na ficha criminal de Rafael. Se eu espero que isso aconteça? Seguirei lutando por isso e torcendo para que ocorra a tempo de poder ver, de alguma forma, redimida, depois de tanta miséria e sofrimento, essa família — por quem acabei desenvolvendo grande apreço e que de coração aberto me confia o que foi publicado até aqui, o que sigo escrevendo e o impublicável.

A angústia que há muito me acompanha em relação à sobrevivência de Rafael envolve um sentimento de impotência que se assemelha ao que a jornalista gaúcha Eliane Brum expressou em uma entrevista concedida ao canal “Sempre um papo”²⁵ em 15 de dezembro de 2013, sobre seu livro “A menina quebrada”, lançado naquele ano. Durante uma cobertura na província de Narciso Campero, em Cochabamba, na

²⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SeeojASScDo&t=785s>.

Bolívia, região com maior registro de ocorrência de Doença de Chagas no mundo, Brum acompanhou o drama de uma família extremamente pobre em que todos tinham a doença e desenvolveu “uma relação muito forte com a menina mais nova”, a Sônia, de 11 anos — que tinha “olhos de velha”, o que evidencia que “um crime aconteceu, porque crianças não podem ter olhos de velho”, nas palavras da repórter, que contou:

Quando eu fui me despedir dela pra voltar pro Brasil, ela me agarrou pelos meus braços e me disse aquela que talvez seja a frase mais brutal que eu já escutei. Ela me disse: ‘não me deixe morrer’. E eu, que sempre encaro as pessoas nos olhos, especialmente aquelas que me contam suas vidas, senti ali a minha covardia, porque senti que meu olhar bateu pelos cantos daquela casa de paredes esburacadas e fez uma volta completa antes de eu conseguir encarar a Sônia e dizer pra ela o que eu sempre digo: ‘eu vou contar a tua história pro mundo’. E a Sônia me olhou e eu sabia, e sabia também que ela sabia, que contar a história dela pro mundo podia não salvar a sua vida. E eu sempre acreditei, e continuo acreditando profundamente, no poder da narrativa, no poder da história contada como instrumento de transformação do mundo. Aproximar os mundos. [...] Só que eu não salvaria a vida da Sônia.

Assim, embora escrever dê sentido à sua própria vida, afirmou Brum, ela viu-se tão “quebrada” que não conseguia escrever, porque “escrever parecia tão pouco e não ia salvar a vida da Sônia”. Mas, aos poucos, compreendeu que contar aquela história significava cumprir sua parte no pacto que ela havia feito com a Sônia, e que “contar uma história é pouco e é muito ao mesmo tempo, é o possível e o possível é o possível”.

O mesmo sentimento de impotência sempre me acompanhou em relação a Rafael. Cada retorno meu da favela onde vive sua família é permeado por sentimentos que até hoje tenho dificuldade de nomear. É a certeza de não ter o poder de salvar sua vida. Vendo-o cada vez mais combalido, dói não poder salvá-lo por meio da palavra — não apenas a arte da palavra, meu ofício, mas qualquer palavra que o ajude concretamente a sair do buraco. E não apenas o buraco em que a prisão injusta o jogou, ou o da dependência química que também se aprofundou nesses anos de cárcere, mas o buraco profundo em que ele nasceu e cresceu — à margem da sociedade, sem direitos, sem cidadania. O buraco sem fundo em que ele sempre esteve. Por todos esses anos fui movida pela necessidade de contar sua história para o mundo — de cumprir a minha parte do pacto.

No mesmo ano em que publiquei “Rafael Braga, 30” (2017) — isto é, enquanto todas essas questões me levaram, cada vez mais, a pensar profundamente sobre o jornalismo que vinha fazendo, sobre a responsabilidade inerente a essa escolha e, ao mesmo tempo, a potência e impotência do meu trabalho —, postei nas redes sociais algo que talvez seja uma síntese de todos esses sentimentos e reflexões a partir da cobertura do caso Rafael Braga e de outras graves violações ao longo dos anos. E que, portanto, é a essência e a própria motivação desta pesquisa:

O jornalista que atua no campo dos direitos humanos rasga-se para escrever. Mesmo. Eu me rasgo. E dói.

Mas doeria ainda mais não contar as histórias que tanta gente procura evitar a todo custo que sejam contadas, sobretudo num país onde as parcelas mais vulneráveis da população são tratadas com tamanha desumanidade e exterminadas cotidianamente, no campo e nas cidades.

São negros, são indígenas, são camponeses, são favelados, são gente. Gente sendo tratada como lixo. Tendo sua dignidade destruída por aqueles que têm o dever de garantir o respeito a seus direitos fundamentais. Sendo morta como mosca. Como se não fosse gente.

O repórter rasga o peito e dói. Sangra de um jeito que só o texto escrito estanca, pela convicção de que sua arma está empunhada no momento em que escreve.

E é por isso, só por isso, que não vejo outra forma de suportar a dor em meio à barbárie senão escrever. Até que não me reste mais forças. O que ainda há de demorar muito. Porque, assim como Belchior, que acaba de partir, “meu delírio é a experiência com coisas reais” e “amar e mudar as coisas me interessa mais”. Bem mais.

Considerações finais

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.
José Saramago, epígrafe do Ensaio sobre a Cegueira (1995)

Em 2017, havia dois anos que eu vinha cobrindo o caso Rafael Braga, quando comecei a refletir sobre o tempo na reportagem, a imersão da repórter e sua relação com os personagens da história ao longo do tempo. Exatamente porque foi quando comecei a assumir que o que acontece com esses personagens, especialmente aqueles mais vulneráveis socialmente, pode afetar a repórter — como me afetou lidar com a série de injustiças de que Rafael foi e é vítima.

Como sabemos, entretanto, isso não é bem aceito no jornalismo, por assim dizer, exatamente por conta do que tradicionalmente se entende por “objetividade” no jornalismo. Esta dissertação foi motivada por essas reflexões e resultado de ter procurado entender como era esse tipo de experiência para outra repórter.

Porque comigo estava acontecendo isso, eu me afetava. E queria entender: estaria eu perdendo a “objetividade”? O jeito como eu acredito que a história deveria (e merecia) ser coberta não cabe no jornalismo? Mas eu não desconsidereiei em nenhum momento as premissas fundamentais do trabalho de reportagem: a checagem rigorosa de informações, a abordagem ética, a clareza. Fazia sentido, afinal, que, em uma cobertura de longa duração, prevalecesse o “distanciamento” esperado nas coberturas cotidianas?

E, tendo em vista o que foi colocado desde a introdução desta dissertação sobre o fato de, no tipo de jornalismo que nos interessa aqui, não caber a ideia de fonte — alguém com quem a relação não “ultrapassa um breve encontro permeado por algumas perguntas, um ‘muito obrigada’ e um ilusório ‘até logo’” (Moraes, 2015, p. 17) —, mas de personagem — uma pessoa sobre a qual se escreve ao longo de meses ou anos, em um processo que envolve questões sociais e existenciais complexas, como no caso de Joicy e de Rafael Braga —, será que a objetividade necessária no jornalismo, afinal, é comprometida pela sensibilidade e olhar crítico do repórter ante a realidade do personagem cuja história reporta?

Para responder a esses questionamentos, partimos do conceito de subjetividade na análise de narrativas jornalísticas, apresentado pela jornalista e pesquisadora Fabiana Moraes — que, diferentemente de todos os outros autores que lemos ao longo da pesquisa, em vez de abordar a ideia da inevitabilidade da subjetividade no jornalismo, a defende como uma “ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral”, em suas palavras, entendendo-a como uma potência e, portanto, tirando da subjetividade no jornalismo a carga negativa que lhe foi atribuída desde os primeiros trabalhos acadêmicos a debater o tema.

Estudamos, então, a experiência de Fabiana Moraes na cobertura do processo de redesignação sexual de Joicy, pondo-a em diálogo com a minha própria experiência como repórter, sob a perspectiva da autoetnografia. Realizamos uma revisão bibliográfica dos conceitos de objetividade e subjetividade e dos conceitos de jornalismo literário e etnográfico, usando como metodologia a análise documental de coberturas de longa duração para verificar os tensionamentos dos preceitos éticos tradicionalmente adotados no jornalismo.

Fizemos uma revisão dos gêneros jornalísticos para entendermos onde se situaria esse tipo de reportagem que se convencionou chamar também de “grande reportagem”, “reportagem de fôlego”, “jornalismo em profundidade” ou “cobertura de longa duração”, que é como chamamos especialmente aqui, para fazer referência enfática a essa questão do tempo ao longo do qual se acompanha um personagem. É nas coberturas de longa duração que, com o aprofundamento das relações, desnudam-se contradições humanas e aprofundam-se desafios éticos.

Percebemos que não há consenso sobre a denominação do jornalismo que se ocupa das narrativas aprofundadas e que se desenvolve sem pressa, mas são os conceitos de Jornalismo Literário e de Jornalismo Etnográfico que abarcam esse tipo de trabalho — que se desenvolve lentamente. Se o Jornalismo Literário — “modalidade que, enquanto representante de um gênero que valoriza a narrativa, em geral precisa de mais tempo para a apuração e redação” (Martinez, 2017, p. 24) — diz mais respeito à questão do estilo, da estrutura textual e da sensibilidade do jornalista, o processo de apuração nesse tipo de cobertura envolve, além de métodos do jornalismo, recursos da etnografia: 1) a convivência por longo prazo durante a apuração da reportagem; 2) o foco em grupos sociais normalmente negligenciados

na cobertura da mídia tradicional; e 3) a empatia entre repórter e interlocutores (Hermann, 2016a, 2016b). A “imersão”, a que tanto nos referimos ao tratar das características do Jornalismo Literário, está na essência desse tipo de trabalho — também chamada de observação participante.

Em pesquisa na qual desenvolve esse conceito, a jornalista, antropóloga e professora dinamarquesa Anne Hermann entrevistou repórteres estadunidenses para entender seu processo de trabalho e observou, por exemplo, que todos eram independentes — exatamente porque não é possível realizar em grandes redações esse tipo de trabalho que requer tempo, inclusive um aparente “desperdício de tempo”, ela dirá, já que o repórter assume que não tem o controle de tudo, pelo contrário, como aponta Fabiana Moraes (2022), existe uma relação com o Outro, há o tempo do Outro, uma sensibilidade e uma empatia em relação a como e quando o personagem se sente mais à vontade para se abrir, por exemplo. E se, no jornalismo literário-etnográfico, os personagens são, na maioria das vezes, pessoas socialmente vulneráveis, estigmatizadas, marginalizadas, como poderia a repórter se manter impassível diante das questões complexas que surgem no decurso da cobertura, mas também a partir desse encontro entre o repórter e o personagem?

A noção de que jornalistas fazem e acadêmicos pensam é uma questão aqui. De fato, entre uma pauta e outra, o repórter que luta contra o tempo no dia a dia das redações de jornal não tem a oportunidade de pensar muito — ao menos no contexto deste modelo de negócios que está posto, do funcionamento das empresas jornalísticas. O resultado, como vimos, acaba sendo o que Cremilda Medina (2008) chamou de “déficit de abrangência” — a superficialidade a que já se habituou grande parte dos profissionais, sob pressões constantes que os levam a reproduzir, mecanicamente, os rituais estratégicos apontados por Gaye Tuchman (1999).

“Apesar de tantas e tantos jornalistas que lutam diariamente para produzir matérias e reportagens fora de critérios redutores, ainda há um vácuo prático epistemológico no jornalismo brasileiro”, como escreveu Moraes (2022, p. 23). E há profissionais que, em vez de lutarem contra o tempo, preocupados exclusivamente com o que há de “quente” — o acontecimento que precisa ser noticiado agora porque estará velho amanhã —, experimentam o correr do tempo — que é o próprio correr da vida, aquele mesmo que, nas palavras de Guimarães Rosa, “esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta”. E é

exatamente o que acontece no decorrer de uma cobertura de longa duração: é a vida acontecendo que dá sentido a que se conte uma história, não são acontecimentos, mas, como denomina Eliane Brum, desacontecimentos.

O início da pauta, para um jornalista literário e etnográfico, não demanda um “gancho” — mas uma curiosidade, uma observação sobre algo, o desejo de conhecer um personagem ou o povo de um lugar, a beleza singela de um gesto ou até um olhar. São tantas possibilidades. Por que deveríamos estar todos presos a “ganchos”? Já há muitos profissionais designados para isso. Aqui, nosso olhar é especialmente sobre quem rema contra essa maré predominante — mas a favor do tempo, não contra ele. Sem pressa, sem medo de imprimir em um trabalho os espantos, desassossegos, dores, alegrias, surpresas de quem o assina — porque, sim, há autoria, há traços sensíveis, há um ser humano acompanhando histórias de outros seres humanos para contá-las e, assim, ecoar vozes, lutas, desejos ou simples existências. Em um mundo no qual o jornalismo apressado não tem tempo para enxergar quem não tem status e nem conferirá status a ninguém — especialmente a um jornal —, cujas opiniões ninguém conhece, cuja existência ninguém percebe e cuja importância, portanto, ninguém reconhece. A não ser aquele jornalista que, sem correr para fechar matérias rasas sobre acontecimentos urgentes, permite-se ver — e enxergar. E então se interessar pelas possibilidades que qualquer ser humano representa, em si.

Embora a teoria seja importante, o jornalista aprende a fazer jornalismo no cotidiano, vivendo a profissão. Ao longo dos anos, pensei que nunca desejaria ingressar no meio acadêmico, exatamente pela distância que de fato existe entre quem faz e quem pensa o jornalismo — e por nunca ter estado disposta a deixar de lado o meu ofício para teorizar sobre ele. Até que, ao atravessar conflitos diversos que eu gostaria de explorar para além de conversas emocionadas com colegas em bares, e tendo a oportunidade de palestrar para estudantes de jornalismo — em universidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas e Paraná — nos últimos anos, percebi que levar meus questionamentos para uma pós-graduação poderia me proporcionar um *fazer pensando* e um *pensar fazendo* que é exatamente o que, afinal, sempre me interessou. Assim como Moraes,

Escolho estas dimensões — o fazer e o pensar — por não concordar, assim como outros autores, com uma separação entre as duas, mas o contrário: interessa-me um fazer reflexivo

compatível com a beleza, a complexidade, a responsabilidade, a criatividade, a importância e o dinamismo do jornalismo. (Moraes, 2022, p. 25)

No decorrer desta pesquisa, ao ler elaborações de tantos autores sacralizados sobre a objetividade no jornalismo, muitas vezes pensei de que maneira eu — uma aprendiz entre tantas, a engatinhar na pesquisa acadêmica — poderia contribuir para essa discussão que ainda não dá indícios de que chegará a um consenso, embora, agora, haja propostas como a de Moraes sobre a importância de assumirmos as subjetividades como potência, em um jornalismo reflexivo e transformador. E então entendi que, da mesma forma que uma pesquisa envolve, necessariamente, a revisão de pensamentos de diversos pesquisadores sobre o tema em questão e que a forma como isso é feito é única, uma vez que cada pesquisador faz uso de seus próprios recursos — e suas próprias limitações —, a contribuição possível acaba por resultar da motivação inicial e genuína da escolha pelo tema da pesquisa.

Assim, se agora me pergunto por que refletir sobre a objetividade no jornalismo em mais um trabalho acadêmico, entre tantos outros que já o fizeram tão bem, talvez a única resposta possível seja o que me levou a buscar o mestrado: o desejo de aprofundar minhas reflexões acerca dos muitos desafios, conflitos éticos, angústias, contradições e paixões que venho atravessando nas minhas próprias experiências como repórter no campo dos direitos humanos ao longo de doze anos. E que, por serem vivências minhas, só podem ser expressas através de meu próprio prisma e a partir do contexto em que me situo.

Qual a chance de se perceber o que o tempo ressignifica nas relações humanas sem viver a passagem do tempo? Como sentir os impactos do tempo em uma cobertura de longa duração sem o mergulho jornalístico que atravessa o tempo de peito aberto? Por que fugir às possibilidades e belezas dos encontros proporcionados por esse mergulho, em uma busca pela tal objetividade engessadora e, tantas vezes, desumanizadora no jornalismo?

No fim das contas, acredito no que defendia o escritor uruguaio Eduardo Galeano, que magistralmente fundia realidade e ficção em seus escritos — carregados de emoção e pensamento crítico — e chamava de “linguagem sentipensante” a combinação entre objetividade e subjetividade, entre o pensamento e o sentimento — fusão que considerava necessária para uma compreensão mais profunda e humana do mundo — e para uma expressão mais completa da realidade.

O conceito, que Galeano popularizou em sua obra “O Livro dos Abraços” (1989), representa um contraponto à visão racionalista e cartesiana, que separa a razão das emoções e desconsidera as experiências subjetivas das pessoas no processo de produção de conhecimento.

Em uma entrevista, Galeano afirma:

Quando me dizem que eu sou um “distinto”, um “intelectual”, digo: não, eu não sou um intelectual. Os intelectuais são os que separam a cabeça do corpo. Eu não quero ser uma cabeça que rola pelo caminho. Eu sou uma pessoa. Sou uma cabeça, um corpo, um sexo, uma barriga, tudo! Mas não um intelectual, esse personagem abominável. Já dizia Goya: “a razão cria monstros”. Cuidado com quem só usa da razão. Cuidado, é preciso raciocinar e sentir. E quando a razão se separa do coração, te convido a tremer. Porque isso pode conduzir ao fim da existência humana no planeta. Não, eu não creio nisso. Eu creio nessa fusão contraditória e difícil, mas necessária, entre o que se sente e o que se pensa. (Galeano, 1997)

Crítico a um intelectualismo cuja abordagem fragmentada, em sua visão, pode levar a uma compreensão limitada e desumanizadora da realidade, Galeano foi um apaixonado pela complexidade e beleza do que seres humanos são em sua integralidade. Como a autora deste trabalho, que acredita no potencial transformador dos encontros e do próprio jornalismo.

Posfácio

Encontro

No mesmo ano de 2017, em que eu vinha refletindo sobre essas questões, aconteceu algo que está na essência desta pesquisa: um grande encontro.

Eu havia assistido a uma palestra de Fabiana Moraes em São Paulo, na edição de 2016 do Congresso Brasileiro de Jornalismo Investigativo, que a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) realiza anualmente, e me identifiquei muito com o que ela contava sobre seu processo de cobertura da história de Joicy: a personagem também era muito pobre, marginalizada e estigmatizada, a cobertura também havia sido de longa duração e a relação entre repórter e personagem também havia sido repleta de desafios e conflitos éticos. Eu havia encontrado uma experiência de reportagem que dialogava com a minha experiência cobrindo a história de Rafael Braga. Eu havia escutado as palavras de uma jornalista sobre um processo de convivência atravessado por complexidades que também atravessavam o meu próprio trabalho.

Foi depois dessa palestra, inclusive, que comprei o livro “O Nascimento de Joicy” (2015) e passei a acompanhar o trabalho de Fabiana. E, como ela tinha muitos anos de profissão a mais que eu, não esperava que ela tivesse tido contato com meu trabalho. Até que, para minha surpresa, em 2017, Fabiana fez contato comigo, convidando-me para palestrar junto com ela na PUC-Rio: seria o primeiro diálogo entre nossas experiências de fato. Eu vinha palestrando para estudantes de jornalismo sobre cobertura no campo dos direitos humanos e o caso Rafael Braga desde 2016, mas aquela era uma oportunidade especialmente interessante e única, a começar pelo fato de que uma repórter que era grande referência para mim havia decidido, por iniciativa própria, e generosamente, dividir comigo o espaço para o qual havia sido convidada para ocupar sozinha.

O convite para que ela palestrassem havia partido da professora Itala Maduell, que leciona para alunos da graduação em jornalismo na PUC-Rio e não conhecia nenhuma de nós duas até então. A palestra foi ótima e me marcou profundamente:

foi um encontro. Um encontro entre três mulheres jornalistas, a pensar a profissão e compartilhar experiências, ideias e emoções.

A partir daquele dia, Itala Maduell convidou-me outras vezes, tanto para palestrar sozinha quanto em mesas com outros jornalistas. Testemunhando meu prazer em estar em sala de aula, em contato com seus alunos, ela me incentivou a buscar a pós-graduação para me tornar professora. Nossa troca sobre jornalismo cresceu, como também sobre a possibilidade de eu ingressar na vida acadêmica para poder lecionar e viver integralmente essa troca com estudantes pela qual eu comecei a me apaixonar desde as minhas primeiras palestras em universidades, em 2015 e 2016.

Nasceu assim uma bonita amizade, que foi crescendo e me ajudando a entender o quanto o mestrado seria importante para eu começar a pesquisar e discutir, no meio acadêmico, as questões que eu vinha abordando nas palestras e nas nossas conversas. E foi exatamente na PUC-Rio que encontrei o grupo de pesquisa em que minha proposta de projeto de pesquisa viria a caber: Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais, o Tejor.

Quando elaborei o projeto, em 2021, dez anos após me formar jornalista pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em minha cidade natal, a troca de ideias com Itala foi fundamental para construí-lo. Felizmente, ingressei no mestrado no primeiro semestre de 2022 e fui extremamente bem recebida pelos colegas do Tejor, especialmente pelo coordenador do grupo, Leonel Aguiar, cujas aulas assisti como ouvinte em 2021 e cuja orientação almejava.

Com a generosidade que descobri existir nesse belo e rico espaço que me acolheu, meu querido orientador, Leonel Aguiar, ciente da contribuição de Itala Maduell em todo o processo, convidou-a para ser minha coorientadora. Tive, assim, como resultado da generosidade desses pesquisadores, professores, jornalistas e, sobretudo, seres humanos maravilhosos que me orientaram e tanto me ensinaram, um trabalho que é fruto de grandes encontros.

Se “a vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida”, como escreveu o poeta Vinicius de Moraes, posso dizer que o jornalismo que prático e esta pesquisa são, principalmente, sobre encontros — e por encontros.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Leonel; BARSOTTI, Adriana. O jornalismo e os dilemas da contemporaneidade: o eu, o aqui e o agora. **Mídia e Cotidiano**, v. 10, n. 10, p. 192-209, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9802>

AGUIAR, Leonel; GOULART DE ANDRADE, Ana P. (Orgs.). **Teorias do Jornalismo e experiências profissionais: múltiplas perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2023.

AGUIAR, Leonel; NEDER, Vinicius. Objetividade jornalística: a prática profissional como questão política. **Comunicação & Sociedade**, v. 32, n. 54, p. 103-126, jul./dez. 2010. Disponível em: www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/1942

ABRAMO, Cláudio. **Regra do Jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. Companhia das Letras, 1997.

ASSIS, Francisco de. Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos. **Revista Alceu**, v. 11 - n.21 - p. 16 a 33 - jul./dez. 2010. Disponível em: http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu21_2.pdf

ASSIS, Francisco de. O “ser autor” na prática do jornalismo diversional. **Revista Alceu**, v. 16 - n.32 - p. 90 a 106 - jan./jun. 2016. Disponível em: <http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/pp%2090-106.pdf>

BARROS, Antonio Teixeira de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A elaboração do projeto de pesquisa. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, p. 32-47, 2005.

CARVALHO, J.; JÚNIOR, F. Para além da lentidão: influências das relações entre tempo e espaço no conceito de jornalismo etnográfico. **Revista Eco-Pós**, v. 25, n. 3, p. 86-108, 2022. DOI: 10.29146/eco-ps.v25i3.27931 . Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27931

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A medida do olhar: objetividade e autoria na reportagem**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) — Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: https://christofoletti.com/wp-content/uploads/2007/11/tese_christofoletti.pdf

CORNU, Daniel. **Subjetividade do jornalista e verdade da informação.** Jornalismo e verdade: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. p. 319-337.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade: para uma ética da informação.** Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 13-41.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide:** para uma teoria marxista do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. V. 6. Florianópolis: Insular, 2012.

HALL, Stuart et al. **A produção social das notícias:** os mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”.** Florianópolis: Insular, 2016, p.309- 341.

HERMANN, Anne K. Ethnographic Journalism. **Journalism**, 2016a, Vol. 17 (2), pp. 260- 278.

HERMANN, Anne K. The Temporal Tipping Point — Regimentation representation and reorientation in ethnographic journalism. **Journalism Practice**, 10:4, 2016b, pp. 492- 506.

KARAM, Francisco José; SCHMITZ, Aldo Antonio. A ética de lado a lado: fontes de notícias e jornalistas frente a frente. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 23, p. 171-182 julho/dezembro 2010. Disponível em <https://objethos.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/09/fontes-de-lado-a-lado.pdf>

LAGO, Claudia. Ensinaamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, p. 164-178, 2010.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário.** São Paulo: Edusp, 1990.

LIMA, Venício A. de. A responsabilidade social da mídia. **Observatório da Imprensa**, 03/04/2009. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-responsabilidade-social-da-midia/>.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom - RBCC**, São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/intercom/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/?format=pdf&lang=pt>

MARTINEZ, Monica. **Jornada do herói**: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo. São Paulo: Annablume, 2008. Monica Martinez.

MARTINEZ, Monica. **Jornalismo Literário**: tradição e inovação. Florianópolis: Insular, 2016 (Série Jornalismo a Rigor; v. 10)

MEDINA, Cremilda. Déficit de abrangência nas narrativas da contemporaneidade. Matrizes. Ano 2 nº1, segundo semestre de 2008. Disponível em: revistas.usp.br/matrizes/article/view/38209/40965.

MEDINA, C. de Araújo. **Entrevista**: O Diálogo Possível. São Paulo: Ática, 2008.

MEYER, Philip. **A ética no jornalismo**: um guia para estudantes, profissionais e leitores. Forense Universitária, 1989.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, 12(2), 204-219, 2019a.

MORAES, Fabiana. **Ativismo, isenção e subjetividade**: sobre um jornalismo que ainda não ousa dizer os nomes. Anais da SBPJor — Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Goiás, 2019b.

MORAES, Fabiana. **O Nascimento de Joicy**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. 1. ed. Porto Alegre: Arquipélago, 2015.

NOVAES, Aline da Silva (2015). **Do jornal ao livro**: uma investigação sobre a

noção de materialidade em João do Rio. *Matraga - Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Letras Da UERJ*, 22(37). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/19928>

PASSOS, Mateus Yuri (2017). **De fontes a personagens**: definidores do real no jornalismo literário. In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba, Brasil: Universidade Positivo. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3009-1.pdf>.

PASSOS, Mateus Yuri; MARCHETTO, Arthur Breccio. Vozes do Leste: os jornalismo literários de Svetlana Alekiévich e Hanna Krall. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos P. da; MARTINEZ, Monica (Orgs.). **Desigualdades, relações de gênero e estudos de Jornalismo**. São Paulo: Life, p. 105-122, 2018.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

PENA, Felipe. **Os jornalistas e as reconstruções de vidas** — Problemas epistemológicos na elaboração do discurso biográfico. Intercom, 2002.

SARAMAGO, José. **O Conto da Ilha Desconhecida**. Companhia das Letras, 1997.

SCHUDSON, M. A objetividade torna-se ideologia. In: SCHUDSON, M. **Descobrimos a notícia**. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 143-187.

TALESE, Gay. **Fama & Anonimato**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 535 p.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999.